

ISSN 1679-9305

# FuturaMente

Revista Científica - v. 8, jan./dez. 2011

FuturaMente

Revista Científica - v. 8, jan./dez. 2011

FIU



Faculdades Integradas Urubupungá

Pereira Barreto - SP





# FuturaMente

Revista Científica



FuturaMente: revista científica	Pereira Barreto	v. 8	jan./dez. - 2011
---------------------------------	-----------------	------	------------------

## **FuturaMente:** revista científica

Faculdades Integradas Urubupungá  
Estância Turística de Pereira Barreto/SP  
Diretor Geral: João de Altayr Domingues

Contatos:

Av. Jonas Alves de Mello, n.º 1660

15370-000 - Pereira Barreto/SP

Fone (18) 3704-4242 ramal 213

Serviço de Biblioteca e Documentação “Lima Barreto”

<http://www.fiu.edu.br/biblioteca/biblioteca.html>

**Conselho Editorial:** **Profa.** Dra. Anésia Sodré Coelho; Me. Clayton Aparecido Cardoso de Moraes; Ma. Gizelda Maria Almeida de Oliveira; Me. José Lafayete de Oliveira Gonçalves; Me. Natal B iscaro Neto; Ma. Sílvia Barbosa de Melo.

**Comissão Editorial:** Prof. Dr. Marcos Luiz Berti; Ma. Edilva Bandeira Souza; Ma. Maria Celinei de Souza Hernandes; Me. João Carlos de Aguiar Domingues; Me. Roberto Pereira da Silva; Prof. Hélio Augusto Maschio; Profa. Janaina Paula Malvezzi Torraca da Silva; Profa. Jovana Rufino Barbais; Profa. Raquel Celita Penhalves Reis; Profa. Renata de Sampaio Valadão.

FuturaMente: revista científica. n. 1, (2003).  
Estância Turística de Pereira Barreto:  
Faculdades Integradas Urubupungá, 2003 -  
Anual.

ISSN 1679 - 9305

# Sumário

- 7**     **Editorial.**
- 8**     **Crédito de carbono e seus aspectos contábeis.**  
Quésia Mara Garcia Guimarães; Rafael Pereira Tavares; Adilson Floriano Bená Júnior.
- 23**    **Contabilidade Pública**  
Jaqueline Morales Gonçalves, Gustavo Leone Carvalho Batista da Silv
- 35**    **Contabilidade Internacional com ênfase no ativo imobilizado segundo as normas do FASB, IASB e Brasil.**  
Glaucia Masteguhin da Silva Oliveira, Meire Lucia da Silva Jorge, Silvia Barbosa de Melo.
- 58**    **Comparação no tratamento dos gastos realizados e sua relação com a eficiência na atividade de exploração e produção de petróleo.**  
Calos Roberto Godoy; João Carlos de Aguiar Domingues; Bruno Cesar Leme.
- 77**    **Administração e gestão de serviços terceirizados.**  
Deize Cristina Sena; Leandro Arthur Pinto.

- 90 Empreendedorismo: avaliando uma oportunidade e transformando-a em negócio.**  
Cristiane Noguchi da Silva; Danielli Gouveia Custódio.
- 111. Qualidade total: aspectos relevantes de sua evolução e utilização como ferramenta de diferencial competitivo.**  
Kátia Emília |Martins Fonseca.
- 133 Raciocínio heurístico e a resolução de problemas.**  
José Lafayette de Oliveira Gonçalves.
- 154 Machado de Assis: a pedra angular das Letras no Brasil.**  
Júlio Cezar Alves de Melo Lima.
- 162 O ideal de Bela Adormecida no poema “A Bela Adormecida no espelho”, de Alice Ruiz.**  
Rosana da Silva Araujo.
- 174 Breve leitura de “Cor”, de Maria Ângela Alvim.**  
Janaina Paula Malvezzi Torraca da Silva;  
Fabrina Martinez.
- 181 Mark Twain: incompreendido ou politicamente incorreto?.**  
Claudia Hitomi Eguchi; Edilva Bandeira.

- 189** **Relato das práticas letradas digitais, interatividade e prática docente.**  
Edilva Bandeira.
- 201** Política e instruções aos autores.



## EDITORIAL

A Revista Científica **FuturaMente** das Faculdades Integradas Urubupunbá de Pereira Barreto/SP, lança em 2011 o seu 8.º volume buscando mudança em sua apresentação.

Editada pela primeira vez em 2003, proposta pelo Curso de Letras, se instala no meio universitário com intenção de documentar a pesquisa em várias áreas do conhecimento; promover o intercâmbio entre os estudiosos e pesquisadores; integrar centros de pesquisa e o contato dos alunos com a produção, atualização e divulgação de trabalhos científicos. Em 2004 ao absorver a produção de outros cursos, enriquece seu conteúdo com novas questões. Hoje, inclui alterações no seu formato e tamanho.

As FIU cumprimentam seus precursores e inovadores, acreditando que através dessas mudanças têm sido coerente com sua MISSÃO e princípios, vencendo desafios se mantendo aberta ao estabelecimento de novos diálogos com a realidade.

*João de Alçayr Domingues*  
DIRETOR GERAL DAS FIU  
Editor Responsável

## **Crédito de carbono e seus aspectos contábeis**

Quésia Mara Garcia Guimarães (FIU);

[quesia.mara@yahoo.com.br](mailto:quesia.mara@yahoo.com.br)

Rafael Pereira Tavares (FIU);

[rafael1050@hotmail.com](mailto:rafael1050@hotmail.com)

Orientador: Adilson Floriano Bená Junior.

[bena\\_2010\\_fiu@hotmail.com](mailto:bena_2010_fiu@hotmail.com)

### **Resumo**

O Protocolo de Kyoto, que foi assinado em 1997, é um acordo entre países membros da ONU se comprometendo a reduzir suas emissões de gases do efeito estufa. Com o Protocolo surgem os créditos de carbono. Os créditos de carbono são documentos que certificam as reduções dos Gases do Efeito Estufa (GEEs). Esses documentos são negociados e comercializados a fim de obter lucro e beneficiar o meio ambiente.

**Palavras-chave:** Crédito de carbono. Contabilidade. Protocolo de Kyoto.

## 1 Introdução

Catástrofes e mudanças climáticas estão acontecendo com mais frequência, e com consequências devastadoras, nos últimos anos. “Em 2010, desastres naturais mataram pelo menos 234 mil pessoas e afetaram quase outras 200 milhões no mundo.” (GARATTONI, et al., 2011, p. 56). São as alterações provocadas pelo aquecimento global causadas pelo efeito estufa.

As empresas e governos encontraram, no Protocolo de Kyoto, fonte de renda ao produzirem de forma sustentável através de mecanismos limpos, ou seja, através da substituição de produtos poluentes por outros com menores impactos na natureza e preferencialmente renováveis, e dessa maneira amenizar ou até mesmo neutralizar os gases causadores do efeito estufa.

Os créditos de carbono contribuem para a diminuição do aquecimento global, são uma fonte de lucro e ainda servem de marketing empresarial.

O Brasil é um país com grande potencial exportador de créditos de carbono. Em 2009 movimentou cerca de R\$ 650 milhões (MARQUES; MAGALHÃES, 2011). Apesar dessa grande movi-

mentação os órgãos contábeis não normatizaram a contabilização dos créditos, ficando assim sem uma padronização.

A metodologia aplicada neste trabalho é de natureza bibliográfica, baseia-se em fontes diversas, como livros e artigos científicos publicados. Segundo Gil (2006, p. 44) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

O objetivo do presente trabalho é abordar de forma sucinta o que é créditos de carbono, sua comercialização e seus aspectos contábeis. Esta pesquisa visa um melhor entendimento sobre o assunto, e dessa forma provocar a discussão sobre a contabilização desses ativos.

## **2 Créditos de Carbono**

No Japão, na cidade de Kyoto, em 1997, os países discutiram um tratado, conhecido como Protocolo de Kyoto. Este busca soluções para o problema do aquecimento global, ele separa os países em dois anexos, os integrantes do anexo 1 são os países industrializados, também chamados de países desenvolvidos, e o do anexo 2 são os demais países, listados no quadro 1:

<b>Regiões Anexo 1</b>	<b>Regiões Anexo 2</b>
1. EUA	7. Países exportadores de energia
2. Japão	8. China
3. União Europeia	9. Índia
4. Outros países da OCDE <sup>1</sup>	10. Economias dinâmicas da Ásia
5. Europa Oriental	11. Brasil
6. Ex-União Soviética	12. Resto do Mundo

**Quadro 1** – CLASSIFICAÇÃO DAS REGIÕES

**Fonte:-** ARAUJO (2008, p. 12), adaptado.

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico.

O protocolo determina que os países do anexo 1 diminuam em 5%, em relação ao ano de 1990, a quantidade de gases poluentes lançados na atmosfera, os chamados Gases do Efeito Estufa (GEEs) (FONSECA; ROCHA, 2004). O Protocolo de Kyoto, no artigo 12, apresenta o MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), sendo a comercialização de créditos de carbono sua forma mais conhecida (SANTOS; OLIVEIRA, 2009). Este estabelece que os países do anexo 1, podem negociar a redução dos gases com países do anexo 2 por meio de Certificados de Redução de Emissão (CREs), esses certificados são documentos que devem ser validados pela Comissão Interministerial de Mudança do Clima, aprovado e registrado pela ONU (Organização das Nações Unidas).

Araújo (2008) esclarece sobre o assunto dizendo:

Como os GEEs se misturam na atmosfera independente de fronteiras políticas, do ponto de vista ambiental não importa se a redução de emissões ocorre neste ou naquele país em específico – o que importa é que haja uma redução de emissões global. Assim, o mercado de carbono permite que um país adquira reduções de emissão geradas em outro país, de forma a cumprir parte de suas próprias metas de produção. (ARAUJO, 2008, p. 27).

Não importa aonde e em que país aconteceu a redução dos GEEs, o importante é que houve essa redução, desse modo as entidades responsáveis pelos projetos podem negociar e comercializar os créditos de carbono.

Araújo (2008) se manifesta:

“A ideia do MDL consiste em que cada tonelada de CO<sub>2</sub> deixada de ser emitida, ou retirada da atmosfera por um país em desenvolvimento, poderá ser negociada no mercado mundial por meio de Certificações de Emissões Reduzidas”. (ARAUJO, 2008, p. 26).

De acordo com Sousa (2008) o “crédito de carbono é como um novo título a ser lançado no mercado capitalista mundial, uma nova ‘moeda’ que tem como principal objetivo auxiliar na redução do aquecimento global.”

Conforme Paula (2006),

Esta moeda, CREs (Certificados de Redução de Emissões), pode ser comercializada internacionalmente, na bolsa de valores, como uma ação, e “assume um valor de mercado, flutuando ao sabor da Lei da Oferta e da Procura” (PAULA, 2006, p. 2).

Cada CRE emitido equivale a uma tonelada de Dióxido de Carbono (CO<sub>2</sub>) reduzido. Na BM&FBOVESPA (2011) / Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros “as operações são realizadas por meio de leilões eletrônicos, via web, e agendados a pedido de entidades – públicas ou privadas – que desejem ofertar seus créditos de carbono no mercado.”

As empresas que investem nos créditos de carbono colaboram para a preservação do meio ambiente, obtêm lucros e podem utilizar os créditos como forma de *marketing*. As companhias podem tirar proveito desse setor investindo no *marketing* ambiental, abordando seus produtos e processos ecologicamente corretos.

Os consumidores estão se conscientizando, e exercendo seu poder de compra de forma responsável, as companhias precisam acompanhar essa evolução, produzindo sem impactar o meio ambiente. Para sobreviver no competitivo mercado às empresas necessitam direcionar seu foco para o meio social, adquirindo e realizando obrigações voltadas ao meio ambiente.

Segundo Martins; Lucas (1994) “As empresas têm de se ajustar a uma nova realidade, na qual os objetivos ambientais, além dos econômicos, passam a ter grande importância e têm de ser perseguidos vigorosamente”.

Para Ottman (1994) citado por Dias (2009):

Não é suficiente falar a linguagem verde; as companhias devem ser verdes. Longe da questão de apenas fazer publicidade que muitos comerciantes perceberam originalmente, a abordagem satisfatória de preocupação ambiental requer um esverdeamento completo que vai fundo na cultura corporativa. Somente por intermédio da criação e implementação de políticas ambientais fortes e profundamente valorizadas é que a maioria dos produtos e serviços saudáveis podem ser desenvolvidos. É só por meio da criação de uma ética ambiental que abranja toda a empresa que estratégias de marketing podem ser executadas. (DIAS, 2009, p. 142).

As companhias que adotam projetos que preservam o meio ambiente tendem a conquistar a confiança e a fidelidade de seus clientes. Os consumidores estão mais exigentes, a preocupação com o meio ambiente é constante, as empresas devem estar atentas ao mercado e evoluir com ele.

## 2 Aspectos contábeis

De acordo com Marion (2004) ativo “é o conjunto de bens e direitos de propriedade da empresa. São itens positivos do patrimônio; trazem benefícios, proporcionam ganho para a empresa”. Os créditos de carbono interferem na situação econômica da empresa trazendo retorno financeiro. “Todas as movimentações possíveis de mensuração monetária são registradas pela contabilidade” (MARION, 2004, p. 26), sendo assim é necessário o reconhecimento contábil dos créditos de carbono.

Segundo Ribeiro (2005):

Os créditos de carbono têm todas as características para enquadramento como Ativos, uma vez que representam benefícios econômicos futuros que influenciarão o fluxo de caixa na medida em que contribuam para a adequação da empresa às metas do Protocolo de Kyoto. (RIBEIRO, 2005, p. 58).

Para Ferreira et al. (2007) citado por Souza et al. (2010), os créditos de carbono devem ser classificados como produto, contabilizados como estoque. Os estoques devem ser reconhecidos pelo valor realizável líquido, ou seja, valor justo e a receita contabilizada no ato da venda.

De acordo com Barbieri e Ribeiro (2007), os créditos de carbono devem ser registrados como

imobilizado. As receitas devem ser reconhecidas anualmente, conforme determinado em contrato e de acordo com a quantidade de créditos de carbono gerada, e seu momento de reconhecimento é o da entrega dos créditos.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou um comunicado onde os créditos de carbono não devem ser considerados valores mobiliários. Otavio Yazbek (2009, p. 14) diz que “as RCEs (Reduções Certificadas de Emissões) não são, hoje, passíveis de caracterização como valores mobiliários, não estando, desta maneira, sujeitas ao regime estabelecido pela Lei nº 6.385/76”.

Almeida (2005), Costa (2005) e Sister (2007), concordam que os créditos de carbono se caracterizam como ativo intangível.

Um ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física [...]. Classificam-se no “Intangível” os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos [...]. Exemplos de bens intangíveis: Fundo de Comércio (Goodwill), Patentes, Marcas, Direitos Autorais, Direitos sobre Recursos Naturais [...]. Para enquadrar-se na “definição” de ativo intangível, é necessário que os itens sejam: identificáveis; controlados e geradores de benefícios econômicos futuros. (AZEVEDO, 2010, p. 170 e 171).

Ribeiro (2005) acredita que os créditos de

carbono devem ser classificados “no ativo imobilizado, como ativo intangível representativo da concessão de direito, cuja amortização se fará durante o período de validade dos créditos de carbono correspondentes, proporcionalmente ao consumo das unidades de redução emitidas.”.

Faltam instruções dos órgãos contábeis a respeito de como contabilizar e em qual momento reconhecer a receita dos créditos de carbono. As opiniões dos autores divergem, e os mesmos não entram em um consenso sobre a contabilização.

### **3 Considerações finais**

No passado “tinha-se a visão de que o crescimento econômico era sinônimo de exploração dos recursos ambientais, levando os países desenvolvidos a não se preocuparem com o meio ambiente.” (MACIEL, et al, 2009, p. 90). Hoje os conceitos e valores estão evoluindo, as empresas e países se conscientizaram, agora utilizam recursos renováveis e contribuem para reduzir a poluição.

Os créditos de carbono são exemplos de como as empresas podem contribuir com o meio ambiente e ainda continuarem lucrativas. Além de amenizar os gases do efeito estufa, que é o fator mais importante, os créditos de carbono dão lucros e são usados também como marketing, as companhias que possuem projetos ambientais são vistas de forma diferenciada, conquistam a confiança do mercado.

A contabilidade como ciência social deverá estar preparada para essas mudanças de comportamento da sociedade e em especial das empresas, adaptando-se a esses novos ganhos de forma que possa contribuir para registrar com seguranças tais “ativos”. É evidente que tal assunto ainda vai gerar grandes discussões sobre a contabilização de ativos ambientais como os créditos de carbono.

Não existem normas, leis ou pronunciamentos que digam exatamente como devem ser contabilizados os créditos de carbono. A contabilização ainda deve ser feita por meio do bom senso, costumes e princípios, e nesse ultimo caso sempre observando a oportunidade e prudência. Os órgãos contábeis brasileiros precisam discutir, normatizar e instruir as empresas sobre o registro desses ativos, dessa forma a contabilidade vai amparar e incentivar o desenvolvimento de projetos que beneficiam o meio ambiente.

## Referências

- ALMEIDA, Hugo Netto Natrielli de. **Crédito de carbono**. Disponível em:  
<<http://jus.uol.com.br/revista/texto/7307/creditos-de-carbono/1>> Acesso em: 23 jun. 2011.
- ARAUJO, Antonio Carlos Porto. **Como comercializar créditos de carbono**. 6. ed. São Paulo: Trevisan, 2008.

AZEVEDO, Osmar Reis. **Comentários às novas regras contábeis brasileiras**. 3. ed. São Paulo: IOB, 2009. 536 p.

BARBIERI, Karen Simões; RIBEIRO, Maísa de Souza. **Mercado de créditos de carbono: aspectos comerciais e contábeis**. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos72007/68.pdf>> Acesso em: 19 maio 2011.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003. 189 p.

BM&FBOVESPA. **Mercado de carbono**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/mercado-de-carbono/mercado-de-carbono.aspx?idioma=pt-br>> Acesso em: 23 jun. 2011.

COSTA, Dahyana Siman Carvalho da. **Mercado de crédito de carbono**. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos905/mercado-creditos-carbono/mercado-creditos-carbono.shtml>> Acesso em: 23 jun. 2011.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

ETAPAS para validação dos créditos de carbono. Disponível em: <[http://4.bp.blogspot.com/-AIYOHxqDj9c/TV\\_KIYsaeoI/AAAAAAAAAAU/vVqY3pog\\_mc/s1600/cicli\\_md1.jpg](http://4.bp.blogspot.com/-AIYOHxqDj9c/TV_KIYsaeoI/AAAAAAAAAAU/vVqY3pog_mc/s1600/cicli_md1.jpg)> Acesso em: 17 maio 2011.

*FuturaMente: revista científica, Pereira Barreto, v. 8, 2011.*

FONSECA, Sérgio de Mattos; ROCHA, Marcelo Theoto. **O MDL e as florestas de manguezal.**

Disponível em: <

[http://www.ead.fea.usp.br/semead/7semead/paginas/artigos%20recebidos/Socioambiental/SA20\\_O\\_MDL\\_e\\_as\\_florestas\\_de\\_manguezal.PDF](http://www.ead.fea.usp.br/semead/7semead/paginas/artigos%20recebidos/Socioambiental/SA20_O_MDL_e_as_florestas_de_manguezal.PDF)> Acesso em: 18 jun. 2011.

GARATTONI, Bruno. et al. O pior que pode acontecer. **Revista Superinteressante**, São Paulo, ed. 290, p. 56-65, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MACIEL, Carolina Veloso; et. al. **Crédito de carbono: comercialização e contabilização a partir de projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo**. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/ricontabeis/index.php/contabeis/article/viewFile/180/128>> Acesso em: 23 jun. 2011.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 257 p.

MARQUES, Fernando R.; MAGALHÃES, Gerusa.

**Isenção tributária para os créditos de carbono.**

Disponível em:

<<http://www.verdegaia.com.br/index.php/portal/descricao/geral/75/Isen%C3%A7%C3%A3o+tribut%C3%A1ria+para+os+cr%C3%A9ditos+de+carbono.html>>

Acesso em: 18 jun. 2011

MARTINS, Elizeu; LUCA, Márcia M. de. Ecologia via contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. 86, p. 28-29, 1994.

PAULA, Giovana de. **Mercado de crédito de carbono**: regulamentações e análises. Disponível em: <<http://www.uniquimica.com/images/noticias/upload/arq20041216110124.pdf>> Acesso em: 20 maio 2011.

RIBEIRO, Maísa de Souza. **O tratamento contábil dos créditos de carbono**. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/96/tde-11082006-093115/pt-br.php>> Acesso em: 18 jun. 2011.

SANTOS, Andréia Regina Soares dos; OLIVEIRA, Rogério Capobianco. Disponível em: <[http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2009/anais/arquivos/0416\\_0226\\_01.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/0416_0226_01.pdf)> Acesso em 23. Jun. 2011.

SISTER, Gabriel. **Mercado de carbono e protocolo de quioto**: aspectos negociais e tributação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 200 p.

SOUSA, Silvio Araújo de. **Créditos de carbono**. Disponível em: <<http://www.mundovestibular.com.br/articles/798/1/CREDITOS-DE-CARBONO/Paacutegina1.html>> Acesso em: 18 jun. 2011

SOUZA, André Luis Rocha de. **Protocolo de kyoto e mercado de carbono**: estudo exploratório das

abordagens contábeis aplicadas aos créditos de carbono e o perfil de projetos de MDL no Brasil. Disponível em:

<[http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg6/anais/T10\\_0238\\_1273.pdf](http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg6/anais/T10_0238_1273.pdf)> Acesso em: 18 jun. 2011.

YAZBEK, Otavio. **Processo administrativo CVM nº RJ 2009/6346**. Disponível em:

<<http://www.cvm.gov.br/PORT/INFOS/COMUNICADO%20-%20RCE%20-%207%20DE%20%20JULHO.ASP>> Acesso em: 23 jun. 2011.

## Contabilidade Pública

Jaqueline Morales Gonçalves

[jack-morales@hotmail.com](mailto:jack-morales@hotmail.com)

Gustavo Leone Carvalho Batista da Silva

[Gustavo\\_leone16@hotmail.com](mailto:Gustavo_leone16@hotmail.com)

4.<sup>a</sup> Série Curso de Ciências Contábeis/FIU

### RESUMO:

A contabilidade pública é o ramo mais complexo a ser exercido por um contador, cujas leis e regras são aperfeiçoadas constantemente e só pode ser feito o que está previsto por lei, enquanto na contabilidade privada, é permitido tudo o que a lei não proíbe.

**PALAVRAS-CHAVE:** Contabilidade Pública; Gestão Pública e Gastos Responsáveis.

### 1 Introdução

A contabilidade pública tem por dever controlar os gastos que serão realizados ao longo de um exercício financeiro. Para alcançar esse objetivo a contabilidade pública faz uso de várias normas que são extremamente

rigorosas, visando ao controle de gastos dos gestores públicos. Este artigo apresenta um comparativo das Câmaras Municipais das Estâncias Turísticas de Pereira Barreto e Ilha Solteira (doravante chamadas de Pereira Barreto e Ilha Solteira), mostrando os recursos arrecadados pelos dois municípios e o gasto de ambos com agentes políticos e servidores públicos.

## **2 Contabilidade Pública**

Segundo o autor Heilio Kohama(2006)

[...] a Contabilidade Pública tem por dever registrar e controlar a execução de todos os orçamentos elaborados, receitas e despesas empenhadas, conservando assim o patrimônio. (KOHAMA, 2006, p. 24)

A lei que regula esse setor é a lei 4.320/64. Com essa lei foram estabelecidos parâmetros para o controle de gastos com verbas públicas.

A Contabilidade Pública, em termos, é a mesma que a Contabilidade Privada; o objetivo dos dois ramos é o mesmo: os bens. Porém, a contabilidade pública possui algumas falhas, deixando muitas aberturas para fraudes e desvios. São necessárias ainda várias mudanças para que esse complexo sistema se aperfeiçoe, além de mudanças nos sistemas. É

necessário que os ordenadores de despesa e contadores se conscientizem de que o dinheiro gasto, por lei, deverá ser aplicado em benefício da população, seguindo princípios como o da moralidade, eficiência, legalidade, interesse público, entre outros.

O orçamento público é a chave de uma gestão bem organizada. Ele é único, e peça principal a ser cumprida, por isso seu planejamento é indispensável. O orçamento, no que diz respeito à sua execução, tem prazos e metas e serem alcançadas. Sem um bom planejamento, os recursos serão gastos fora do tempo previsto, e não serão cumpridas as metas iniciais.

### **3 As leis da Contabilidade Pública**

De acordo com Heilio Kohama(2006),

[...] a contabilidade é um campo vasto e existem vários tipos de atuações. Em tudo é preciso a contabilidade. O setor público é o mais complexo e interessante deles. Nessa área existem algumas normas específicas, válidas somente para ela, como a lei 4.320/64, criada com a finalidade de proteger o patrimônio público, definindo como deverão ser feitos os orçamentos. Com essa mesma finalidade foram criadas outras leis que serão apresentadas neste artigo. (KOHAMA, 2006, P.25)

Ainda de acordo com o autor Heilio Kohama (2006)

a Lei de Responsabilidade Fiscal/lei complementar nº 101, foi criada com o intuito de controlar os gastos realizados pelos políticos em suas gestões. (KOHAMA, 2006, p. 35)

Seu objetivo é controlar e tornar mais responsável o uso das verbas públicas, com base em quatro princípios: planejamento, transparência, controle e responsabilidade.

Estabelecendo limites a serem gastos, os gestores poderão gastar de acordo com o percentual indicado: no mínimo 25% deverão ser destinados à educação; 15%, no mínimo, para a saúde e 60 %, no máximo, para gastos com pessoal, sendo que destes percentuais, 54% vão para o Poder Executivo e 6% são destinados ao Poder Legislativo.

No caso de gastos com pessoal, o Executivo deve atender ao limite máximo de 54% do orçamento do município. É o que que ele pode dispende com a folha de pagamento e encargos.

O Legislativo, por sua vez, precisa enquadrar seus gastos com servidores e agentes políticos no percentual limite de 6%, o que totaliza, junto com os 54% do Executivo, o limite de 60% do orçamento municipal para despesas com pessoal.

Não obstante, a Lei de Responsabilidade Fiscal criou um limite, chamado de prudencial, para ambos os Poderes. Quando atingem 95% de seus respectivos limites, ou seja, quando o Executivo atingir 51,3% e o Legislativo atingir 5,7% de gastos, os Tribunais de Contas dos Estados emitem um alerta, para que tomem providências, com medidas de contenção e/ou até redução de despesas, a fim de que não ultrapassem os limites.

Além da Lei de Responsabilidade Fiscal existem outras normas aplicadas na área de Contabilidade Pública, como: Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

A LDO tem a finalidade de determinar os gastos feitos pela instituição pública, estabelecendo as despesas e as receitas que serão realizadas durante o prazo de três anos. Essa lei, com todos seus anexos, é elaborada conjuntamente pelo contador, gestores, e secretários no caso de Prefeituras. Depois, é enviada à Câmara Municipal para apreciação. Enquanto essa lei não for aprovada pelos vereadores, a Câmara Municipal não poderá entrar em recesso, e, se por algum motivo não puder ser realizada a votação, passa a valer o orçamento do ano anterior.

Já o PPA é elaborado para vigorar por quatro anos. A equipe responsável pelo orçamento estipula um valor com base no que foi gasto na gestão anterior,

calcula a margem de inflação, entre outros índices, e prevê um futuro aumento de pessoal. Esse orçamento não pode ter seu valor ultrapassado e começa a valer no segundo ano do mandato do gestor público até o fim do primeiro ano do mandato do gestor seguinte, tornando obrigatório o planejamento dos gastos evitando o uso abusivo do dinheiro público.

A LOA é basicamente a lei de Diretrizes Orçamentárias, ela detalha onde serão investidos os recursos, com a diferença de que, por ser anual, é feita somente para o ano vigente enquanto a LDO tem vigência por até três anos. Além disso, a Lei Orçamentária Anual é muito mais detalhada e especifica determinando com mais precisão onde serão aplicados os recursos obtidos. Por exemplo, enquanto a Lei de Diretrizes Orçamentárias diz que será construída uma escola, a Lei Orçamentária Anual diz onde vai ser construída a escola, com quantas salas e os investimentos que serão feitos.

Essas leis foram criadas com o objetivo de limitar e racionalizar os consumos feitos pelos políticos em seus mandatos. Os gastos na área pública possuem mecanismos de controle, fazendo com que os governantes tenham limites, não cometendo abusos do erário.

#### **4 Art. 29, inciso VI da Constituição Federal**

De acordo com o Art. 29, inciso VI da Constituição Federal o intuito de uma lei municipal é manter a ordem e limites entre cidadãos e agentes públicos.

A lei destinada aos municípios em relação a Contabilidade Pública está no artigo 29, inciso VI da Constituição Federal, dita o número de vereadores que cada município poderá ter. Esse número é obtido através do cálculo da quantidade de habitantes que o município possui. Municípios como os de Pereira Barreto e Ilha Solteira podem ter nove vereadores, pois possuem mais de quinze mil e menos de trinta mil habitantes, limite mínimo necessário para que o município possa ter onze vereadores.

O termo município, engloba, em sua Administração Direta, Prefeitura e Câmara Municipal, além de órgãos da Administração Indireta, como fundações e autarquias.

No caso de Pereira Barreto, o SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto – é uma autarquia. Na Ilha Solteira, a FUNEDISA- Fundação Municipal de Educação e Desenvolvimento Social de Ilha Solteira é uma fundação e o IPREM – Instituto de Previdência Municipal, uma autarquia.

Neste estudo, compara-se os gastos com pessoal nas Câmaras Municipais dos dois municípios.

**Tabela 01 - Dados Socioeconômicos** - Fonte: IBGE ano de 2010

<b>Muni- cípio</b>	<b>Habi- tantes</b>	<b>Base Ter- ritorial (Km<sup>2</sup>)</b>	<b>Representa- ção Política (Eleitores)</b>	<b>PIB <i>per</i> <i>capita</i> (R\$)</b>
Ilha Solteira	25.064	656,225	19.647	41.629,50
Pereira Barreto	24.962	978,885	19.690	18.955,50
<b>Total</b>	<b>50.026</b>	<b>1.635,110</b>	<b>39.337</b>	<b>60.585,00</b>

**Tabela 02 – Receitas, despesas, transferências e número de empresas.**

<b>Mu- ni- cípio</b>	<b>Receitas Orçamentá- rias Realizadas Correntes (R\$)</b>	<b>Despesas Orçamentá- rias Realizadas Correntes (R\$)</b>	<b>Valor do Fundo de Participa- ção dos Municípios – FPM (R\$)</b>	<b>Estati- stí- cas do Cadas- tro Central de Empre- sas – 2009 (Unid)</b>
Ilha Solteira	63.147.405,73	48.640.266,60	8.466.323,96	1.029
Pereira Barreto	43.658.688,39	35.530.388,58	10.379.260,34	891
<b>Total</b>	<b>106.806.094,12</b>	<b>84.170.655,18</b>	<b>18.863.584,30</b>	<b>1.920</b>

Fonte: IBGE ano de 2010

*FuturaMente: revista científica, Pereira Barreto, v. 8, 2011.*

Observa-se que o município de Ilha Solteira possui um PIB mais elevado do que o município de Pereira Barreto. Isso ocorre porque o primeiro recebe um valor de ICMS, oriundo da geração de energia pela Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, maior que o recebido pelo segundo município, cujo ICMC é decorrente da geração de energia elétrica na Usina Hidrelétrica de Três Irmãos. Esta situação se reflete também na receita, na arrecadação, que em Ilha Solteira é maior, em grande parte devido ao maior repasse de ICMS pelo Governo do Estado.

A tabela 02 mostra que Ilha Solteira tem uma receita maior que Pereira Barreto. Possui também um número maior de empresas cadastradas no município: 138 empresas a mais do que em Pereira Barreto. Porém, comparando o número de pessoas ocupadas nos dois municípios não se vê uma disparidade tão grande. Na questão da quantidade de emprego, Pereira Barreto não tem um déficit muito acentuado em relação ao município vizinho.

### **Tabela 03 - Comparativo de gastos com agentes políticos e servidores**

<b>Municípios</b>	<b>Subsídios de Vereadores</b>	<b>Remuneração de Servidores</b>
Ilha Solteira	33.300,00	73.319,80
Pereira Barreto	25.659,22	72.783,26
<b>Total</b>	<b>58.959,22</b>	<b>146.103,06</b>

Fonte: sites das câmaras de PB e Isa – ano de 2010.

A tabela 03 mostra o comparativo das despesas com pessoal, feitas pelas duas Câmaras Municipais no mês de dezembro de 2010.

As despesas com pessoal são altas nos dois municípios, mas não atingem o ponto de alerta que é de 5,7%.

O gasto com subsídio mensal de vereadores é de R\$ 33.300,00 (trinta e três mil e trezentos reais) em Ilha Solteira. Com essa base podemos calcular que um vereador recebe R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais). Além do subsídio, ele também recebe diárias para realização de viagens à Câmara Federal e ao Senado em Brasília, à Assembleia Legislativa em São Paulo entre outros. Esse dinheiro é concedido para gastos com alimentação e hospedagem. Estes valores, entretanto, não integram o subsídio, devendo o restante do valor que não é usado, ser devolvido aos cofres da Câmara Municipal.

No município de Pereira Barreto o valor da folha de pagamento de vereadores é de R\$ 25.659,22 (vinte cinco mil seiscientos e cinquenta e nove reais e vinte e dois centavos). O subsídio de um vereador é em média R\$ 2.851,02 (Dois mil oitocentos e cinquenta e um reais e dois centavos). A tabela anterior mostra, também, o valor gasto com servidores.

## **Considerações Finais**

Observou-se que a Contabilidade Pública é uma área da Contabilidade, com leis próprias aplicadas a ela e, mesmo sendo tão diferente da Contabilidade Privada, uma característica elas têm em comum: o objeto delas é o mesmo, as duas visam proteger o patrimônio.

Observa-se nesse breve estudo de caso que, depois da criação de leis para a Contabilidade Pública, principalmente a Lei de Responsabilidade Fiscal, os políticos agora têm limites para seus gastos, não podendo de maneira alguma ultrapassar os percentuais previstos por lei ou ultrapassar os orçamentos feitos para todo o exercício financeiro.

Fica-se ainda com uma leve noção dos valores que são repassados aos dois municípios e dos gastos que foram feitos por agentes políticos.

## **Referências Bibliográficas**

BARRETO, Câmara Municipal de Pereira. Relatório Financeiro-Balancete contábil. Pereira Barreto: Câmara Municipal, 2010. Disponível em: <<http://www.camarapereirabarreto.sp.gov.br/contaspublicas/Balancete%20Contabil%20Novembro.PDF>>. Acesso em: 21 set. 2011.

*FuturaMente: revista científica, Pereira Barreto, v. 8, 2011.*

IBGE. Pesquisa dos Municípios. São Paulo: IBGE-instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>.

Acesso em: 21 set. 2011.

MACHADO JUNIOR, J. Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. **A Lei 4.320 comentada**. 27. ed. São Paulo: Eletrônica, 1996. 389 p.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias; ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade Pública: uma abordagem da Administração Financeira Pública**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997. 330 p.

SOLTEIRA, Câmara Municipal de Ilha. Relatório Financeiro-Encerramento 2010. Ilha Solteira: Câmara Municipal, 2010. Disponível em:  
<[http://www.cmilhasolteira.sp.gov.br:8180/portal/contabilidade/2010/relatorios-diversos/relatorio-financeiro-encerramento-do-exercicio\\_2010.pdf/view](http://www.cmilhasolteira.sp.gov.br:8180/portal/contabilidade/2010/relatorios-diversos/relatorio-financeiro-encerramento-do-exercicio_2010.pdf/view)>. Acesso em: 21 set. 2011.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 352 p.

## **Contabilidade Internacional com ênfase no ativo imobilizado segundo as normas do FASB, IASB e Brasil.**

Glauca Masteghin da Silva Oliveira

[glauca\\_masteghin@hotmail.com](mailto:glauca_masteghin@hotmail.com)

Meire Lucia da Silva Jorge

4.<sup>a</sup> Série Ciências Contábeis

Faculdades Integradas Urubupungá

Orientadora Prof.<sup>a</sup> Silvia Barbosa de Melo

Faculdades Integradas Urubupungá

[silvia.barbosa3@terra.com.br](mailto:silvia.barbosa3@terra.com.br)

### **RESUMO:**

O avanço da contabilidade na direção dos investimentos permanentes em outras sociedades tem sido um enorme desafio para os estudiosos e profissionais da área contábil, pois os valores que a compõe são bem significativos e qualquer mudança de critério implica numa análise mais minuciosa, pois pode advir um ganho percentual para a empresa, mas por outro lado, prejuízos para os empregados ou para os acionistas. Assim torna-se oportuno levantar a discussão acerca da troca de conceito, mensuração e

avaliação dos ativos de longa duração frente às diferentes interpretações pronunciadas nos diversos países. Como são tratados os conceitos e mensuração do Ativo Imobilizado segundo as normas do FASB (*Financial Accounting Standart Board*), IASB (*Internacional Accounting Standart Board*) e Brasil e observando estes aspectos que envolvem a interpretação por diferentes olhos aos elementos das demonstrações financeiras o presente trabalho tem como objetivo apresentar os principais conceitos sobre o “Ativo”, no entendimento das normas contábeis brasileiras, norte-americanas FASB, e europeia IASB, bem como sua mensuração aplicada para ativos de longa duração especificamente o ativo imobilizado.

**Palavras chave:** Conceituação do Ativo; Normas Brasileiras de Contabilidade; Contabilidade Internacional.

## 1 Introdução

Existem diversas estruturas conceituais de contabilidade que orientam a emissão de normas contábeis, tanto a nível nacional quanto internacional. A análise desta estrutura se faz relevante, pois influenciam a emissão de normas em diversos países. Os conjuntos normativos de cada país conduzem as

divergências na definição, mensuração e evidenciação das Demonstrações Contábeis, mas a harmonização das Estruturas Conceituais da Contabilidade poderia minimizar tais divergências, trazendo benefícios diretos aos usuários da contabilidade, que poderia tomar decisões com base em informações mais sólidas e ampliar a probabilidade de sucesso da gestão da empresa.

Comprometido em reduzir essas diferenças o IASB (*Internacional Accounting Standart Board*) busca harmonizar as regulamentações, normas contábeis e procedimentos pronunciados pelos diferentes países.

Nesse contexto este trabalho busca identificar os conceitos relacionados ao elemento “Ativo Imobilizado” das Demonstrações Contábeis, a fim de que se perceba a diferença de suas interpretações.

O potencial de geração de benefícios futuros, ou seja, a entrada de caixa para a organização está presente na maioria das definições sobre ativos. Apesar dos conceitos serem unânimes em relação à necessidade do retorno futuro dos investimentos feitos pela entidade, sua mensuração não é ponto pacífico na literatura contábil.

O objetivo da mensuração é escolher medidas para orientar os objetivos na divulgação financeira decorrentes da estrutura da contabilidade. A definição do critério de mensuração a ser utilizado na organização tem por objetivo retratar da melhor maneira o benefício que será gerado pelo ativo. Apesar dos critérios na escolha do método de mensuração os

ativos nem sempre estão em consonância com seu real valor.

Em se tratando especificamente dos elementos do ativo imobilizado, há uma dificuldade, por parte da Contabilidade, em mensurar o valor econômico decorrente de seu uso. Por esse motivo é que surgem instrumentos de avaliação como: o *impairment* (redução do valor recuperável do ativo), para adequar o ativo a sua real capacidade de retorno econômico e encontrar o *fair value* (valor justo) para os itens deste grupo.

O *impairment* é o instrumento utilizado para adequar o ativo à sua real capacidade de retorno econômico. Ele é aplicado em ativos fixos (ativo imobilizado), ativos de vida útil indefinida (*goodwill*), ativos disponíveis para venda, investimentos e em operações descontinuadas. A perda por *impairment* deve ser reconhecida quando o valor contábil do ativo for superior ao seu valor justo (*fair value*).

De acordo com as novas normas para determinar o valor justo do ativo os métodos utilizados são: o valor de mercado do ativo, o valor de ativos similares, ou outras técnicas. (aqui não será aprofundado o estudo desse instrumento que é o “*impairment*”).

A metodologia utilizada para atender o objetivo deste trabalho foi de caráter exploratório e descritivo, através de levantamentos bibliográficos.

## **2 Estrutura conceitual básica da Contabilidade**

No estudo elaborado pelo IPECAFI (Instituto Brasileiro de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras), aprovado e divulgado pelo IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil) e referendado pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) sobre a conceituação dos Princípios de Contabilidade, emitido em 1986, dispõe, além de outros assuntos, sobre os objetivos da contabilidade.

No presente trabalho, o objetivo principal da contabilidade é o de permitir que cada grupo de usuário possa avaliar a situação econômica e financeira de uma empresa, além de poder, com estas informações, inferir tendências futuras à mesma. Portanto, nesse sentido, a contabilidade torna-se um instrumento útil para a tomada de decisões de seus usuários.

O CFC (Conselho Federal de Contabilidade) editou a Resolução 774 em 16/12/94 que aprova um apêndice interpretando a Resolução 750 do mesmo Conselho, que também dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade no Brasil.

Seu objetivo principal, é o de possibilitar ao usuário das informações específicas avaliarem a situação e as tendências futuras, baseando-se fundamentalmente na observância dos princípios contábeis. Isto pode ser comprovado mediante o fato de que tal Resolução destaca que: para que o usuário possa planejar suas próprias operações, deve haver

consistência nos procedimentos que as entidades distintas utilizam para elaborar suas demonstrações contábeis.

Essa “consistência” está relacionada com um conjunto formal de normas cuja coerência estrutural é garantida pela observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, que ainda, de acordo com a Resolução, estabelece o necessário elo entre a Ciência da Contabilidade e seus ordenamentos aplicados.

Ainda que não aprofundado, nota-se a existência de grande debate frente a interpretações oriundas de órgãos regulamentadores da profissão contábil e órgãos reguladores de mercado, que se utilizam das informações contábeis. Vale ressaltar ainda que este fato encontra-se localizado dentro de um único país.

Uma incursão à Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade pelo FASB (*Financial Accounting Standart Board*), permite breve relato constatando que este se ampara em normas e nos aspectos pragmáticos.

Já na Estrutura Conceitual Básica do IASB (no documento titulado Framework), tem-se o seguinte texto em relação às demonstrações contábeis (em tradução livre por Carvalho, Lemes e Costa (2006):

“São preparadas e apresentadas para usuários externos por muitas entidades ao redor do mundo. Embora tais demonstrações financeiras possam parecer semelhantes de país para país, há diferenças que provavelmente

foram causadas por uma variedade de circunstâncias sociais, econômicas e legais e porque diferentes países tiveram em mente as necessidades de diferentes usuários ao definirem as normas nacionais” (CARVALHO; LEMES; COSTA, 2006, p. 46).

Estas diferentes circunstâncias levaram a uma variedade de definições dos elementos das demonstrações financeiras como, por exemplo, o que são ativos, exigibilidades, patrimônio líquido, receitas e despesas. Tais diferenças resultaram no uso de distintos critérios para o reconhecimento de itens nas demonstrações financeiras e em uma preferência por diferentes bases de mensuração de tais itens.

Nesse sentido, o IASB está comprometido em reduzir essas diferenças buscando harmonizar as regulamentações, normas contábeis e procedimentos relativos à preparação e apresentação das demonstrações financeiras. O IASB acredita que maior harmonização pode ser conseguida focando-se nas demonstrações financeiras preparadas com o propósito de prover informações úteis na tomada de decisões econômicas.

Devido aos aspectos pragmáticos e semânticos, a contabilidade pode ser direcionada sobre um ou outro fundamento. Em consequência disso, toda sua estrutura – ativo, passivo, receita e despesa – poderão ter linhas diferentes de interpretação. Tendo em vista que o escopo deste trabalho está diretamente relacionado ao ativo imobilizado de uma entidade, necessário se fez a

exposição da Estrutura Conceitual Básica existente no Brasil, nos EUA e também pelo IASB a fim de que se perceba a diferença de interpretações dos conceitos de ativo realizadas por diferentes autores.

### **3 Fundamentação de ativo**

De acordo com a Resolução do CFC n.º 1.049, de 07/10/10.2005, que alterou a NBC T 3 (*Normas Brasileiras de Contabilidade*), o ativo compreende os bens, os direitos e as demais aplicações de recursos controlados pela entidade, capazes de gerar benefícios econômicos futuros, originados de eventos ocorridos no passado.

O termo “ativo” pode nos levar a várias conclusões, pois é composto de bens tangíveis e intangíveis, ou materiais e imateriais. Nesse sentido, Iudícibus (2000, p. 129) considera a definição de ativo do autor Francisco D’Auria (1959, p. 397) restrita. A definição diz que ativo “é o conjunto de meios ou a matéria posta à disposição do administrador para que este possa operar de modo a conseguir os fins que a entidade entregue à sua direção tem em vista”. Esta definição foi considerada por Iudícibus como restrita devido ao fato de que se trata apenas de meios materiais ou tangíveis, não considerando elementos importantes como o *goodwill*.

Analisando outras definições de ativo, Iudícibus (2000, p. 130) concorda em partes com a definição feita

pelos autores Sprouse e Moonitz no ARS nº 3, do AICPA (*American Institute of Certified Public Accountants*), 1962 quando dizem que “ativos representam benefícios futuros esperados, direitos que foram adquiridos pela entidade como resultado de alguma transação corrente ou passada”. Ele concorda em partes porque se entende que há excessiva ênfase às transações presentes ou passadas e complementa afirmando que “ativos podem ser constituídos como resultado do esforço de pesquisa da empresa, de natureza contínua, pela organização excelente e por fatores intangíveis não necessariamente ligados a transações com o mundo exterior”.

Vasconcelos e Silva apud Paton (2002) apresentam uma definição mais abrangente, considerando todos os aspectos que o compõem e que contempla o conceito de valor, para a entidade: “Ativo é qualquer contraprestação material ou não, possuída por uma empresa específica e que tem valor para aquela empresa.”

Hendriksen e Breda (1999, p. 284), também no sentido de melhor entender o que é ativo, referem-se a John Canning, professor de Stanford, que foi um dos primeiros a apresentar definição abrangente dos elementos do balanço. Sua definição de ativo diz que:

“Qualquer serviço futuro, em termos monetários, ou qualquer serviço futuro conversível em moeda (...) cujos direitos pertencem legal ou justamente a alguma pessoa ou algum conjunto de pessoas. Tal serviço é um ativo

somente para essa pessoa ou esse grupo de pessoa que o usufrui” (HENDRIKSEN; BREDA, 1999, p. 284).

No referencial conceitual do FASB, no SFAC 6 (*Statement of Financial Accounting Concepts*), ativo é definido como benefícios econômicos futuros prováveis, obtidos ou controlados por uma entidade em consequência de transações ou eventos passados.

Para o IASB, ativo é um recurso controlado por um empreendimento como resultado de eventos passados, do qual se espera fluir benefícios econômicos futuros para o empreendimento.

Nota-se que tanto na definição do CFC quanto na definição do FASB e do IASB existem três características essenciais aos ativos segundo Iudícibus (2000):

1. Benefício futuro provável: corresponde à capacidade do ativo, isolado ou em combinação com outros ativos, de contribuir para a geração de entradas líquidas de caixa futuras;

2. Controle: a entidade pode controlar o acesso de outras entidades a esses benefícios, muito embora em alguns casos, o direito possa ser compartilhado com pessoas ou empresas específicas;

3. Eventos passados: os benefícios econômicos devem resultar de transações ou eventos passados, não devem incluir benefícios que poderão surgir no futuro,

mas não existem ou não estão sob controle da entidade no presente.

Como um benefício futuro provável, deve haver algum direito específico a benefícios futuros ou potencial de serviços. Além disso, os direitos devem produzir um benefício positivo; os direitos com benefícios nulos ou negativos em potencial não são ativos, pois estes direitos precisam ter um benefício líquido positivo. Isto significa que, por exemplo, se o custo para se cobrar uma dívida for o mesmo do valor desta dívida, então a mesma não pode ser considerada como ativo.

Por outro lado, o fato de que o valor futuro de um direito ou de um fluxo de serviços pode ser incerto não o exclui da definição de ativo.

Em relação ao controle, os direitos devem pertencer a algum indivíduo ou alguma empresa. O direito deve permitir a exclusão de outras pessoas, embora em alguns casos o direito seja compartilhado com pessoas ou empresas específicas. Nesse sentido, Hendriksen e Breda (1999, p. 285), afirmam sobre a importância considerável aos critérios de controle em sua definição de ativo, ou seja, “ativos são recursos sob controle da entidade”.

#### **4 Reconhecimento e mensuração de ativos**

Desde a antiguidade, o homem registra seus bens, dentre outros motivos, com o intuito de mensurá-los, a fim de saber qual o valor de seu patrimônio.

Naqueles tempos, antes do surgimento da moeda como meio padrão de troca, poderia afirmar, hipoteticamente, que um boi equivaleria a quatro carneiros, ou uma vaca prenha teria o mesmo valor que oito ovelhas e assim sucessivamente. Portanto, pode-se concluir, analogamente, que um bem era avaliado pelo benefício que ele proporcionava. Iudícibus (2000, p. 131), confirma esta ideia ao afirmar que “o valor de um ativo é a soma dos preços futuros de mercado dos fluxos de serviços a serem obtidos...”.

Com a evolução da sociedade, do comércio, dos meios de produção, foram sendo incorporados aos bens dos proprietários as inovadoras máquinas e equipamentos de produção.

Diferentemente de um animal, onde o preço era definido pelo benefício que ele proporcionava, o valor destes novos ativos passou a ser contabilizados pelo seu valor de entrada, ou seja, o preço que se pagou pela sua aquisição. Desta forma, o ativo não representaria o benefício ao qual ele proporcionaria, mas, o preço de sua aquisição.

Nesse sentido, estudiosos da contabilidade não medem esforços para tentar mensurar o ativo de forma que ele venha verdadeiramente representar seu valor. Hendriksen e Breda (1999, p. 304), classificam este esforço como “debate furioso”.

Porém, antes de se mensurar um ativo, necessário se faz a realização do reconhecimento do mesmo. Nesse sentido, Carvalho, Lemes e Costa (2006), afirmam:

“Dois critérios são exigidos para reconhecimento de um ativo: a probabilidade de benefícios econômicos associados ao ativo fluírem para a empresa e a possibilidade de mensuração confiável do custo do ativo. Estes dois princípios devem permear toda decisão tomada pela empresa no reconhecimento do ativo imobilizado” (CARVALHO; LEMES; COSTA, 2006, p. 134).

No entanto, no Brasil, não havia legislação referente a reconhecimento de ativos. Mas tal assunto é abordado pelo FASB e IASB e pode-se inferir certa semelhança entre ambos, pois é salientado que reconhecimento é um processo de incorporação de um item nas demonstrações financeiras de uma entidade, em seus aspectos qualitativos e quantitativos, e que deve atender os critérios de definição, mensurabilidade, relevância e confiabilidade, estando sujeitos a restrição da relação custo-benefício e pela materialidade do reconhecimento do evento ou transação nas demonstrações financeiras.

Uma vez reconhecidos como ativos, os bens podem ser mensurados monetariamente. No capítulo XV da Lei 6.404/76, Art. 183, são tratados assuntos relacionados aos critérios de avaliação de ativos. No § 1º desse artigo é dito que os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados

somente quando houver efeito relevante. Vê-se neste exposto a utilização do custo histórico.

Para o FASB, a mensuração de ativos pode ser realizada com base em cinco diferentes critérios, a saber:

– Custo Histórico: é o montante de caixa ou seus equivalentes, pago para a aquisição de um ativo, comumente ajustado após a aquisição, pelas amortizações e outras alocações;

– Custo Corrente: é o montante de caixa ou equivalente, que deverá ser pago se o mesmo ou equivalente ativo for adquirido atualmente;

– Valor de Mercado Corrente: é o montante de caixa ou equivalentes, que deverá ser obtido com a venda de um ativo em liquidação ordenada;

– Valor Realizável Líquido (Liquidação): é o montante não descontado de caixa ou seus equivalentes, no qual é esperado que um recurso seja convertido no devido curso dos negócios, menos custos diretos, sem que seja necessário se fazer qualquer conversão; e

– Valor Presente (ou Descontado) de Fluxo de Caixa Futuro: é o valor presente ou descontado das entradas futuras líquidas de caixa, na qual se espera que um ativo seja convertido no curso normal das atividades, menos as saídas líquidas futuras de caixa necessárias para obtenção das entradas líquidas.

Para o IASB, a mensuração de ativos pode ser

realizada com base em quatro diferentes critérios, a saber:

- Custo Histórico: é o montante de caixa ou equivalente de caixa pago pelo valor acordado do que é entregue para adquiri-los no momento de sua aquisição;
- Custo Corrente: é o montante de caixa ou equivalente de caixa que deveria ser pago se o mesmo ou um recurso equivalente fosse atualmente adquirido;
- Valor Realizável (Liquidação): é o montante de caixa ou equivalente que poderia ser obtido com a venda de ativos; e
- Valor Presente: é o valor presente descontado do futuro fluxo de entrada líquida de caixa, na qual se espera que seja gerado por ativo no curso normal de suas atividades na empresa.

## **5 Ativo Imobilizado**

Gastos com Ativo Imobilizado são considerados investimentos, pois são aqueles incorridos visando à obtenção de um fluxo de benefícios ao longo de um período futuro.

O substitutivo ao Projeto de Lei 3.741 que altera a Lei 6.404/76, em seu artigo 179, no item IV, conceitua as contas a serem classificadas no Ativo Imobilizado como:

“Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações de concessão ou exploração de serviços públicos, quando houver transferência dos benefícios, riscos e controle desses bens”. (CFC, Lei 3.741, 2000)

De acordo com a Resolução n.º 1.049, de 07/10/2005 do Conselho Federal de Contabilidade, que alterou a NBC T 3, Imobilizado são os bens e direitos, tangíveis e intangíveis, utilizados na consecução das atividades fins da entidade.

Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003) afirmam que são integrados ao Imobilizado os recursos aplicados ou destinados a bens, mesmo que ainda não estejam em operação, mas que se destinam a tal finalidade, e citam como exemplo as construções em andamento, importações em andamentos, adiantamentos para inversões fixas, *leasing* financeiro no ato da assinatura do contrato de arrendamento mercantil, quando atendidas certas condições.

Essa conceituação também foi corroborada pelo Pronunciamento V – Imobilizado, emitido pelo IBRACON e pela NBC T 10.2, aprovada pela Resolução do CFC n.º 921/01.

Para o FASB, o Ativo Imobilizado, também denominado como ativo de longa duração, é o

componente mais significativo do grupo de ativos, do qual deriva sua capacidade de geração de fluxo de caixa.

De acordo com o IASB, ativo imobilizado são aqueles bens tangíveis com vida útil esperada maior do que um ano, que são mantidos para uso no processo de produção de bens ou serviços, locação a terceiros ou para finalidades administrativas; são também denominados de ativos fixos. (COSTA; CARVALHO; LEMES, 2006, p. 140)

### **IAS 16 (Ativo Imobilizado) e as principais diferenças em relação à Norma Brasileira**

No primeiro estudo realizado pelo Conselho Federal de Contabilidade e o IBRACON em 2006 sobre as principais diferenças entre as Práticas Contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), a IAS 16 (*International Accounting Standard*), que trata do Ativo Imobilizado, é descrita da seguinte forma: o custo de um item de ativo imobilizado deve ser registrado quando for provável que a entidade irá obter benefícios econômicos futuros associados com o ativo, e quando o custo do ativo puder ser mensurado com segurança.

Os itens de Ativo Imobilizado devem ser depreciados pelo período de sua vida útil, e utilizando-

se o método de depreciação que melhor reflita a forma como a entidade espera obter os benefícios econômicos a serem gerados pelos ativos. A vida útil e o método de depreciação dos ativos devem ser revisados pelo menos anualmente.

Cada elemento de um item do ativo imobilizado, cujo custo seja significativo em relação ao total do item, deve ser depreciado separadamente com base em sua vida útil individual (ex.: depreciação de um avião – a vida útil das turbinas e o método mais apropriado de depreciação podem ser diferentes do restante do aparelho).

Além da contabilização de itens de ativo imobilizado a custo histórico, a reavaliação do ativo imobilizado como tratamento contábil alternativo, também é permitida pelo IAS 16.

Quando a entidade optar por aplicar o tratamento alternativo, o ativo imobilizado deve ser reavaliado ao valor justo (que pode ser o valor de mercado e, se não for disponível, pelo custo de reposição depreciado). Se um ativo imobilizado for reavaliado, toda a categoria à qual pertence este ativo deve ser reavaliada. A reavaliação deve ser revisada regularmente.

O quadro a seguir permite uma melhor clarificação das diferenças das práticas de reavaliação de acordo com as duas normas.

A T I V O  I M O B I L I Z A D O	<p align="center"><b>IFRS (Normas Internacionais)</b></p> <p align="center"><b>IAS 16 (International Accounting Standard)</b></p>	<p align="center"><b>BR GAAP (Normas Brasileiras)</b></p> <p align="center"><b>CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis)</b></p>
	<p>Permite o uso do custo histórico ou reavaliações a valor justo como base de valor contábil.</p> <p>Reavaliações de cada três a cinco anos de classes inteiras de ativos são exigidas quando é escolhida a opção de reavaliação.</p> <p>Todos os bens reavaliados, inclusive terrenos (à alíquota aplicável ao resultado pela venda do bem), são sujeitos a imposto de renda diferido.</p> <p>Os ganhos ou perdas apurados na venda ou baixas dos ativos são registrados como despesas operacionais.</p>	<p>Em linhas gerais, semelhantes às IFRS, com as seguintes divergências:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Terrenos não destinados à venda não tem reavaliação sujeita a imposto de renda diferido;</li> <li>- Os ganhos e perdas apurados na venda ou baixa dos ativos são registrados como despesas não-operacionais.</li> </ul>

**Fonte:** Adaptação de Pricewaterhousecoopers (2004)

Uma vez que a entidade optou em registrar os ativos pelo valor justo, não é permitido seu retorno ao custo.

A NBC T 19 (Normas Brasileiras de Contabilidade) define valor justo como sendo: “[...] o valor pelo qual um ativo poderia ser negociado entre

partes independentes e interessadas conhecedoras do assunto e dispostas a negociar, numa transação normal, sem favorecimentos e com isenção de outros interesses”.

Carvalho, Lemes e Costa (2006, p. 21) definem valor justo como sendo “a quantia pela qual um ativo poderá ser trocado ou o passivo liquidado, entre especialistas, como partes dispostas a negociar numa transação sem favorecimentos”.

Nesse sentido, o *Internacional Accounting Standards Committee* (IASB, 2000, apud Martins, 2006), define assim: “valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser negociado, ou um passivo liquidado, entre agentes econômicos plenamente informados e independentes, cada qual buscando o melhor dos seus próprios interesses.”

De acordo com esse órgão, o valor justo é confiável em três situações:

- 1<sup>a</sup>) quando existe uma cotação de preços publicada num mercado aberto de ativo de títulos (*active public securities market*);
- 2<sup>a</sup>) quando existe um preço divulgado por uma entidade independente de cotação do item (*rating agency*) e cujos fluxos futuros de caixa possam ser razoavelmente estimados; e
- 3<sup>a</sup>) quando existe um apropriado modelo de avaliação e cujos dados nele inseridos possam ser mensurados de forma confiável, ou seja, dados obtidos em mercados ativos (MARTINS, 2006).

## 6 Considerações Finais

Diante do exposto no decorrer deste trabalho, percebe-se que o desafio da Ciência Contábil é a busca de resposta aos problemas e dificuldades enfrentadas pelos diversos usuários, passando obrigatoriamente pelo desenvolvimento de um arcabouço de conhecimento contábil, fonte primária para o desenvolvimento do conhecimento contábil geral.

Alguns dos principais conjuntos mundiais de normatização apresentam que a denominada estrutura conceitual de contabilidade abrange aspectos sobre às características das informações, conceitos fundamentais de elementos contábeis, bem como as bases de mensuração e evidenciação da informação contábil

O alinhamento das estruturas conceituais entre os diversos países e o IASB, poderia dar início a um processo de harmonização e ampliação do conjunto dos conceitos que formam a estrutura conceitual, o que traria benefícios com relação à utilização das informações contábeis nos diversos mercados.

Face ao apresentado após a demonstração que os objetivos definidos foram todos integralmente atingidos a resolução do problema aponta que: as diferenças entre os conceitos relativos aos Ativos aqui analisados são substanciais e levam à necessidade de um processo de harmonização, uma vez que os usuários da informação contábil, em função da globalização da economia, parecem sinalizar para uma postura cada vez mais exigente em relação à qualidade dessa informação.

## **Referências bibliográficas**

**COSTA; LEMES; CARVALHO. Contabilidade Internacional:** Aplicação das IFRS 2005. São Paulo: Atlas, 2006. 288 p.

**HENDRIKSEN, Eldon S; BREDÁ, Michael F. Van. Teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

**IBRACON – INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL. Normas internacionais de contabilidade 2001:** texto completo de todas as normas internacionais de contabilidade e interpretações SIC existentes em 1º de janeiro de 2001. São Paulo: Ibracon, 2002.

**IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da contabilidade.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

**IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de contabilidade das sociedades por ações.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

**MARTINS, Eliseu. Avaliação de empresas:** da mensuração contábil à econômica. São Paulo: Atlas, 2006.

**PAULO, Edílson. Comparação da estrutura conceitual da contabilidade financeira:** experiência brasileira, norte-americana e internacional. Dissertação de Mestrado. João Pessoa/PB. 176 p.

PRICEWATERHOUSECOOPERS. **Semelhanças e diferenças**: normas contábeis internacionais (IFRS), norte-americanas (US GAAP), e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Outubro 2004.

Sumário da comparação das práticas contábeis adotadas no Brasil com as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS. CFC, 2006.

VASCONCELOS, Y.L.; SILVA, C.C.A. Avaliação de ativos: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. 31, n. 137, p. 41-57, set./out. 2002.

## **Comparação no tratamento dos gastos realizados e sua relação com a eficiência na atividade de exploração e produção de petróleo**

**Carlos Roberto de Godoy<sup>1</sup>**  
**João Carlos de Aguiar Domingues**  
**Bruno Cesar Inoue**

**Resumo:** As empresas do setor petrolífero têm a possibilidade de escolha entre dois métodos de contabilização para os gastos incorridos nas atividades de exploração e produção (E&P) de petróleo e gás: Método da Capitalização pelos Esforços Bem Sucedidos e Método da Capitalização Total. Nesse contexto, este trabalho objetiva apresentar as principais

---

<sup>1</sup> Carlos Roberto de Godoy; Doutor em Contabilidade pela FEA-SP/USP; Professor do Departamento de Contabilidade – FEA-RP/USP; [crgodoy@usp.br](mailto:crgodoy@usp.br)

João Carlos de Aguiar Domingues; Mestre em Contabilidade pela FEA-RP/USP; Professor do Departamento de Contabilidade – FEA-RP/USP; [joaocarlosdomingues@uol.com.br](mailto:joaocarlosdomingues@uol.com.br)  
Bruno Cesar Inoue (FEARP-USP); Graduado em Contabilidade pela FEA-RP/USP  
[brunoc.inoue@gmail.com](mailto:brunoc.inoue@gmail.com)

características desses dois métodos, analisando suas particularidades e identificando os diferentes impactos contábeis no patrimônio das entidades decorrentes da escolha de um deles. Identificou-se que a dificuldade e a incerteza em se descobrir petróleo em uma determinada área é a maior influenciadora da existência desses dois métodos; e a divergência na contabilização dos gastos incorridos de acordo com cada método causa um impacto substancial nas demonstrações financeiras das empresas do setor petrolífero.

**Palavras-chave:** Contabilidade, Capitalização Total, Capitalização pelos Esforços Bem Sucedidos.

## 1 Introdução

De forma geral, a indústria petrolífera é por natureza de capital intensivo. Essa característica pode ser observada em quaisquer das fases da atividade, seja pelo alto valor dos investimentos necessários ou pelo alto nível de risco inerente à atividade. Isso faz com que ela apresente características referentes aos negócios e as práticas contábeis com as quais está atrelada, sendo raro outro setor em que se encontram tantas particularidades nos negócios (atividades) e na contabilidade quanto neste setor (WOLK; FRANCIS; TEARNEY, 1984).

Um exemplo dessas particularidades é a possibilidade de escolha, pelas empresas de E&P de

petróleo, de um dos dois métodos de capitalização dos gastos incorridos: Método de Capitalização pelos Esforços Bem Sucedidos - *Successful Efforts (SE)* ou Método da Capitalização Total - *Full Cost (FC)*. Os métodos são significativamente diferentes na forma como os gastos são contabilizados com relação às fases de explorar, desenvolver e produzir campos de petróleo e gás.

A contabilidade financeira e os relatórios das indústrias do setor petrolífero norte-americano há muito tempo vêm sendo pesquisados, e várias normas foram emitidas para solucionar os problemas de divulgação e controle das informações ao mercado de capitais. Segundo Ijiri (1979; *apud* WOLK, FRANCIS, TEARNEY, 1984, p. 454) uma das maiores controvérsias nas práticas da contabilidade deste setor é a possibilidade de escolha de um dos dois métodos de tratamento dos gastos incorridos nas atividades de E&P - o método da capitalização total ou método da capitalização pelos esforços bem sucedidos.

Nesse contexto, este trabalho objetiva apresentar as principais características dos dois métodos de capitalização dos gastos na indústria de óleo e gás, analisando suas particularidades e identificando os diferentes impactos contábeis no patrimônio das entidades decorrentes da escolha de um deles. Sob essa perspectiva, a presente pesquisa justifica-se, dada a importância do petróleo como fonte de energia nos dias

atuais e às consequências econômicas e contábeis da escolha de um dos métodos pelas empresas produtoras de petróleo.

Pretende-se que este estudo contribua para o adequado entendimento das diferenças entre os métodos e represente um esforço no sentido de impulsionar o desenvolvimento e a utilização dos métodos de contabilidade para o setor petrolífero do Brasil.

## **2 Metodologia**

Para apresentar as características de cada um dos métodos foi feito um processo de investigação conceitual sobre o assunto. Com o objetivo de se identificar as diferenças da adoção de cada um dos métodos e as formas com que impactam no patrimônio das entidades, foi apresentada uma discussão sobre a eficiência de cada um deles, com vistas às características da atividade de exploração e produção da indústria de petróleo (óleo e gás).

O arcabouço teórico e normativo da contabilidade do setor petrolífero refere-se, neste estudo, às normas e práticas de contabilidade e evidenciação norte-americanas, pois, conforme Godoy (2004, p. 13), a tradição norte-americana de estudos avançados de normas e práticas de contabilidade, associada à eterna necessidade de adaptação da contabilidade às práticas econômicas (captação de recursos no exterior e a atividade de exploração e

produção de petróleo), levou aquele país a desenvolver um arcabouço teórico e normativo de contabilidade para o setor petrolífero até hoje não superado.

Antes de se apresentar o tratamento contábil dado aos gastos de acordo com os métodos de capitalização, deve se determinar a sua classificação de acordo com as atividades de E&P.

### **3 Classificação dos gastos incorridos**

Considerando apenas a cadeia produtiva das atividades de E&P, os gastos incorridos são agrupados dentro de 4 categorias: gastos de aquisição, exploração, desenvolvimento e produção. Essa classificação está de acordo com a Regulation S-X, Rule 4-10 da SEC (Comissão de Valores Mobiliários Norte-Americana) e com a SFAS nº 19, do FASB (Conselho de Padrões de Contabilidade Norte Americano), e são definidos a seguir.

- **Gastos de Aquisição de Propriedades** – são todos os gastos incorridos para adquirir, alugar, usar ou qualquer outra forma de aquisição dos direitos de uso de determinada área (com existência provada ou não provada do mineral).
- **Gastos de Exploração** – são todos os gastos incorridos relacionados à pesquisa de reservas de óleo e gás.

- **Gastos de Desenvolvimento** – são todos os gastos incorridos na criação de um sistema de produção de poços, equipamentos relacionados, e facilidades que auxiliem a produção (içamento ou elevação) de óleo e gás nas reservas provadas; por exemplo, a construção de uma rua que de acesso a uma reserva provada de petróleo.
- **Gastos de Produção** – são todos os gastos incorridos para içar ou elevar o óleo e o gás para a superfície, acumulando, tratando, processando e armazenando todo o petróleo içado.

Após classificados os gastos incorridos, as empresas ou os capitalizam ou os lançam no resultado do período. Como já mencionado, isso depende do método de capitalização seguido.

#### **4 Método da capitalização pelos esforços bem sucedidos**

Segundo a metodologia de capitalização SE, deve ser reconhecido como despesa do período os gastos com geologia e geofísica e com poços secos ou não econômicos na fase exploratória, sendo capitalizados os demais gastos como o de aquisição de área, poços exploratórios com sucesso, poços secos na fase de desenvolvimento e desenvolvimento de poços bem sucedidos.

Segundo Silva (2004), o método dos esforços bem sucedidos somente capitaliza como custo do ativo de petróleo e gás os gastos das atividades que resultem na descoberta de reservas de petróleo economicamente viáveis. Os gastos exploratórios de poços, gastos de geologia e geofísica em geral, bem como outros gastos relativos a propriedades não-provadas são considerados como despesas do período.

Os gastos de aquisição de uma propriedade não provada são inicialmente capitalizados e periodicamente, ao menos uma vez por ano, essas propriedades são examinadas para determinar se seus gastos acumulados superam seu valor de recuperação (*impairment*).

Se em uma propriedade não provada for detectada uma reserva provada de óleo e/ou gás, o valor contábil da propriedade é transferido para propriedades provadas para ser amortizado (depreciado) conforme os minerais são produzidos nessa propriedade.

Os gastos de desenvolvimento de poços, incluindo os gastos de desenvolvimento de poços secos, são todos capitalizados e amortizados conforme as reservas são produzidas.

## **5 Método da capitalização total**

O Método FC é geralmente adotado por

empresas de pequeno e médio porte e em especial por aquelas que buscam recursos no mercado de capitais, por acreditarem que esse método é mais justo ao demonstrar os ganhos com menos volatilidade, além de não suportarem despesas tão elevadas na formação do resultado (JOHNSTON; JOHNSTON, 2006).

Esse método preceitua que os gastos decorrentes das atividades de geologia e geofísica, poços secos na fase exploratória, gastos de aquisição de área, poços exploratório com sucesso, poços secos na fase de desenvolvimento e desenvolvimento de poços bem sucedidos, são todos capitalizados independentemente do sucesso da exploração do campo.

A empresa que utiliza o FC acredita que todos os esforços (gastos) feitos para encontrar o mineral, são essenciais para que a empreitada seja um sucesso, mesmo que não se encontre o óleo e/ou gás. Encontrar poços estéreis é essencial para reduzir as incertezas para as próximas perfurações que resultarem em reservas comerciais.

O Regulamento SEC SX 4-10 especifica que todos os gastos associados à aquisição de propriedades, exploração, e atividades de desenvolvimento deverão ser capitalizados apropriadamente em um centro de custo. Portanto, sob a regra da SEC, para o método FC devem ser capitalizados todos os gastos de geologia e geofísica (G&G), de manutenção da área, de poços exploratórios (secos e bem sucedidos), de testes

estratigráficos em poços, de aquisição de propriedades e de desenvolvimento.

## **6 Comparação entre os métodos de contabilização**

A dificuldade e a incerteza em se descobrir petróleo em uma determinada área é a maior influenciadora da existência desses dois métodos de contabilidade para o setor petrolífero.

Especificamente, o tratamento dado às categorias de gastos na atividade de E&P de óleo e gás é diferente para cada um dos métodos de contabilização utilizados pelas indústrias petrolíferas.

Os custos na aquisição de propriedades são capitalizados pelo SE e pelo FC. Os gastos de exploração são capitalizados pelo SE somente com o sucesso da exploração, e pelo FC em qualquer circunstância.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas pelos dois métodos. Em ambos os métodos os gastos de produção são lançados para despesas na apuração do resultado.

O mais interessante é a capitalização prevista pelo SE dos gastos de desenvolvimento de poços secos. Justifica-se esse fato, pois se refere às atividades necessárias para se construir um sistema de produção

de poços e, portanto, estão associados às reservas provadas de óleo e gás, ou seja, há uma relação direta com os benefícios futuros que podem ser gerados.

Outra diferença entre métodos SE e FC, citada por Gallun, Stevenson e Nichols (2001, p. 37), está no tamanho do centro de custo onde os gastos serão acumulados e amortizados. Para o SE o centro de custo deve ser um contrato, um campo ou um reservatório. Já pelo FC, o centro de custo é um país. Consequentemente, a qualificação e o tamanho do centro de custo implicarão no valor da depreciação, exaustão, amortização e *impairment*.

A divergência na contabilização dos gastos incorridos pelo método FC ou pelo método SE causa um impacto substancial nas demonstrações de resultados das empresas do setor petrolífero.

Empresas que seguem o FC tendem a apresentarem resultados mais uniformes, de forma que os insucessos na exploração não são levados ao resultado das companhias.

Já aquelas que seguem o SE não preservam o resultado, portanto, o reconhecimento no resultado é imediato na fase de geologia e geofísica (G&G) e nos insucessos da fase exploratória (poços secos e não comerciais).

Essa metodologia impacta fortemente o lucro divulgado das companhias que se encontram nas fases iniciais do processo de E&P. No entanto, como esse método é utilizado por empresas de grande porte, tais despesas não chegam a causar distorções representativas nos ganhos das companhias.

Uma empresa que usa o SE e possui um grande programa de exploração de áreas, com uma taxa normal de sucesso nas perfurações, apresenta um valor significativo de despesas, devido à exploração de poços secos ou estéreis encontrados.

Por outro lado, uma empresa que utiliza o FC pode capitalizar todos os gastos de exploração de poços secos ou estéreis e, entretanto, esses gastos não afetam imediatamente o resultado líquido, exceto através da amortização da reserva.

As diferenças dos métodos afetam também no valor do ativo imobilizado. No método FC os ativos imobilizados tendem a serem maiores do que os ativos imobilizados reconhecidos pelo SE, devido basicamente à capitalização dos gastos com geologia e geofísica e com a fase exploratória.

O quadro 1 apresenta de forma resumida e comparada o tratamento contábil dos gastos sob o SE e o FC.

<b>Tipos de Gastos</b>	<b>SE</b>	<b>FC</b>
Geologia e Geofísica – G&G	Despesas	Capitalizar
Aquisição de Propriedades	Capitalizar	Capitalizar
Exploração de Poço Estéril	Despesas	Capitalizar
Exploração de Poço – Sucesso	Capitalizar	Capitalizar
Desenvolvimento de Poço Estéril	Capitalizar	Capitalizar
Desenvolvimento de Poço – Sucesso	Capitalizar	Capitalizar
Produção	Despesas	Despesas
<b>Empresas</b>	<b>SE</b>	<b>FC</b>
Formas de Organização	Integradas	Não integradas
Tamanhos	Grandes	Pequenas
Centros de Custo	Propriedade, campo ou reservatório	País
Ativos Imobilizados	Tendem a serem menores	Tendem a serem maiores
Resultados	Insucessos na exploração geram despesas	Insucessos na exploração não geram despesas

Quadro 1 – Comparação entre os métodos SE e FC.

Segundo Gallun, Stevenson e Nichols (1993, p. 40), há um aspecto que pode influenciar os resultados apresentados por empresas que usam o método SE: a ordem em que a perfuração encontra poços estéreis ou poços não estéreis (economicamente inviáveis).

Para exemplificar, supondo que a empresa fictícia Petrogás use o método SE e perfure cinco poços numa determinada área: poços A, B, C, D e E. Se os três primeiros poços perfurados, A, B e C, forem considerados como poços viáveis (não estéreis ou bem sucedidos), eles servirão para delimitar o reservatório, enquanto os poços estéreis (mal sucedidos), D e E, serão classificados como poços de desenvolvimentos. Nessa situação, para a Petrogás não haveria despesas de poços estéreis no resultado relativo aos cinco poços perfurados.

Se, entretanto, os poços estéreis D e E forem os primeiros a serem perfurados, eles deverão ser classificados como poços exploratórios e lançados como “Despesas de Exploração de Poços Secos (estéreis)”, já que não estão associados a uma reserva provada. Nesse caso os poços A, B e C também seriam classificados como exploratórios, mas seriam capitalizados por constituírem uma reserva provada. Portanto, na situação descrita, a mudança da ordem em que os poços são perfurados pode causar diferentes resultados, o que não ocorre quando o método FC é empregado.

## **7 Prós e contras na escolha**

Discutindo os pontos fortes e fracos de cada um dos métodos Bierman, Dukes e Dyckman (1974) exaltaram que os relatórios com ativos baseados no

método SE fornecem mais informações sobre o sucesso e insucesso das operações das empresas.

Para Collins e Dent (1978), os gestores das empresas que utilizavam o método FC argumentam que, a eliminação do FC acarretaria uma redução substancial nos gastos com exploração de reservas, acarretando um efeito negativo forçado na demonstração do resultado. A ideia é reforçada pelo fato de que com a alocação dos gastos em pesquisas mal sucedidas no resultado, exigência do SE, a redução dos lucros reportados e o aumento da sua volatilidade, causarão elevadas dificuldades para que as empresas independentes ingressem e/ou captem recursos no mercado de capitais.

Naggar (1978) realizou uma pesquisa do tipo questionário com 310 analistas especializados no setor de óleo e gás, para responder a questões que pretendiam verificar qual dos dois métodos de contabilização do setor fornecia informações mais relevantes para o usuário (investidor). A pesquisa indicou que 73% dos analistas eram favoráveis a utilização do método SE, contra 27% em favor do método FC. Entre as principais razões para a aceitação do SE estão:

- 1) 96% indicaram que os insucessos na exploração são refletidos nas informações prestadas pelo SE; e
- 2) 83% mencionaram que o uso do FC era inapropriado, pois inflava os resultados do período.

Lilien e Pastena (1982) mostraram que algumas variáveis influenciam as escolhas dos métodos de capitalização dos gastos, são elas: tamanho, alavancagem, risco exploratório e idade da empresa. O estudo concluiu que a variável tamanho e idade foram positivamente relacionadas com a escolha do método SE; e as variáveis alavancagem e risco exploratório foram positivamente correlacionadas com a escolha do método de FC.

Em outras palavras, empresas maiores e que estão a mais tempo no mercado tendem a seguir o SE, enquanto empresas alavancadas e com altos riscos exploratórios tendem a seguir o FC.

Na pesquisa realizada pela empresa *PriceWaterhouseCoopers* (1998), com 25 empresas do setor petrolífero que atuavam na atividade de E&P, 21 utilizaram o método SE e apenas 4, ou seja, 16% usaram o método FC.

Gramlich e Wheeler (2003) apresentaram ocasiões em que é aceitável a eliminação do FC, evidenciando, ao mesmo tempo, a exigência da adoção do método SE por todas as empresas produtoras de óleo e gás. Por outro lado, o trabalho evidenciou também que a SEC permitiu o uso do método FC com o argumento de que as empresas são diferentes e, assim, devem escolher o método a ser seguido.

## 8 Consideração Finais

A divergência na contabilização dos gastos incorridos pelo método FC ou pelo método da SE causa um impacto substancial nas demonstrações de resultados das empresas do setor petrolífero.

A diferença fundamental entre os dois métodos está em capitalizar ou alocar como despesas os gastos incorridos. Se capitalizados, os gastos poderão ser transferidos para despesas na expiração (abandono) da exploração da área (somente no SE), na perda de valor da reserva – *impairment* (somente no SE), ou na produção através da exaustão (no SE e também no FC).

Se lançados como despesas incorridas, os gastos reduzirão as receitas para formar o resultado do período. Em outras palavras, a grande diferença entre os dois métodos está no espaço de tempo entre a ocorrência dos gastos e a sua alocação para despesas ou perdas.

Para o método FC todos os gastos incorridos na procura por campos que possuam reservas provadas de óleo e/ou gás são capitalizados, mesmo para pesquisas mal sucedidas, a diferença entre os dois métodos está na capitalização pelo FC ou no lançamento como despesas pelo SE dos gastos nestas pesquisas mal sucedidas.

No método SE há uma relação direta entre os

gastos incorridos e as reservas descobertas, ou seja, somente os gastos com pesquisas bem sucedidas, que diretamente resultarem em descobertas de reservas provadas são considerados parte dos gastos de se descobrir óleo e gás, e por isso são capitalizados. Gastos com pesquisas mal sucedidas, que não resultam em benefícios econômicos futuros, são lançados como despesas.

A existência de dois métodos de contabilidade para o setor petrolífero é explicada pelas inúmeras particularidades dos negócios e da contabilidade deste setor. Um exemplo disso é a dificuldade e a incerteza em se descobrir petróleo em uma determinada área. Talvez por isso a SEC ainda permita a escolha de um dos dois métodos de capitalização, com o argumento de que as empresas são diferentes e, assim, devem escolher o método a ser seguido.

## **Referências Bibliográficas**

BIERMAN Jr. H., DUKES, R.E. and DYCKMAN, T.R. *Financial Accounting in Petroleum Industry*. *Journal of Accountancy*. Outubro, 1974.

COLLINS, D. W.; DENT, W. T. *The proposed elimination of full cost accounting in the extractive petroleum industry: an empirical assessment of the*

*market consequences. Journal of Accounting and Economics.* 1979.

FASB - *Financial Accounting Standards Board. Statements of Financial Accounting Standards n. 19 - Financial Accounting and Reporting by Oil and Gas Producing Companies.* Dezembro, 1977.

GALLUN, R.A; STEVENSON, J.W.; NICHOLS, L.M. *Fundamentals of Oil & Gas Accounting.* Oklahoma: PennWell Books, 4. ed. 2001.

GODOY, C. R. **Evidenciação contábil e as avaliações pelo fluxo de caixa descontado e pela teoria de opções: um estudo aplicado à indústria petrolífera mundial.** Tese (Doutorado em Controladoria e Controladoria) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, São Paulo, 2004.

GRAMLICH, J. D.; WHEELER, J. E. *How Chevron, Texaco, and the Indonesian Government Structured Transactions to Avoid Billions in U.S. Income Taxes.* *Accounting Horizons.* v. 17, n. 3, p. 107-122, 2003.

IJIRI, Y. *Oil and Gas Accounting – Turbulence in Financial Reporting.* *Financial Executive.* Agosto, 1979.

JOHNSTON, D.; JOHNSTON, D. *Introduction to oil company financial analysis.* Tulsa, Oklahoma: PennWell, 2006.

*FuturaMente: revista científica, Pereira Barreto, v. 8, 2011.*

LILIEN, S.; PASTENA, V. ***Determinants of Intramethod Choice in the Oil and Gas Industry.*** *Journal of Accounting and Economics*. v. 4, n. 1, p. 145-170, 1982.

NAGGAR, A. ***Oil and Gas Accounting: Where Wall Street Stands.*** *Journal of Accountancy*, Setembro, 1978.

PRICEWATERHOUSECOOPERS. ***Petroleum Industry Review.*** 1998.

SEC - *Securities and Exchange Commission.*  
***Regulation S-X Rule 4-10 - Financial Accounting and Reporting for Oil and Gas Producing Activities Pursuant to the Federal Securities Laws and the Energy Policy and Conservation.*** 1975.

SILVA, C. E. V. ***Uma análise da mudança das práticas contábeis, ocorridas em 1999, relativas às atividades de exploração e produção de petróleo: o caso Petrobras S/A.*** Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Rio de Janeiro: FACC/UFRJ, Departamento de Contabilidade, 2004.

WOLK, H.; FRANCIS, J.; TEARNEY, M. ***Accounting Theory: A Conceptual and Institutional Framework.*** California. Editora *Kent Publishing Co.* 1984.

## Administração e gestão de serviços terceirizados

Deize Cristina Sena<sup>2</sup>  
Leandro Arthur Pinto

**Resumo:** Devido a um dinamismo crescente das empresas os serviços terceirizados têm se concretizado nas organizações. A terceirização, também conhecida como horizontalização ou *outsourcing*, vem sendo utilizada em larga escala pelas empresas modernas visando a redução de sua carteira de despesas e maximização do lucro. Porém, o desvínculo das atividades da empresa poderá gerar uma perda de controle completo do desenvolvimento dos serviços. O artigo apresenta um estudo de caso. A metodologia se caracteriza com uma abordagem descritiva, de cunho qualitativo, utilizou-se de dados secundários e observação in loco.

**Palavras-chaves:** Horizontalização. Parceiros. Estratégia.

---

<sup>2</sup> Deize Cristina Sena (ETEC ANDRADINA)  
deizesena@hotmail.com  
Leandro Arthur Pinto(ETEC ANDRADINA)  
leandro\_arthur10@hotmail.com

## 1 Introdução

Atualmente a terceirização, ou horizontalização, também conhecida como *outsourcing*, vem sendo utilizada com alta frequência por grandes corporações brasileiras. Esta prática tem como objetivo a redução de custo e o aumento da qualidade na prestação dos serviços. É observada principalmente em empresas de telecomunicações, mineração, indústrias e serviços públicos essenciais entre outras.

Apesar das várias vantagens, o processo deve ser praticado com cautela. A má administração de terceirizadas pode resultar num descontrole por desconhecimento de sua mão-de-obra, e contratação de pessoas que não apresentam qualificação necessária, o que poderá resultar, dentre outros problemas, em perdas financeiras por ações trabalhistas movidas pelos empregados das contratadas.

Esse processo leva a organização a observar diversos fatores de interesse, como a redução de custos e principalmente o foco na sua atividade-fim. Há um sério risco em atrelar ao processo de subcontratação o da redução de custo, pois, na maioria das vezes, não é esse o resultado. Os processos terceirizados precisam estar em conformidade com os objetivos estratégicos da organização, os quais revelarão em que pontos ela poderá alcançar resultados satisfatórios.

O presente trabalho tem por finalidade a realização de um levantamento bibliográfico com base em documentos e índices corporativos para apresentar

um estudo de caso, a fim de verificar os processos de gestão, bem como as vantagens dos serviços terceirizados, sob a supervisão da seção de empreendimentos de determinada distribuidora de energia elétrica. Visa possibilitar novas perspectivas de rentabilidade, optando pela terceirização para buscando a otimização das operações da companhia, promovendo melhor aproveitamento de recursos materiais, tornando-se assim mais competitiva no mercado.

O principal objetivo é mostrar a importância da gestão de serviços terceirizados nas organizações, bem como as estratégias utilizadas para a implementação e controle desse processo através de um estudo de caso.

## **2 Terceirização**

A modernização é a somatória: da tecnologia, do conhecimento, da aplicação que corresponde à alavanca de ganho de escala com resultados positivos, através da criatividade em conjunto, com a participação do corpo funcional nos novos rumos da modernidade e através, também, da valorização dos talentos humanos com o comprometimento.

Para atingir a meta da empresa, com participação, compromisso e responsabilidade faz-se necessário o uso de técnicas administrativas inovadoras, apontando a terceirização como um novo paradigma para a concretização da empresa moderna com excelência.

Giosa (1997) define o processo de terceirização

como uma forma de gestão pelo qual se repassam algumas atividades para terceiros, com os quais se estabelece uma relação de parceria, ficando a empresa com foco direcionada apenas em tarefas essencialmente ligadas ao negócio em que atua.

Segundo o autor, a terceirização tendo a capacidade de se moldar a qualquer uma das duas estruturas (burocrática e orgânica), torna-se uma forma de gestão que faculta às organizações unilaterais ganharem eficiência com a estrutura ou mesmo estratégia. Isto possibilita às organizações inovarem, mudando até mesmo de estágio do seu ciclo de vida, bem como propicia certa previsibilidade para aquelas altamente flexíveis, que passam por momentos de instabilidade e adaptabilidade.

Para Ferreira-da-Silva (1998) o que é terceirizado é o serviço, e não somente as pessoas, pois a organização necessita de indivíduos (internos ou externos) para atingir seus objetivos estratégicos (missão). Portanto o profissionalismo e a cooperação devem estar presentes em todas as etapas do processo de terceirização.

Dentre os dois termos citados: terceirização e *outsourcing* escolheu-se elencar mais um termo, a horizontalização. Mesmo sendo sinônimos, para alguns autores, tais termos apresentam algumas características distintas (não é foco do artigo discuti-las). A escolha pela discussão focada na horizontalização se deu pelo fato de haver mais material bibliográfico para fomentar a fundamentação teórica.

## **Horizontalização**

A horizontalização consiste em comprar de terceiros o máximo possível dos itens que compõe os serviços necessitados. É devido a grande procura das empresas modernas, hoje em dia, que um dos setores de maior expansão foi o de terceirização e parcerias.

Para Martins e Alt (2002) de um modo geral, não se terceiriza os processos fundamentais (*core process*) por questão de retenção de tecnologia, qualidade do serviço e responsabilidade final sobre ele.

**Vantagens da Horizontalização:** entre as principais vantagens da horizontalização está a redução de custos, a não necessidade de efetuar novos investimentos em instalações, propiciando maior flexibilidade para alterar volumes de serviços decorrentes do mercado, incorporação de novas tecnologias além de se manter o foco no negócio principal da empresa. Segundo Martins e Alt (2002) a empresa compra a quantidade necessária, podendo variar com meses sem consumo algum.

Dentre as diversas vantagens da terceirização e aceitando o conceito de que não é mais um modismo, e sim uma nova ferramenta de gestão moderna, Giosa (1997) resalta algumas dessas vantagens, como: acesso a novos recursos tecnológico, agilidade na implementação de novos processos e soluções,

previsibilidade dos gastos/custos e prazos, aumento de especialização, liberação da criatividade, acesso ao pessoal qualificado, crescimento do mercado regional, mudança na cultura interna da organização.

Para Oliveira (1997), além dos ganhos técnico e administrativos para a organização, o lado pessoal de todos os envolvidos também sai lucrando e satisfeito pois é possível realizar trocas de experiências e conhecimentos que o mercado propicia, superando desafios e dificuldades, onde os problemas semelhantes são enfrentados e compartilhados.

**Desvantagens da Horizontalização:** como discutem Martins e Alt (2002) a estratégia da horizontalização pode apresentar desvantagens como a possível perda do controle tecnológico e deixar de auferir o lucro decorrente do serviço que está sendo repassado, além de aumentar o grau de exposição da empresa mediante a obrigatoriedade do repasse de suas tecnologias.

Segundo Leite (1997), em pesquisa realizada no Brasil em 1995 com 125 empresas, das quais 80% tiveram experiências com a terceirização, verificou-se que os principais problemas enfrentados foram:

- 42% apresentaram resistência interna do pessoal técnico;
- 41% identificaram falta de capacitação/qualificação do parceiro;

- 40% com dificuldades nas interfaces;
- 32% do pessoal interno não sabe lidar com terceiros;
- 31% de resistência interna dos usuários;
- 31% com perda de controle sobre a qualidade;
- 29% com perda de controle sobre os prazos;
- 27% onde a cultura do parceiro não se adapta ao padrão;
- 22% constatando falta de caráter idôneo do parceiro;
- 16% com reclamações trabalhistas; 13% com a perda do controle da estratégia da informatização;
- 12% com a perda do controle sobre os custos, e, 10% com vazamento de informações confidenciais.

Verificou-se, ainda, segundo o autor acima, que no topo das causas de fracasso estão os fatores interpessoais, seguido pela perda do controle administrativo. Ficou destacado que todos os problemas são originados em equipes internas, e que é difícil esperar uma reação previsível do comportamento humano e dos externos por não se ver caracterizada uma relação direta da empresa para com o empregado.

### **3 Metodologia**

Tendo em vista o objetivo deste trabalho, foi realizada uma pesquisa descritiva na forma de estudo de caso, em uma empresa distribuidora de energia elétrica localizada no Estado de São Paulo, abordando a sua preocupação com a administração e gestão das suas contratadas de serviços, bem como o processo de melhoria contínua. Segundo Yin (2001) “o estudo de caso permite a investigação para preservar as características holísticas e significativas da vida real.”

A pesquisa se caracteriza como descritiva (Lakatos; Marconi, 1990) uma vez que descreve o fenômeno “gestão terceirizada”, tem cunho qualitativo (Gil, 2001), e utilizou-se de dados secundários (Roesch, 1996) e observação *in loco* (Vergara, 2000). Este estudo foi realizado na empresa Alpha (nome fictício), durante o mês de maio/2011, por meio de levantamentos de informações em seu site e documentos corporativos (dados secundários, 2011).

### **4 Resultados da Pesquisa**

São apresentados a seguir os resultados da pesquisa de campo, primeiramente uma caracterização sobre a empresa estudada, para então apresentar o estudo de caso.

## **Prestação de serviços públicos de energia elétrica – Considerações sobre a empresa Alpha.**

A gestão estratégica de serviços terceirizados da distribuidora Alpha está embasada na qualidade e eficiência, definindo critérios e procedimentos para gestão das contratadas de serviços, de modo a garantir o cumprimento das cláusulas contratuais sob os aspectos: técnicos, administrativos, trabalhista, meio ambiente e de segurança.

Para Alvarez (1996), a terceirização exige a qualificação da parceria, que ocorre através de confiança, justiça, concorrência leal e valorização dos indivíduos, superando-se assim questões de natureza técnica, e fazendo a solidariedade entre as partes transcender cláusulas contratuais, associando o sucesso à mudança no estilo de gestão e não a estrutura.

A empresa Alpha Distribuidora de Energia Elétrica S/A, de grande porte, tem aproximadamente 2.000 funcionários, estando situada em diversas áreas do estado de São Paulo. Além da distribuição de energia elétrica aos consumidores finais, a empresa possui diversas operações que visam a qualidade nos serviços prestados, bem como manter suas redes de distribuição em perfeitas condições para a realização de suas atividades.

Tendo em vista a necessidade de aumentar a eficiência operacional e reduzir sua carteira de despesas, a empresa terceirizou uma vasta área de suas atividades, na qual estão inclusos: os serviços de

construção de redes elétricas; manutenção de redes existentes; serviços de ligação e suspensão de fornecimento de clientes; inspeções de medição; leitura e entrega de contas, e, serviços de poda de árvores sob a rede elétrica.

Diante de diversas operações terceirizadas, que são executadas por diferentes contratadas, viu-se a necessidade de promover um acompanhamento das atividades das empresas prestadoras de serviços. Tal acompanhamento possibilita a gestão estratégica de todos os contratos em um âmbito regional em conjunto com as diferentes áreas da empresa, acompanhamento de medições para pagamentos, recursos financeiros, avaliações de desempenho, planos de ação e recursos alocados.

Este acompanhamento é realizado pelo sistema corporativo SIG-Contrata (Sistema de Informações Gerenciais-Contrata), que tem como objetivo a realização da gestão dos contratos de serviços. O sistema consiste em uma base de dados que é alimentada, constantemente, com informações das contratadas, tais como: relação de funcionários e seus respectivos treinamentos, valores de medições mensais pagas pelos serviços, resultados das avaliações mensais amostrais realizadas sobre os serviços executados pela contratada e a indicação de aplicação de penalidades quando os resultados das avaliações apresentam índices insatisfatórios.

As informações geradas pelo sistema são usadas como base de informações para tomadas de decisões

administrativas, implementação de melhorias e inovações.

## **5 Considerações finais**

A terceirização teve uma rápida e ampla difusão por todas as atividades da economia brasileira, assumindo assim um dos principais papéis na implementação de modelos inovadores de gestão em nosso país, e tem sido fundamental para garantir os níveis de produtividade e de redução de custos.

A terceirização caracterizada como uma ferramenta para a realização de uma gestão moderna, deve ser observada não somente pelo seu aspecto econômico financeiro para a empresa, mas como uma forma de resolução para questões sociais. Contribui para a promoção de uma melhor distribuição de renda e atende a questão da diminuição do desemprego, embora o processo de demissão seja desencadeado com ou sem terceirização, também auxilia organizações em declínio, fadadas a extinção geralmente por má administração e falta de visão a longo prazo.

Um dos principais pontos positivos da terceirização está no aumento da competitividade empresarial na organização e no desenvolvimento de parcerias.

Baseando-se no modelo adotado pela empresa Alpha, observa-se que a preocupação com a produtividade, qualidade dos serviços prestados e a

observância a questões trabalhistas para com os funcionários terceirizados, é uma ação básica da empresa. A forma de gerenciamento utilizada apresenta bons resultados finais, tanto para a contratante como para o contratado, num ambiente de melhoria contínua e inovação de processos.

O retorno econômico maximizado a melhoria da imagem da empresa devido à agilidade no atendimento e as prestações de serviços são resultados de um processo de gerenciamento de serviços terceirizados realizado de forma eficiente e eficaz.

## Referências

ALVAREZ, Manuel S. B. **Terceirização**: parceria e qualidade. Rio de Janeiro:Campus, 1996.

FERREIRA-DA-SILVA, Eduardo Ramos. Terceirização no serviço público: o resgate da administração. **RBA - Revista Brasileira de Administração**, São Paulo, v. 8, n. 23, p. 36-39, Out. 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GIOSA, Lívio Antonio. **Terceirização**: uma abordagem estratégica. São Paulo: Pioneira, 1997.

*FuturaMente: revista científica, Pereira Barreto, v. 8, 2011.*

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. **Técnicas de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

LEITE, Jaci C. Terceirização em informática no Brasil. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 68-77, Jul./Set. 1997.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2002.

OLIVEIRA, Paulo Alcion de. Terceirização – experiência 1. Revista **Bate Byte**, Curitiba, ed. 63, p. 21-25, Abr. 1997.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertação e estudos de caso. São Paulo: Atlas, 1996.

VERGARA, Sylvia. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e método, 2 ed. São Paulo:Bookman, 2001.

## **Empreendedorismo: avaliando uma oportunidade e transformando-a em negócio**

**Cristiane Noguchi da Silva**  
[cristiane@solucaocontabil.net](mailto:cristiane@solucaocontabil.net)  
**Danielli Gouveia Custódio**  
[daniiii\\_gouveia@hotmail.com](mailto:daniiii_gouveia@hotmail.com)

**4.<sup>a</sup> série de Ciências Contábeis**  
**Faculdades Integradas Urubupungá**

### **RESUMO:**

O Brasil é considerado um dos países que mais desenvolve empreendedores, em consequência, as organizações vem buscando um melhor planejamento no processo produtivo e inovação tecnológica melhorando sua imagem no mercado, aumentando a probabilidade de continuidade do negócio. Verifica-se que é muito importante os empreendedores estarem preparados para as abordagens do mercado e compreender a importância do planejamento para o processo produtivo de uma empresa. Desta forma, destaca-se a importância da formulação de um Plano de Negócio e como esta ferramenta auxilia e promove um novo empreendimento, uma vez que o empreendedor possui conhecimento a respeito do plano de negócio, as chances do empreendimento permanecer em atividade são maiores.

**Palavras – Chave:** Empreendedorismo – Avaliação de oportunidade – Plano de negócio.

## **1 Introdução**

O presente artigo apresenta o surgimento do empreendedorismo como uma das principais ferramentas para o desenvolvimento econômico, financeiro e social de um país e ganhou força no Brasil na década de 1990. Se antes desse momento o empreendedor era praticamente desconhecido, hoje ele é destaque. O Brasil vem sendo conceituado como um dos países onde mais se ensina a ser empreendedor e tem várias ações voltadas para este ramo.

A situação do empreendedorismo brasileiro é de preocupação em permanecer no mercado. O governo está ajudando este setor com projetos e programas sociais para diminuir as altas taxas de mortalidade das empresas.

O objetivo deste trabalho é apresentar: o processo empreendedor; a necessidade de um bom planejamento: como avaliar uma oportunidade identificada corretamente; como colocar em prática um plano de negócio, e por ultimo, apontar similaridades e diferenças entre o administrador e o empreendedor.

## **Metodologia**

Para o desenvolvimento deste artigo, fez-se o levantamento bibliográfico, ajudando a definir os objetivos de maneira clara e objetiva.

Assim, será possível elaborar novas teorias sobre um mesmo assunto, obter informações sobre o tema pesquisado e sua situação atual, e conhecer melhor as publicações existentes.

## **2 O conceito de empreendedorismo**

Hisrich e Peters (2004) falam sobre empreendedorismo de forma clara:

“O conceito de empreendedor fica mais refinado quando são considerados princípios e termos de uma perspectiva empresarial, administrativa e pessoal. [...] Empreendedorismo é o processo de criar algo novo com valor dedicando o tempo e o esforço necessários, assumindo os riscos financeiros, psíquicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação e independência econômica e pessoal.” (HISRICH; PETERS, 2004, p. 29).

Schumpeter (1949 apud Dornelas, 2005, p. 39)

diz que o empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais.

O termo empreendedorismo vem do verbo francês e define aquele indivíduo que identifica oportunidades, busca inovação e corre riscos. Com as mudanças históricas diferenciadas definições do termo foram surgindo, mas ao analisar os conceitos pode-se definir que todas são semelhantes, pois identificam o empreendedor como aquele que busca uma oportunidade e a transforma em negócio.

## **Empreendedorismo no Brasil**

Dornelas (2005) ao falar sobre o empreendedorismo no Brasil comenta:

O movimento do empreendedorismo no Brasil começou a tomar forma na década de 1990, quando entidades como SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e SOFTEX (Sociedade Brasileira para Exportação de Software) foram criadas. Antes disso, praticamente não se falava em empreendedorismo e em criação de pequenas empresas. (DORNELAS, 2005, p. 26).

O SEBRAE / Serviço de Apoio às Micro e

Pequenas Empresas é umas das entidades mais procuradas, pois buscam ações voltadas para capacitação de profissionais, oferecendo suporte como: abertura de empresa; consultoria; capacitação pessoal; informações técnicas para uma melhor condução de seu negócio; e, traz um dos fatores importantes que é a cultura empreendedora nas universidades brasileiras como um projeto organizado de nível internacional, como o Desafio SEBRAE que tem por iniciativa mostrar a tarefa de como administrar uma empresa virtual tendo por objetivo mostrar o caminho para uma vida profissional.

Já a SOFTEX/Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro, apoia as atividades de empreendedorismo em software e foi criada para aumentar o mercado das empresas de software do país, além de proporcionar melhor capacitação para os profissionais em gestão e tecnologia estimulam o ensino da disciplina dentro das universidades, por meio dessas ações conseguiu levar o mercado de software brasileiro para o mercado externo.

Essas iniciativas são muito importantes para o desenvolvimento social e cultural de um país além de ser fundamentais também para sua economia.

Atualmente o Brasil é um dos países que mais apoiam o empreendedorismo e a capacidade de realizar.

De acordo com Dornelas (2005) um fato que chamou a atenção dos envolvidos com o movimento de empreendedorismo no mundo e, principalmente, no Brasil foi o resultado do relatório executivo de 2000 do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, 2000), onde o Brasil apareceu como o país que possuía a melhor relação entre o número de habitantes adultos que começam um novo negócio e o total dessa população: 1 em cada 8 adultos.

Percebe-se que o empreendedorismo está fortemente associado ao crescimento econômico de um país.

Hisrich; Peters (2004) destacam que o papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico envolve mais do que apenas o aumento de produção e renda per capita; envolve iniciar e constituir mudanças na estrutura do negócio e da sociedade. Tal mudança é acompanhada pelo crescimento e por maior produção, o que permite que mais riqueza seja dividida pelos vários participantes.

### **3 O processo empreendedor**

O processo empreendedor tem início a partir do surgimento de uma oportunidade ou necessidade de realização e independência.

Hisrich; Peters (2004) relatam que o processo de decisão de empreender implica movimento, de algo para algo - um movimento que parte de um estilo atual de vida para formar uma nova empresa.

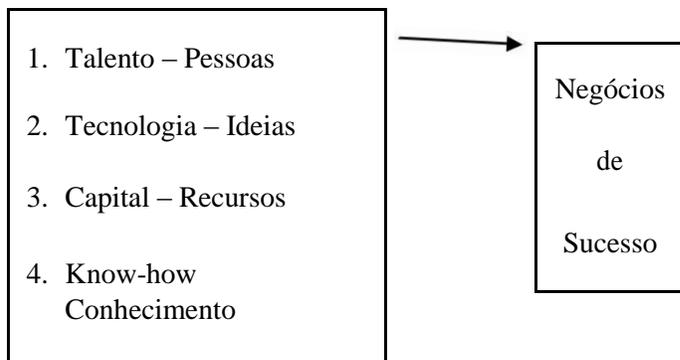
Para Dornelas (2005) o processo empreendedor ocorre devido a fatores externos, ambientais e sociais, a aptidões pessoais ou a um somatório de todos esses fatores, que são críticos para o surgimento e o crescimento de uma nova empresa.

Dornelas se refere ao talento empreendedor:

“O talento empreendedor resulta da percepção, direção, dedicação e muito trabalho dessas pessoas especiais, que fazem acontecer. Onde existe esse talento, há a oportunidade de crescer, diversificar e desenvolver novos negócios.” (DORNELAS, 2005, p. 42). Mas, existe ainda a necessidade de um combustível essencial para que finalmente o negócio saia do papel: o capital. O componente final é o know-how, ou seja, o conhecimento e a habilidade de conseguir convergir em um mesmo ambiente o talento, a tecnologia e o capital que fazem a empresa crescer. (TORNATZKY ET AL., 1996, citado por DORNELAS, 2005, p. 42)

Segundo Dertouzos (1999) apud Dornelas (2005, p. 42), a inovação tecnológica possui quatro pilares os, quais estão de acordo com os fatores

anteriormente apresentados:



**Figura 1.** FATORES CRÍTICOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

**Fonte:** adaptado de Smilor & Gill (1986) citado por Dornelas (2005, p. 42).

O empreendedor precisa ter um perfil profissional, ser criativo e ter a iniciativa e o conhecimento para desenvolver oportunidades em busca de algo novo, ou seja, a busca do que seja mais importante: o capital.

Hisrich; Peters (2004) definem que o processo tem quatro fases distintas: (1) identificação e avaliação da oportunidade, (2) desenvolvimento do plano de negócio, (3) determinação dos recursos necessários e (4) administração da empresa resultante.

### 3.1 Identificação e avaliação da oportunidade

Birley e Muzika (2004) discutem sobre as oportunidades dizendo:

As oportunidades em si constituem algo que existe no papel ou como ideia. As oportunidades realizadas são aquelas que alguém transformou em negócios lucrativos e operantes. A oportunidade, em termos práticos, pode portanto ser definida como um conceito negocial que, se transformado em produto ou serviço tangível oferecido por uma empresa, resultará em lucro financeiro. (BIRLEY; MUZYKA, 2004, p. 22).

O empreendedor deve avaliar e focalizar a oportunidade identificada para evitar a perda de tempo e de recursos em uma ideia que talvez não agregue tanto valor.

Hisrich; Peters (2004) afirmam que a identificação da oportunidade e sua avaliação são tarefas difíceis. A maioria das boas oportunidades de negócio não aparece de repente, e sim resulta da atenção de um empreendedor às possibilidades ou, em alguns casos, do estabelecimento de mecanismos que identifiquem oportunidades em potencial.

É importante o empreendedor: levar suas ideias aos seus clientes; fazer uma pesquisa se os seus

produtos ou serviços irão agradar ao público; se esse mercado esta crescendo; se a concorrência esta forte ou fraca. Nessa fase é preciso fazer um plano de análise da oportunidade.

Hisrich e Peters (2004) analisam um plano de oportunidade afirmando:

Um plano de análise da oportunidade inclui os seguintes itens: uma descrição do produto ou serviço, avaliação da oportunidade, avaliação do empreendedor e da equipe, especificações de todas as atividades e recursos necessários para transformar a oportunidade em um empreendimento viável e a fonte de capital para financiar o empreendimento inicial bem como seu desenvolvimento. (HISRICH; PETERS, 2004, p. 55).

### **3.2 Desenvolvimento do plano de negócio**

Segundo Chiavenato (2008) o plano de negócio – *business plan* – descreve a ideia de um negócio e projeta os aspectos mercadológicos, operacionais e financeiros. A elaboração do plano permite a análise da proposta e ajuda o empreendedor a evitar uma trajetória decadente que o levará do entusiasmo à desilusão e ao fracasso.

Hisrich e Peters (2004) tratam dos cuidados no preparo de um plano de negócio:

Ao preparar o plano de negócio, é importante que os empreendedores considerem as necessidades dessas fontes externas e não meramente forneçam sua própria perspectiva. Isso impedirá o plano de ser um documento internalizado que enfatiza apenas as vantagens técnicas de um produto ou vantagens de mercado de um serviço, sem levar em conta a capacidade de atingir as metas de mercado e projeções financeiras de longo prazo. (HISRICH; PETERS, 2004, p. 213).

Para Dornelas (2005) um bom plano de negócio deve mostrar claramente a competência da equipe, o potencial do mercado-alvo e uma ideia realmente inovadora; culminando em um empreendimento economicamente viável, com projeções realistas.

O plano de negócio é muito importante e será através dele que a empresa mostrará os seus objetivos estratégicos. Deve ser escrito em poucas páginas de forma prática e dinâmica que mostre a essência da empresa.

Segue abaixo itens necessários para elaborar um plano de negócio composto de sete partes básicas seguindo o ponto de vista de alguns autores, citados a seguir:

1. Página introdutória

“É o título ou página de rosto que oferece um

breve resumo do conteúdo do plano de negócio”. (HISRICH; PETERS, 2004, p. 217)

Para Dornelas (2005) a página introdutória (capa) é uma das partes mais importantes do plano de negócios, pois é a primeira parte que é visualizada por quem lê o documento, devendo, portanto, ser feita de maneira limpa e com as informações necessárias e pertinentes.

## 2. Resumo executivo:

Para Hisrich e Peters (2004) o resumo executivo é de grande interesse:

[...] deve estimular o interesse do investidor em potencial. Trata-se de uma seção muito importante do plano de negócio e não deve ser considerada levemente pelo empreendedor, já que o investidor usa o resumo para determinar se vale a pena ler todo o plano de negócio. Assim, o resumo deve salientar de maneira concisa e convincente os pontos-chave do plano de negócio. (HISRICH; PETERS, 2004, p. 218).

## 3. Descrição do empreendimento

“Nessa seção deve-se descrever a empresa, seu histórico, crescimento, faturamento dos últimos anos, sua razão social, impostos, estrutura organizacional e legal, localização, parcerias, certificações de qualidade, serviços terceirizados etc.” (DORNELAS, 2005, p. 102).

#### 4. Plano de marketing

Dornelas (2005) vê a grande importância do marketing:

Deve-se mostrar como a empresa pretende vender seu produto/serviço e conquistar seus clientes, manter o interesse dos mesmos e aumentar a demanda. Deve abordar seus métodos de comercialização, diferenciais do produto/serviço para o cliente, política de preços, principais clientes, canais de distribuição e estratégias de promoção/comunicação e publicidade, bem como projeções de vendas. (DORNELAS, 2005, p. 102).

#### 5. Plano organizacional

Hisrich e Peters (2004) tecem considerações sobre o Plano Organizacional afirmando que:

“O plano organizacional faz parte do plano de negócio que descreve a forma de propriedade do empreendimento – isto é, a propriedade, a sociedade, [...] devem ser incluídos os termos dessa sociedade.” (HISRICH; PETERS, 2004, p. 223).

## 6. Avaliação de risco:

Os mesmos autores tratam, ainda, da avaliação de risco:

Primeiro, o empreendedor deve indicar os riscos com os quais o novo empreendimento pode se defrontar. A seguir, deve haver uma discussão do que poderia acontecer se esses riscos se tornassem realidade. Finalmente, o empreendedor deve discutir a estratégia a ser empregada para impedir, minimizar ou reagir aos riscos, se eles ocorrerem. (HISRICH; PETERS, 2004, p. 224).

## 7. Plano financeiro:

Hisrich e Peters ( 2004), sobre o plano financeiro afirmam que:

“O plano financeiro fornece ao empreendedor um panorama completo da quantidade de recursos financeiros que estão entrando na empresa, quando, para onde estão indo, quanto esta disponível e a posição financeira projetada da empresa.” (HISRICH; PETERS, 2004, p. 263).

## 8. Apêndices:

Hisrich e Peters ( 2004) comentam sobre os apêndices, esclarecendo:

“O apêndice do plano de negócio geralmente contém material de consulta que não é necessário no texto do documento. As referências a qualquer documento do apêndice devem ser feitas no próprio plano.” (HISRICH; PETERS, 2004, p. 225).

### **3.3 Determinação dos recursos necessários**

Esse período é muito importante para a empresa, é onde o empreendedor irá designar os seus recursos.

Hisrich e Peters (2004) relatam que os recursos necessários para a oportunidade devem ser determinados. Esse processo começa com uma apreciação dos atuais recursos do empreendedor. Quaisquer recursos fundamentais devem ser diferenciados dos que são apenas úteis. Deve-se tomar cuidado para não subestimar a quantidade e a variedade dos recursos necessários.

### **3.4 Administração da empresa resultante**

O empreendedor geralmente é o proprietário da empresa. Ele busca o conhecimento do administrador para o sucesso do seu empreendimento.

“Alguns empreendedores têm dificuldade para administrar e desenvolver o

empreendimento que criaram. Esta é uma diferença entre a tomada de decisão empreendedora e a administrativa.” (HISRICH; PETERS, 2004, p. 56).

## **Empreendedor x administrador**

O empreendedor não é apenas a pessoa que abre seu próprio negócio e sim aquele que assume os riscos pressionados pela ação.

Na visão de Hisrich; Peters (2004) o domínio administrativo (gerencial) não só é lento em agir sobre a oportunidade, como também, uma vez que a ação se concretize, seu comprometimento é em geral, para um longo período de tempo, um período que, em alguns casos, é longo demais.

Por outro lado, Dornelas (2005) cita Kotter:

Outra abordagem relevante refere-se ao estudo de Kotter (1982) das características dos gerentes gerais, que procura mostrar o que os gerentes eficientes realmente fazem. Segundo Kotter, esses administradores criam e modificam agendas, incluindo metas e plano para sua organização e desenvolvem redes de relacionamentos corporativos para implementá-los. Em maioria esses gerentes são ambiciosos, buscam o

poder, são especializados, tem  
temperamento imparcial muito  
otimismo (DORNELAS, 2005, p. 31)

Para Dornelas (2005) o empreendedor não é apenas aquele que abre seu próprio negócio, é aquele que faz as coisas acontecerem se antecipa aos fatos e tem uma visão futura da organização.

É evidente que as relações de trabalho hoje estão mudando, e o mercado dá novas formas de participação.

Dornelas (2005) afirma que quando a organização cresce os empreendedores geralmente têm dificuldades nas tomadas de decisões do dia-a-dia dos negócios, pois se preocupam mais com os aspectos estratégicos, com os quais se sentem mais á vontade.

As diferenças entre os domínios empreendedor e administrativo podem ser comparados em cinco dimensões distintas de negócio: orientação estratégica, análise das oportunidades, comprometimento dos recursos, controle dos recursos e estrutura gerencial.

Segue adiante o quadro 1 que compara empreendedores e gerentes tradicionais:

Domínio Empreendedor		Domínio Administrativo		
Pressões nessa direção		Dimensões-chave do negócio		Pressões nessa direção
Mudanças Rápidas: Tecnológicas Valores sociais Regras políticas	Dirigido pela percepção de oportunidades	<b>Orientação Estratégica</b>	Dirigido pelos recursos atuais sob controle	Critérios de medição de desempenho; sistemas e ciclos de planejamento.
Orientações para ação; decisões rápidas; gerenciamento de risco.	Revolucionário com curta duração	<b>Análise das oportunidades</b>	Revolucionário de longa duração	Reconhecimento de várias alternativas; negociação da estratégia; redução do risco.
Falta de previsibilidade das necessidades; falta de controle exato; necessidade de aproveitar mais oportunidades; pressão por mais eficiência.	Em estágios periódicos com mínima utilização em cada estágio	<b>Comprometimento dos recursos</b>	Decisão tomada passo a passo, com base em um orçamento.	Redução dos riscos pessoais; utilização de sistemas de alocação de capital e de planejamento formal.
Risco de obsolescência; necessidade de flexibilidade.	Uso mínimo dos recursos existentes ou aluguel dos recursos extras necessários	<b>Controle dos recursos</b>	Habilidade no emprego dos recursos	Poder, status e recompensa financeira; medição da eficiência; inércia e alto custo das mudanças; estrutura da empresa.
Coordenação das áreas-chave de difícil controle; desafio de legitimar o controle da propriedade; desejo dos funcionários de serem independentes.	Informal, com muito relacionamento pessoal.	<b>Estrutura gerencial</b>	Formal, com respeito à hierarquia.	Necessidade de definição clara de autoridade e responsabilidade; cultura organizacional; sistemas de recompensa; inércia dos conceitos administrativos.

**Quadro 1:** COMPARAÇÃO DOS DOMÍNIOS EMPREENDEDORES E ADMINISTRATIVOS (adaptado de Hisrich, 1986).

**Fonte:** Dornelas (2005, p. 36 e 37).

Conforme o quadro acima se percebe que o empreendedor tem seu foco direcionado ao futuro e o administrador com o presente. Mas se observar o gerente não pode ser tradicional, pois com o avanço global o ambiente em que vive muda e se exige mudanças rápidas de inovações.

Hisrich; Peters (2004) explicam que para desenvolver uma inovação bem-sucedida, a corporação deve estabelecer um ambiente organizacional apropriado. Os administradores tradicionais tendem a aderir mais estritamente às estruturas hierárquicas, ser menos orientados para aceitação de riscos e enfatizar resultados de curto prazo, características que inibem a criatividade, a flexibilidade e o risco exigido para os novos empreendimentos.

#### **4 Considerações finais**

O empreendedor é um diferencial dentro de uma organização, os seus valores precisam estar bem definidos e as decisões a serem tomadas necessitam ser bem avaliadas. Pode-se verificar ainda que o administrador deve ir em busca desse diferencial, para ser um agente de mudanças.

Apesar das várias divergências quanto à conceituação entre o administrador e o empreendedor, pode-se observar que eles precisam andar juntos dentro da organização, sendo ferramentas eficazes que a sociedade necessita.

O processo empreendedor inicia-se na identificação e avaliação da oportunidade, é nesta fase que esse profissional descobrirá se o seu empreendimento será aceito no mercado ou não, através da avaliação. Deve ser elaborado o plano de negócio, nele constando os objetivos a serem alcançados e os dados da empresa, logo após será feita a determinação dos recursos necessários, que é a destinação dos recursos atuais. E então todas essas fases entram em prática na administração da empresa.

Para alcançar o sucesso do negócio, é necessário pessoas (colaboradores) com talento, novas ideias e tecnologia, o conhecimento e principalmente o capital.

## Referências

BARBOSA, João Josué. **Orientações na preparação dos trabalhos acadêmicos de acordo com as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT**. Disponível em: <[http://www.fiu.edu.br/ORIENTACOES\\_ABNT.doc](http://www.fiu.edu.br/ORIENTACOES_ABNT.doc)>. Acesso em: 30 ago.2011.

BIRLEY, Sue; MUZYKA Daniel F. **Dominando os desafios do empreendedor**. São Paulo: Makron Books, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**: *FuturaMente: revista científica, Pereira Barreto, v. 8, 2011.*

dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Saraiva, 2008.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

HISRICH, Robert D.; PETERS Michael P. **Empreendedorismo**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

SIAR & SIACC. **Modelo para a formatação dos artigos a ser utilizado no Siar&Siacc 2011**. Disponível em [http://www.siarSIACC.com.br/downloads/modelo\\_artigo\\_2011.doc](http://www.siarSIACC.com.br/downloads/modelo_artigo_2011.doc)>. Acesso em: 25 set.2011.

## **Qualidade total: aspectos relevantes de sua evolução e utilização como ferramenta de diferencial competitivo.**

**Kátia Emília Martins Ferreira<sup>3</sup>**

### **RESUMO:**

A gestão da qualidade total trabalha para que os produtos e serviços sejam confeccionados com qualidade para agradar os clientes que são a razão da empresa existir, pois sem a preferência deles, não adianta produzir para não vender e conseqüentemente não obter lucros que é o que a empresa almeja. Essa gestão tem o objetivo de satisfazer os clientes, antecipar-se a concorrência, reduzir desperdícios e custos para manter preços competitivos e aumentar a produtividade. A liderança e a motivação estão diretamente ligadas a essa gestão, representadas por um líder eficaz, que deve focar todos os setores da empresa e conhecê-los para saber agir diante dos obstáculos, sempre motivando e capacitando os envolvidos para a máxima e melhor cooperação de todos.

**Palavras-chave:** Gestão; Qualidade; Cliente.

---

<sup>3</sup> Pós Graduação em Gestão de Pessoal e Finanças.  
Faculdades Integradas Rui Barbosa/Andradina  
katiaemartins@yahoo.com.br

## **Introdução**

Em plena revolução da qualidade e da organização das empresas, não se verifica ainda uma política intensiva dos conceitos da Qualidade Total. Sobreviver em um mercado cada vez mais disputado representa o grande desafio das pessoas e empresas nos dias de hoje. Todos sabem que vão sobreviver somente os melhores. Face às constantes mudanças no cenário, mais do que nunca, é necessário que mude algum paradigma com absorção de novos conceitos em termos de gestão. Acredita-se que a prática intensiva de conceitos de qualidade nas atividades do dia a dia somará pontos à sobrevivência e crescimento dos negócios.

O termo QUALIDADE TOTAL representa a busca da satisfação, não só do cliente, mas de todas as entidades significativas na existência da empresa e também de sua excelência organizacional. Considerando a Qualidade Total o estado de eficiência e eficácia na ação de todos os elementos que constituem a existência da empresa, existe a necessidade de modelar a organização e o contexto no qual ela existe.

Sob um ponto de vista mais amplo, a GQT (Gestão da Qualidade Total) não é apenas uma coleção de atividades, procedimentos e eventos. É baseada em uma política inabalável que requer o cumprimento de acordos com requisitos claros para as transações, educação e treinamento contínuos, atenção aos

relacionamentos e envolvimento da gerência nas operações, seguindo a filosofia da melhoria contínua.

Embora a qualidade sempre tenha sido adotada por uma questão de sobrevivência, seus princípios e técnicas promovem melhorias. Atualmente, as empresas de maior sucesso, são aquelas que adotam as ferramentas da gestão da qualidade.

## **1 Gestão de qualidade total**

A gestão da qualidade total (*Total Quality Management* ou simplesmente TQM) consiste numa estratégia de administração orientada a criar consciência da qualidade em todos os processos organizacionais. É referida como total, uma vez que o seu objetivo é a implicação não apenas de todos os escalões de uma organização, mas também da organização estendida, ou seja, seus fornecedores, distribuidores e demais parceiros de negócios.

Segundo Coltro (1996), a gestão da qualidade total, nada mais é do que um sistema administrativo que envolve um conjunto de práticas e princípios básicos. As empresas que implantam a TQM como sistema integrado e integrador poderão obter benefícios significativos, que quando apreciados mostrem o caminho para uma experiência totalizadora.

Sendo assim, considera-se a qualidade total como sendo uma ferramenta de ação administrativa, que coloca a qualidade dos produtos e serviços, como o

principal foco para todas as atividades da organização. Já a Gestão pela Qualidade Total é a concretização desta ação na administração de todos os recursos organizacionais, bem como no relacionamento entre as pessoas envolvidas na empresa. Esta ação consolida-se através de um agrupamento de ideias e técnicas voltadas para o aumento da competitividade da empresa, principalmente no que diz respeito à melhoria de produtos e processos (COLTRO, 1996). Devido a esse fato, pode-se dizer que as duas estão ligadas para um melhor desempenho da empresa, ou seja, elas podem ser vistas numa sequência a ser seguida, pois não é possível adotar uma sem nenhum conhecimento da outra.

Para Mears (1993, p. 12) citado por Coltro (1996, p. 4),

a gestão pela qualidade total é um sistema permanente e de longo prazo, voltado para o alcance da satisfação do cliente através de um processo de melhoria contínua dos produtos e serviços gerados pela empresa. Sendo que, de caráter geral, uma gestão pela qualidade total que efetivamente tenha controle sobre a qualidade, tem como necessidade a participação de todos os membros da empresa, incluindo gerentes, supervisores, trabalhadores e seus executivos, na busca da melhoria contínua.

Segundo Ishikawa (1990, p.87) citado por Coltro (1996, p. 4),

Pode-se focar a gestão pela qualidade total de duas maneiras distintas. A pequena qualidade é aquela que se limita às características de produtos e serviços considerados importantes para seus usuários e compradores. A grande qualidade envolve a satisfação comum de várias pessoas, grupos e comunidades envolvidas na vida de uma organização. A pequena qualidade, no longo prazo, não passa de consequência da grande qualidade.

Pelo exposto, nota-se que a grande qualidade tem um enfoque abrangente e total em relação à organização. Este enfoque exige mudança na filosofia tradicional que se pratica em termos de produção nas empresas, ou seja, mudar do foco baseado em custos e produtividade para foco fundamentado na qualidade e na satisfação dos usuários.

As grandes empresas se empenham na implantação de programas de qualidade total, cujos resultados não só garante a plena satisfação dos clientes como também reduzem os custos de operação, minimizando as perdas, diminuindo consideravelmente os custos com serviços externos e otimizando a utilização dos recursos existentes. (CER-QUEIRA NETO, 1991, p. 43).

Segundo Hagan (1984) citado por Marshall Junior

et al. (2008), a abordagem estratégica da qualidade foi resumida de modo muito simples em um relatório da Sociedade Americana de Controle da Qualidade:

- Não são os fornecedores do produto, mas aqueles para quem eles servem – os clientes, usuários e aqueles que os influenciam ou os representam – que têm a última palavra quanto à até que ponto um produto atende às suas necessidades e satisfaz às suas expectativas;

- A satisfação relaciona-se com o que a concorrência oferece;

- A satisfação é conseguida durante toda a vida útil do produto, e não apenas na ocasião da compra;

- É preciso um conjunto de atributos para proporcionar o máximo de satisfação àqueles a quem o produto atende.

Segundo Coltro (1996) a visão a respeito da gestão pela qualidade total é muito próxima e sensível às necessidades dos consumidores, ao movimento da concorrência e, por consequência, tem uma ótica de melhoria contínua, uma vez que nem os consumidores deixam de ter mudanças em suas necessidades e nem os concorrentes estão parados sem reagir às variações do mercado e dos seus agentes.

Portanto, é importante que as empresas, além de trabalhar para a satisfação de seus consumidores, sejam também melhores que os seus concorrentes diretos, sob pena de terem o seu desempenho mercadológico prejudicado.

Desta maneira, ocorre um enorme processo de influência na definição das estratégias de manufatura, que deve passar a visar: obtenção de produtos sem erros; entregas rápidas ao consumidor; cumprimento dos prazos prometidos de entrega; introdução de novos produtos em prazos adequados; operação em uma faixa de produtos bastante larga para satisfazer os desejos dos clientes; habilidade em mudar quantidades ou datas de entrega, conforme demandado pelo mercado; habilidade em produzir a custo compatível (Coltro, 1996).

Este modelo de gestão também trouxe à tona uma realidade até então desconhecida para muitos administradores: a qualidade também tem um impacto positivo na produtividade das organizações, principalmente devido à eliminação dos retrabalhos e dos estoques intermediários. Este fenômeno relaciona qualidade melhor com custos menores, gerando o aumento de produtividade que propicia a manutenção e ampliação do mercado, o que acaba por requerer melhor qualidade.

Para Cerqueira Neto (1991), os principais benefícios de um Programa de Qualidade Total são os seguintes:

- Melhoria na qualidade do produto e na qualidade do projeto;
- Redução de perdas e de custos de operação;
- Maior satisfação dos empregados em relação ao seu trabalho e a empresa como um todo;

- Redução dos estrangulamentos das linhas de produção;
- Aprimoramento dos métodos e do tempo de realização das tarefas;
- Definição dos programas de manutenção preventiva;
- Disponibilidade de dados relevantes para as atividades de marketing da empresa;
- Fornecimento de uma base *factual* (baseado em fatos e não em opinião) para padrões de custos contábeis dos refugos;
- Base concreta para retrabalhos e inspeção, entre outros.

Diante disso, percebe-se que a qualidade depende da produtividade e a produtividade depende da qualidade para que a organização alcance seus objetivos, cumprindo as metas estabelecidas e perpetuando a sua marca ou seus produtos no mercado.

### **1.1 Qualidade total e competitividade**

A competitividade empresarial pode ser entendida como o núcleo do sucesso ou do fracasso das organizações. A competição é responsável pela adaptação das atividades de uma empresa em relação ao seu ambiente de atuação, fruto das estratégias competitivas adequadas usadas pelas mesmas. Uma das estratégias competitivas possíveis de ser utilizada pela empresa é a diferenciação dos seus produtos e/ou serviços (COLTRO, 1996, p. 05).

Esta diferenciação não reside de modo agregado e generalizado na empresa, mas pode ser alcançada através de atividades específicas que a empresa executa e que afetam os clientes de alguma maneira. Também alguns aspectos tecnológicos, peculiares de cada indústria, podem estar relacionados a diferenciais competitivos em função da excelência com que a empresa venha a manipular tais tecnologias.

Frente ao novo ambiente empresarial, os administradores não podem mais deixar de perceber a necessidade de usar o potencial da manufatura/operações das empresas como uma ferramenta competitiva para seus processos. Tal fato possibilitou o surgimento de uma nova ótica de abordagem frente aos sistemas de produção e à sua administração, bem como a disseminação de um novo modelo de gestão: Qualidade Total.

O autor ainda afirma que a prática da Gestão pela Qualidade Total influencia a competitividade empresarial em diversos aspectos.

Possibilita à empresa diferenciar-se e competir com base em: produtos livres de defeitos, produtos confiáveis, entregas confiáveis e rápidas; as atividades manufatureiro/operacionais passam a contribuir também com eficácia, usando critérios de desempenho com base em: indicadores de qualidade, confiabilidade, prazos, flexibilidade, etc.; a definição de foco

e de busca da excelência no que realmente importa: satisfação dos clientes; as atividades operacionais passam a ser pensadas de forma estratégica (COLTRO, 1996, p. 05).

Com esta gestão, as possibilidades de sincronização das estratégias de competição e as estratégias de manufatura são facilitadas, particularmente em termos dos atuais objetivos estratégicos dos ambientes operacionais. As influências se fazem marcantes em praticamente todas as ações empresariais, como na tecnologia de processos, no próprio sistema da qualidade, na política de recursos humanos, na organização para o desenvolvimento de produtos e processos, e nos sistemas de avaliação.

Sendo assim, Coltro (1996) destaca a Gestão pela Qualidade Total como uma ferramenta que procura evidenciar as novas estruturas de competição, que são: o atendimento de clientes com exigências cada vez mais aguçadas; aumento do ciclo de vida dos produtos e serviços; minimização dos custos de produção, tornando os produtos cada vez mais competitivos; e a capacidade de inovação requerida pelos diversos segmentos de mercado.

## **1.2 Elementos básicos da gestão da qualidade total**

A versatilidade exigida pelo mercado atual pode ser obtida por meio da utilização de modelos de gestão ágeis como a qualidade total. Há uma multiplicidade de

elementos necessários para viabilizar a prática da gestão da qualidade total, porém os elementos principais que integram os programas de qualidade bem sucedidos são: a liderança, o envolvimento dos funcionários, a excelência de produtos/processo e o foco no cliente.

### 1.2.1 Liderança

A liderança dentro da gestão da qualidade tem o objetivo de fazer acontecer. De acordo com Miranda (1994),

[...] acionar e controlar, manter o rumo e corrigir, em tempo, distorções ou desvios. Mas antes, e para que isso seja possível, ela tem o encargo de capacitar e motivar os envolvidos, assegurando a máxima e melhor cooperação de todos. (MIRANDA, 1999, p. 174)

De acordo com Miranda (1944), a liderança se considerada isoladamente, é a força que faz avançar os processos dentro da Gestão da Qualidade. É por intermédio dela que todas as intenções manifestadas e objetivos definidos no planejamento para a qualidade serão materializados em ações.

A liderança, dentro de uma organização que queira seguir a gestão da qualidade, deve ser exercida de maneira que as tarefas estejam perfeitamente alinhadas com as metas e que ao atingir essas metas

leve à realização da estratégia esperada pela empresa.

Se o líder não tiver uma visão ampla da organização, focando desde o chão de fábrica até o lucro da empresa, as metas propostas pela empresa não serão cumpridas, e conseqüentemente seus objetivos não serão alcançados, pois os objetivos e metas devem derivar da estratégia exercida pela liderança e as tarefas devem derivar desses objetivos e metas. Se for analisado, é uma sequência que não pode parar, pois se por algum motivo essa sequência para, o processo de liderança, eficácia e eficiência também não irão funcionar.

### **1.2.2 O envolvimento dos funcionários**

Mais do que planos ou sistemas de controle, são as pessoas que fazem as coisas funcionarem. Devido a isso, colocar em ação os planos elaborados exige que a empresa eduque seu pessoal e sistematize seus processos de comunicação e coordenação interpessoal e intergrupar para minimizar os problemas de entrosamento e maximizar a sinergia.

O objetivo da comunicação eficiente para a qualidade é produzir perfeita compreensão nos momentos devidos. Isso pode ser aplicado tanto na comunicação interna, para a geração e sustentação de relacionamentos de parceria no trabalho, quanto para a comunicação externa, para a geração e sustentação de

relacionamentos de parceria nos negócios com fornecedores e clientes.

Para Miranda (1994),

[...] a problemática da comunicação interna abrange os processos de envolvimento, comprometimento e acionamento de pessoas, persuasão, superação de resistências, coordenação, liderança ativa, treinamento, capacitação e atribuição de poder. A problemática da comunicação externa abrange praticamente os mesmos tópicos. Além de ouvir e interpretar as necessidades de fornecedores e clientes, a empresa precisa informá-los, persuadi-los, superar suas resistências, liderar sua preferência, capacitá-los (a avaliar seus produtos/-serviços), mantê-los cativos e satisfeitos. (MIRANDA, 1994, p. 178).

É característica própria do ser humano estar interessado em primeiro lugar em si próprio e depois nos demais, e isso é em todos os lugares que ele frequenta. Mas se os modelos de comunicação dentro e fora da empresa colaborarem para o enriquecimento dos seus conceitos, ele se sentirá envolvido e dará sua contribuição não somente por interesse em recompensas, mas também por sentir que é importante na organização em que atua.

### **1.2.3 A excelência de produtos/processos**

O modelo de excelência reflete a experiência, o conhecimento e o trabalho de pesquisa de muitas organizações e especialistas.

A excelência de produtos/processos está diretamente ligada à forma como a organização gerencia, analisa e melhora os processos principais do negócio e os de apoio, além de verificar como a organização gerencia o processo de relacionamento com os fornecedores, destacando o desenvolvimento de sua cadeia de suprimento. Essa excelência aborda como a organização gerencia seus processos econômico-financeiros, visando à sustentabilidade econômica do negócio (MARSHALL JUNIOR et al., 2008).

### **1.2.4 Foco no cliente**

Os clientes são a razão de ser da organização e, em função disso, suas necessidades devem ser identificadas, entendidas e utilizadas para que os produtos possam ser desenvolvidos, de modo a criar o valor necessário para conquistá-los e retê-los (MARSHALL JUNIOR et al., 2008).

Nesse caso, entra em ação a gestão do conhecimento da organização para analisar o mercado e saber exatamente o que o cliente procura, destacando a identificação, análise e compreensão das suas necessidades e expectativas.

A imagem e divulgação dos produtos e marcas devem estar voltadas para o cliente, para que ele se sinta atraído para obter a mercadoria e satisfazer realmente suas necessidades, tornando-se fiel a marca ou produto.

### **1.3 Relação qualidade com cliente**

A Qualidade Total mostra-se como sendo a ferramenta eficiente dentre as ações que as empresas geralmente utilizam para garantir a sustentabilidade de seus negócios e a satisfação de seus clientes. Para Townsend (1991, p. 19),

[...] o cliente não é apenas a última pessoa ou empresa que, de fato, compra e usa o produto ou serviço da empresa; o cliente é qualquer um a quem um indivíduo fornece qualquer informação, produto ou serviço. E o cliente sempre tem razão. (TOWNSEND, 1991, p. 19).

As empresas e até mesmo seus colaboradores podem perguntar aos seus clientes como estão se saindo e se estão atendendo com eficácia suas necessidades. Este questionamento pode trazer evolução para a empresa no sentido de preocupar-se com a qualidade e com a perícia que for possível, pois o fornecedor de uma pessoa, na maioria das vezes, é o cliente de outra.

Para Juran citado por Townsend (1991), cada pessoa dentro de uma organização é um usuário, um

processador e um fornecedor. Cada um é usuário ou cliente pelo fato de receber um produto, serviço ou informação, em algum estágio de desenvolvimento. O papel de processador pode ser assumido ao se provocar alguma mudança física, pelo ajuste de alguns dados ou pela adição de uma opinião valorizada. Tendo completado o processamento, o chapéu de fornecedor é colocado e o produto, serviço ou informação é passado adiante para um novo usuário ou cliente. Para que haja sucesso, os padrões variáveis de todos os clientes devem ser atendidos.

Já para Hudiburg (1992), uma vez que os desejos dos clientes foram definidos o mais cuidadosamente possível, o grupo gerencial deve definir políticas para analisar os dados acerca das necessidades e desejos do cliente e usá-los para desenvolver alguns objetivos importantes para a organização. Esses objetivos devem ser detalhados e com foco naquilo que é importante para a empresa fazer bem do ponto de vista do cliente.

Qualquer linha de produto ou empresa atende necessidades diferentes, por isso, cada uma delas deve trabalhar para si própria, com suas próprias necessidades de clientes e com seu próprio ambiente de negócios em mente.

O fundamental é que os desejos solicitados pelos clientes sejam definidos da melhor forma possível com base em fatos concretos, pesquisados e analisados com cuidado, pois a voz do cliente contribui muito no momento dos lançamentos ou até mesmo na melhoria

dos produtos e serviços já existentes. Essa conversa empresa/cliente pode trazer muito crescimento e reconhecimento mútuo.

À medida que as empresas desenvolvem estratégias para entender e atender as necessidades de seus usuários, elas estarão garantindo a viabilidade de seus negócios, expandindo assim a sua atuação no mercado e garantindo o atendimento de seus objetivos.

Para entender as necessidades e expectativas dos clientes, a administração precisa saber o que eles acreditam estar recebendo. É preciso distinguir entre percepção e expectativas.

#### **1.4 Satisfação do cliente = Percepção do cliente / Expectativa do cliente**

O cliente é a razão de a empresa existir e esse fato é muito abordado e analisado pela maioria delas, mas a desatenção dos empreendedores pode não satisfazer da maneira desejada.

Para Folledo (2009), existem algumas definições a serem analisadas.

Percepção é aquilo que os clientes crêem ter recebido ao concluir o relacionamento ou transação. [...] Expectativa é aquilo que os clientes acham que receberão ao estabelecer um relacionamento ou transição (FOLLEDO, 2009, p. 14).

Em ambos os casos, o importante é o que os clientes pensam. Aí reside a complexidade e o desafio para a empresa, pois quase sempre há uma lacuna entre aquilo que as empresas consideram ter vendido e o que os clientes acreditam terem comprado. Outra lacuna, talvez a mais importante, é a que existe entre aquilo que as empresas consideram ter vendido e o produto realmente entregue ao cliente.

Pelos comentários anteriores surge como evidente que, no que se refere ao contato com o cliente e ao processo de satisfação de suas necessidades é importante para as empresas lidar tanto com suas expectativas como com suas percepções. Isso obriga a empresa a pensar em desenvolver medidas de desempenho, que garantam como parte de sua estratégia de longo prazo, que todas as comunicações com os clientes antes da transação – ou seja, aquelas comunicações que criam expectativas – sejam apropriadas.

Segundo Folledo (2009), ao mesmo tempo é importante que as empresas lidem com as percepções dos clientes, ou seja, o que ocorre depois da transação ou serviço. As empresas deveriam ter medidas de desempenho que focalizem o contato com o cliente após a transação. Essas medidas deveriam incluir contatos para obtenção de informação e contatos durante o serviço de Assistência Técnica e de garantia, qualquer coisa que afete as percepções dos clientes. Muitas vezes o cliente não tem consciência de todas as características e elementos da Assistência Técnica de

um produto ou transação. As medidas certas de desempenho para a comunicação com os clientes são importantes na administração de suas percepções.

Para ganhar a fidelidade dos clientes às empresas, é preciso oferecer produtos/serviços que excedam suas expectativas pelo menos em algumas das características que definem sua qualidade. Mas, os clientes quanto mais conseguem, mais querem, e esse nível adicional de qualidade que alguma vez gerou entusiasmo passa a ser considerado como requisito básico ou exigência mínima.

Conseqüentemente, com o tempo, esses atributos deixam de causar entusiasmo no cliente, que passa a exigí-lo como se fosse uma necessidade básica a ser satisfeita. O entusiasmo do cliente só poderá ser mantido se a empresa desenvolver aptidão para ele, sempre “ainda mais”. Esse processo não tem fim, demandando uma qualidade cada vez maior de todos os produtos e serviços por parte das empresas que pretendam permanecer no mercado.

### **Considerações gerais.**

A Gestão pela Qualidade é uma abordagem abrangente que visa melhorar a competitividade, a eficácia e a flexibilidade de uma organização por meio de planejamento, organização e compreensão de cada atividade, envolvendo cada indivíduo em cada nível. É útil em todos os tipos de organização.

A Gestão pela Qualidade Total, enquanto meio de atuação dos gestores organizacionais, busca desenvolver nos sistemas de operações das empresas, condições que possibilitem responder às demandas atuais, criando vantagens competitivas duradouras, nos segmentos de mercado onde atuam.

Para tanto, as estratégias de competitividade que sofrem a influência deste modelo de gestão, permitem alcançar diretamente a obtenção de produtos sem erros; entregas rápidas aos consumidores; introdução de novos produtos em prazos adequados; operação em uma família de produtos, grande o suficiente para satisfazer os desejos dos clientes; habilidade em mudar quantidades ou datas de entrega conforme solicitado pelos clientes; habilidade de produzir o custo competitivo; dentre outros aspectos.

Portanto, a qualidade de vida dos trabalhadores é o alicerce para a implantação da gestão da qualidade total, pois estão diretamente ligados. Ainda existem empresas com exagero relativo aos aspectos técnicos orientados para a qualidade do processo produtivo, esquecendo-se de investir nas pessoas, sendo que a qualidade total se faz somente atendendo as necessidades das pessoas e as desenvolvendo. Maximizando as suas potencialidades é que as empresas também vão se desenvolver, atingindo suas metas.

Verificou-se que, quando ocorre um desequilíbrio entre os investimentos tecnológicos em detrimento aos

cuidados com fator humano, o desempenho com cliente interno, que é o colaborador, fica comprometido pelos baixos níveis de satisfação, afetando o atendimento às exigências do cliente externo e inviabilizando as estratégias voltadas para a melhoria de produtos e serviços.

## **BIBLIOGRAFIA**

CERQUEIRA NETO, E.P. **Gestão da qualidade: princípios e métodos**. São Paulo: Pioneira, 1991.

COLTRO, A. A gestão da qualidade total e suas influências na competitividade empresarial. In: **Caderno de pesquisas em Administração DE**. São Paulo: FEA/USP, 1996, p. 4-6.

FOLLEDO, Manuel. **A Qualidade total e a Administração tradicional: seu impacto nos custos**. Campinas: Unicamp, 2009.

HUDIBURG, John J. **Vencer com qualidade: a história da Florida Power & Light**. 2 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1992.

MARSHALL JUNIOR, Isnard et al. **Gestão da qualidade**. 9 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

MIRANDA, Roberto Lira. **Qualidade Total:** rompendo as barreiras entre a teoria e a prática. São Paulo: Makron Books, 1994.

TOWNSEND, Patrick L. **Compromisso com a qualidade:** um sistema comprovado de melhoria da qualidade. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

## Raciocínio heurístico e a resolução de problemas

José Lafayette de Oliveira Gonçalves <sup>4</sup>

**Resumo:** Não existe uma única maneira correta de ensinar a resolver problemas e seria presunção de minha parte recomendar pelo menos uma. Existem tantas maneiras de ensinar com sucesso o aluno a pensar matematicamente, como existem professores de talento. Os métodos empregados em sala de aula são uma questão de estilo pessoal. O que funciona com um professor, pode ser que com outro tenha que ser modificado. As ideias e sugestões que apresento neste artigo sempre funcionaram razoavelmente, na minha caminhada como educador matemático. Estudando-as com atenção e rigor, pode ser que seja possível ao leitor adaptá-las ao seu trabalho docente.

**Palavras – chave:** raciocínio, heurística, problemas rotineiros e não rotineiros e investigação.

---

4. José Lafayette de Oliveira Gonçalves – Mestre em Educação Matemática pelo Instituto de Geociência e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”/Rio Claro. Professor coordenador do Curso de Licenciatura em Matemática das Faculdades Integradas Urubupungá/Pereira Barreto.

## INTRODUÇÃO

Examinemos o problema:

Um disco voador, vindo de outro planeta, deixou cair na Terra uma estranha caixa contendo 141 pequenas cápsulas e com a inscrição:



Pesquisas posteriores mostraram que tal inscrição era o numeral mais simples representativo da quantidade de cápsulas na caixa, e que o sistema de numeração usado no planeta era de base SEIS e seus numerais mais simples tinham as mesmas regras de formação que os nossos. Estudando a MATEMÁTICA daquele povo, verificou-se que ele efetuava uma adição com o mesmo artifício de cálculo que fazemos nós na Terra; serviu de exemplo a “conta” que se encontrou num manuscrito:



Mais tarde outra caixa daquelas veio com o numeral mais simples



### Quantas cápsulas havia nessa outra caixa?

Sabemos que a resolução desse problema proposto não é trivial. Para resolvê-lo, vamos, através desse artigo, tentar expor, teoricamente, algumas justificativas que poderão contribuir significativamente.

Alguns educadores citam resolução de problemas como o principal objetivo da aprendizagem da Matemática: “Principal justificativa para estudar matemática na escola primária é sua utilidade em resolução de problemas”. (BEGLE – 1979).

Hatfield (1980) se posiciona dizendo sobre a aprendizagem de problemas matemáticos:

“Aprender a resolver problemas matemáticos deve ser o maior objetivo da instrução matemática. Certamente, outros objetivos na matemática devem ser procurados, mesmo para atingir o objetivo da competência em resolução de problemas. Desenvolver conceitos matemáticos, princípios e algoritmos, através de um conhecimento significativo e habilidoso, é importante. Mas o significado principal de aprender tais conteúdos é ser capaz de usá-los na construção das situações-problema”. (L. HATFIELD, 1980).

Resolução de problemas é, também, interpretada como o processo de selecionar e aplicar pré-requisitos a uma situação problema com o fim de resolvê-la.

“O individuo necessita e reúne pré-requisitos e usa-os na resolução de um problema. Ao resolvê-lo aprende algo novo. Este é o processo”. (Robert Gagné).

Nessa interpretação como um processo, o que é considerado mais importante são os procedimentos e as estratégias que o indivíduo utiliza para resolver os problemas do que a solução em si mesma.

Resolução de problemas só poderá ser realizada, ou seja, o aluno só terá a chance de buscar suas próprias estratégias e procedimentos se for permitido que ele seja um agente ativo dessa busca. É preciso que o resolvidor seja engajado num processo mental de modo a desenvolver suas próprias estratégias cognitivas.

Quando o aluno resolve um problema, ele sempre experimenta a sensação da descoberta na solução do problema. O problema pode ser modesto, mas se ele desafia a curiosidade do aluno aguçando o inventor que há dentro dele e resolvendo com seus próprios recursos, ele pode experimentar a tensão e satisfação do triunfo da descoberta. Essas experiências, desde muito cedo, podem criar um gosto para o trabalho mental e determinar a inteligência e o caráter do individuo para sua vida.

Uma das maiores dificuldades no ensino por meio de resolução de problemas é atingir o professor de modo que ele sinta necessidade numa mudança de atitude em relação ao processo de aprendizagem.

A nossa formação como professor é de uma escola onde o desenvolvimento do raciocínio e de um conhecimento organizado e significativo foi totalmente abandonado. O indivíduo é colocado, de um momento para outro, no papel de educador sem nenhum estudo ou instrumento para lidar com o educando tanto no aspecto intelectual quanto no afetivo. Fomos educados dentro de uma ideologia na qual se desenvolve adaptação e submissão e não confronto de pontos de vista e erros.

Se o professor não se propuser a uma transformação interior, a sua tendência será a de manter essa atitude e, conseqüentemente, educando pessoas que não desenvolvem nenhuma autonomia intelectual, moral e emocional.

## **DEFINIÇÃO DE PROBLEMA**

Problema é uma situação que pede uma solução e esta não é óbvia. É uma situação à qual o repertório de respostas imediatamente disponível num sujeito não permite a solução do problema.

Segundo Jean Piaget, nas definições de problemas, duas precisões são frequentemente omitidas:

1. Não podemos falar de um problema quando sua solução não é possível;
2. A solução deve ser obtida através de meios intelectuais.

De acordo com alguns educadores e psicólogos, para que uma situação seja problema para um indivíduo, ele deve satisfazer a três critérios:

a) **ACEITAÇÃO OU ENVOLVIMENTO:** o indivíduo sente desejo de resolver o problema; ele se envolve com o problema por uma motivação interna ou externa.

b) **BLOQUEIO:** A solução não é imediata; com os modelos que ele tem a solução não aparece.

c) **EXPLORAÇÃO:** Existe um envolvimento pessoal que o leva a explorar o problema; faz tentativa deliberada a fim de achar a solução.

Essa última definição é muito apreciada pelos psicólogos, os quais estão muito atentos ao estudo de resolução de problemas. Apesar de também apreciá-la, sinto que o critério “aceitação” deixa o professor um pouco limitado na escolha dos problemas que vai apresentar numa sala de aula comum. Uma recomendação seria a de estar atento aos problemas que despertam o desejo da solução e guardá-los para o nosso acervo de problemas.

## **ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DE UM BOM PROBLEMA**

- Envolve o aluno e o desenvolve.
- Desperta interesse e motivação: Excita a descobrir a resposta.

- O aluno aprende algo quando o resolve. A solução do problema envolve um conceito matemático novo.
- É matematicamente significativa.
- É um problema claro e fácil de entender.
- Envolve ação ou simulação de situações reais.
- Pode ser generalizado. Dá oportunidade para várias soluções.
- Deve ser desconhecido e não deve ser resolvido por um simples algoritmo.
- Curto em cálculo, longo em pensamento lógico.
- Vocabulário e simbologia familiares ao aluno.
- Deve ser suficientemente fácil para obter sucesso, mas propor desafio.

Certamente os problemas que escolheremos ou criaremos não terão todas essas características, mas devemos estar atentos para que algumas estejam presentes ou se eles não estão reforçando o contrário das mesmas.

## **DISTINÇÃO ENTRE EXERCÍCIOS, PROBLEMAS ROTINEIROS E NÃO ROTINEIROS OU PROCESSOS**

### Exercício

É uma situação em que há um procedimento determinado para chegar à resposta.

O aluno tem um procedimento padrão para resolvê-lo. Eles são resolvidos numa sequência de passos.

Exemplos: Calcule:  $16 + 4(-2) - (6 - 3)$   
Resolva:  $5x^2 - 3x - 5 = 0$

### Problemas Rotineiros

São os problemas padrões que, geralmente, aparecem nos livros. A tarefa básica para resolvê-los é identificar quais operações ou algoritmos são mais apropriados.

Os problemas rotineiros de um modo geral:

- não desafiam o aluno.
- não exigem um plano de pensamento e não desenvolvem um novo conhecimento.
- são resolvidos pela aplicação direta de um algoritmo.
- são usados pelos livros para controlar conhecimentos.

Os propósitos dos problemas rotineiros são:

- melhorar e recordar os fatos básicos.
- fortalecer habilidades nos algoritmos das operações fundamentais.
- reforçar as relações entre as operações e suas aplicações nas situações do dia a dia.

### Problemas processos ou não rotineiros

Os problemas não rotineiros são aqueles que exigem o uso de estratégias ou alguma tentativa que não seja um algoritmo ou uma equação.

Os problemas não rotineiros ou processos, em geral:

- exigem o uso de estratégia, ou seja, um plano de pensamento.
- podem ser resolvidos por um algoritmo ou equação, mas estes não são conhecidos do aluno daquela faixa etária.
- tem mais de uma solução.
- levam a um novo conhecimento quando resolvidos.

Os propósitos dos problemas processos são:

- desenvolver e praticar estratégias.
- desenvolver a consciência dos alunos das estratégias em resolução de problemas.
- dar a oportunidade para os alunos dividirem seus métodos com os outros.
- obter confiança e gosto em resolução de problemas.
- fazer o aluno perceber a importância de abordar problemas de uma maneira sistemática.

Esse tipo de problema explora o processo de obter a solução em vez da solução por si mesma.

A recomendação é que os problemas que colecionaremos para propor aos alunos sejam problemas processos. Os problemas rotineiros podem estar entre esses com os objetivos de sucesso citados acima.

## **MÉTODOS DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS**

A seguir apresentamos alguns dos métodos comuns que usamos para resolver problemas:

- tentativa e erro.
- tentar um problema mais simples.
- pensar na solução de um problema semelhante ou análogo.
- desenhar uma tabela ou diagrama.
- procurar um modelo.
- estudar casos especiais.
- escrever uma equação ou operação.
- estimular e tentar a possível solução.
- trabalhar o problema de trás para diante.
- fazer um desenho.

Esses são alguns caminhos ou estratégias que as pessoas usam para resolver problemas.

Alguns educadores chamam esses meios de **HEURÍSTICAS**.

Heurísticas são regras, sugestões, guias ou técnicas que podem ser úteis em fazer progresso na direção da solução do problema.

Heurística era o nome de um ramo do estudo da Lógica, Filosofia ou Psicologia que estuda os métodos e regras do descobrimento e da invenção.

Polya denomina heurística moderna o estudo que procura compreender o processo solucionador de problemas; em particular as operações mentais, típicas desse processo que foram úteis.

RACIOCÍNIO HEURÍSTICO é o raciocinar não com um fim rígido, mas com um final razoável e provisório cujo propósito é descobrir a solução do problema atual. Heurístico contrasta-se com algoritmo. Não há procedimento fixo que, se seguido passo a passo garante o sucesso na condução da tarefa. Logo, precisamos ser cautelosos ao estabelecer um número preciso de passos para resolver problemas.

A organização nas quatro fases apresentadas por Polya pode ser também considerada uma heurística. Ela não funciona sempre, mas é uma organização frequentemente bem sucedida em Resolução de Problemas.

Como parte do extensivo, é preciso estudo e investigação em Resolução de Problemas; George Polya desenvolveu um processo de quatro fases semelhante ao apresentado abaixo. Em cada uma das fases, ele apresenta Heurísticas que são afixadas em forma de sugestões e questões.

## 1 Compreensão do problema

- a) Você pode relatar o problema com suas próprias palavras?
- b) O que é procurado?
- c) Que informação você obtém do problema?
- d) Que informação, se existe, está faltando ou não é necessária?
- e) Você poderá estimular a resposta?

## 2 Elaboração de um plano

- a) Você já resolveu um problema semelhante a esse, antes? Já viu um problema semelhante ou análogo que lhe poderia ser útil?
- b) Organize suas informações numa tabela, gráfico ou diagrama.
- c) Procure um modelo - que simetrias ou relações você pode ver?
- d) Trabalhe no problema por partes.
- e) Procure um problema mais simples.
- f) Tente escrever uma sentença matemática.
- g) Use tentativa e erro.

## 3 Execução do plano

- a) Execute o seu plano de resolução verificando cada passo.
- b) Resolva a sentença matemática.

- c) Complete o seu diagrama. Tente determinar seu esquema.
- d) Faça cálculos necessários.

#### **4 Retrospecto (Looking back)**

- a) Confira os resultados no problema original.
- b) Há alguma outra solução? Há outra maneira de achar a resposta?
- c) Você pode resolver outro problema semelhante a esse resolvido?
- d) Você pode generalizar o problema? Por exemplo, você pode determinar o problema para os “n” pontos?
- e) Você pode criar um problema semelhante a este que você resolveu? Mais fácil? Mais difícil?
- f) Você pode usar esse problema para introduzir um conceito ou conteúdo matemático?

RETROSPECTO ou revisar o problema significa examinar a solução obtida, pensar nos recursos do resolvidor para resolver o problema: seus argumentos, seus métodos e o que ele aprendeu com o problema.

Frequentemente nós aprendemos mais sobre o problema, fazendo um retrospecto do que através da solução do problema.

## FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A APRENDIZAGEM

Alguns fatores da aprendizagem potencialmente importante que podem resultar no crescimento do aluno como um bom resolvedor de problemas em matemática são colocados a seguir:

Para Larry Hatfield, as recomendações abaixo são significativas:

1. Os alunos devem enfrentar os problemas por eles mesmos.

2. Evite revelar o caminho da solução, prematuramente, durante o estudo do problema. Use técnicas, ou seja, boas questões para ajudar os alunos a construir suas próprias soluções. Cuidadosamente, forneça dicas ou sugestões em pontos críticos a fim de manter a persistência e “insight” do resolvedor.

3. Esteja atento para tratar a maior parte do currículo através da resolução de problemas.

Transforme explicações de “informar” numa descoberta orientada através de abordagens como “what if” e “how come”.

Adote e defenda a filosofia que matemática é uma resposta sensível a uma situação razoável. Aproveite situações que levam a adquirir conceitos,

generalizações e algoritmo, os quais estimulam o processo construtivo nos estudantes.

4. Pense na heurística que foi útil nos seus esforços em resolver o problema. Quando engajar os estudantes numa situação problema, use uma ajuda heurística, identificando-a claramente nas duas diferentes fases, ou seja, de resolver e de revisar o caminho que levou à solução. Ajude os alunos a pensar em “ajudar” a eles mesmos, usando técnicas de questões orientadas, heurísticamente, nas suas aulas.

5. Estude seus problemas do ponto de vista de ajuda do potencial heurístico que pode ser encontrada e aprendida através das resoluções apresentadas pelos estudantes (Dê aos alunos uma variedade de experiências de resoluções para praticar e assimilar o conhecimento da heurística em matemática).

6. Comunique, claramente, aos estudantes do empenho necessário e esforço para se tornar um bom solucionador de problemas. Demonstre o valor que você dá à maneira de solucionar problemas incluindo isso na sua avaliação dos alunos. Meça seu sucesso como professor de resolução de problemas com critério: nenhum aluno deixará de resolver problemas porque você lhe deu muitos exemplos nos quais ele poderá se basear. Procure e selecione problemas de várias fontes. Aprenda a criar seus próprios desafios sistemáticos. Encoraje os alunos a trazer problemas difíceis para você e para os colegas.

7. Aprender é um processo construtivo, tente olhar seus alunos desse modo. Estude como as ideias deles se formam e se modificam. Pense sobre como seus alunos estão formando ideias sobre aprender como aprender. Aconselhe-os sobre algumas estratégias de como aprender. Defenda a resolução de problemas matemáticos como sendo um contexto para praticar processos construtivos.

8. Ajude os alunos a conhecer o prazer na resolução de problemas. Mostre que essa resolução de problemas é necessária na vida de cada um. Dirija os alunos no sentido de reconhecer e assumir a responsabilidade por suas próprias escolhas na aceitação e resolução dos problemas. Mostre aos alunos o valor de enfrentar desafios que exigem grandes esforços. Mostre o que pode ser aprendido por tentar, mesmo sendo muito difíceis de serem solucionados.

## **INVESTIGAÇÃO E CONCLUSÕES EM RESOLUÇÕES DE PROBLEMAS**

### **1 Ampliar a noção de problema**

**ANTES: O problema era** usado para aplicar e controlar conhecimento. Problemas Estereotipados (aplicação direta de equação ou algoritmo resolverá o problema).

**FUTURO:** Utilizar problemas variados do tipo problema processo e evitar os problemas rotineiros e estereotipados.

**Problema processo** explora mais o processo de obter a solução por si mesma; exige o uso de uma ou mais estratégias para resolvê-lo.

## **2 O professor deve ter claro, quais os objetivos dos problemas utilizados no curso**

- a) investigação (desenvolve atitude de pesquisa).
- b) exploração (desenvolve estratégias cognitivas).
- c) aplicação.

## **3 Apresentação dos problemas**

- cuidado com ambiguidades.
- linguagem clara e simples.
- subdividir o problema.
- evitar problemas que traduzam uma situação pseudoconcreta ou socialmente antipática.
- usar o próprio ambiente para criar o problema (motivação)
- jogos e situações fantásticas.

## **4. Utilizar, às vezes, problemas abertos ou mal definidos ou com informações supérfluas.**

**5 A atitude do professor** durante e depois da resolução do problema é determinante.

- um resolvedor de problemas entusiasmado.
- facilitador ou moderador de ideias e não um instrutor.
- atitude de coerência e persistência frente à classe.
- permitir o “fazer matemática” e não o “observar matemática” sendo feita.

## **ASPECTOS DIDÁTICOS NA APLICAÇÃO DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS**

1. Os alunos devem enfrentar os problemas sozinhos - o professor não deve apresentar caminhos antes de o aluno ter explorado o problema.

2. Se necessário, o professor deve ajudar na compreensão do problema (dados, incógnita, vocabulário) com o cuidado de não indicar caminhos ou destacar perguntas-chaves.

3. Enquanto os alunos procuram a solução, o professor poderá “circular” pela classe servindo de “consultor” com o fim de garantir um procedimento razoável. Sentindo que o aluno ou o grupo de alunos quer sua atenção, verificar se o aluno é capaz de:

- a. especificar em detalhes qualquer que seja a operação que ele está engajado.
- b. justificar a razão por estar engajado nela.

c. dizer o que ele fará com o resultado, se a solução progride.

4. Após os alunos resolverem os problemas ou pelo menos terem procurado caminhos, o professor poderá apresentar uma estratégia (heurística) que usou na sua solução e sente que enriquecerá o aluno no seu potencial heurístico. Essa apresentação deve ser feita com a mesma seriedade e entusiasmo que o professor dedica a outras técnicas matemáticas.

5. Observar as estratégias usadas pelos alunos, e estudar os problemas através delas. O objetivo é:

a. perceber os pré-requisitos selecionados e aplicados pelos alunos daquela faixa etária.

b. observar o processo cognitivo e o enriquecimento das estratégias em resolução de problemas.

c. estudar como as ideias dos alunos se formam e se modificam dentro do processo construtivo da aprendizagem.

6. O professor deve promover o confronto de pontos de vista entre os alunos.

## **SUGESTÕES**

a. Levar à lousa as diferentes estratégias que os alunos usaram na solução do problema.

b. Através de perguntas estimulantes, levar os alunos a contarem por que percorrem determinados caminhos e trocarem seus métodos com os outros.

c. O aluno deve sentir que é livre para cometer erros (autoestima - perda de afeto com o erro). “Cuidar” do aluno “empacado” em Resolução de Problemas ou daquele mais inibido.

d. Pedir aos alunos que tragam problemas para serem resolvidos em sala. Professor no papel de aluno.

e. Iniciar com problemas que proponham desafios, mas sejam razoavelmente simples para garantir sucesso.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

GAGNÉ, Robert. **Como se realize a aprendizagem.** Rio de Janeiro: LTC, 1980.

HATFIELD, L. **Educators against Darwin.** Philadelphia, EUA: Winter.

KILPATRICK, J. **Problem Solving and Creative Behavior in Mathematics.**

LINDQUIST, M. MARY. **Selected Issues in Mathematics Education.** McCutchen Publishing Corporation, 1980.

MACKILLIP, W.; COONEY, J. T.; DAVIS, J. E.; WILLIAN, W.J. **Mathematics Instruction in the Elementary Grades**. Silver Burdett Company, 1978.

MASON, J.; BURTO, L.; STAVEY, K. **Thinking Mathematically**. Addison: Wesley Publishing Company.

NCTM, 1980 - Yearbook - Problems Solving in School Mathematics.

PIAGET, Jean. **Seis estudos em psicologia**. 24. ed., São Paulo, 2011.

POLYA, G. **Mathematical Discovery**. vol. I, II. John Wilwy & Sons. 1962, 1965, 1981.

POLYA, G. **A arte de resolver Problemas**. Rio de Janeiro: Interciência, 1977. "How to solve it", 1943.  
RUDNICK, A. J. **Problem solving: a handbook for teacher**. Allyn and Bacon, Inc, 1980.

SHOENFELD, H.A. **Problem Solving in the Mathematics curriculum: a report, Recommendations and an annotated bibliography**, 1983.

## **Machado de Assis: a pedra angular das Letras no Brasil**

**Júlio Cezar Alves de Melo Lima**  
**Mestrando em Estudos Literários: FCL/Unesp**  
**Araraquara, bolsista do CNPq**

### **Resumo:**

Este artigo discute a importância de Machado de Assis na Literatura Brasileira e busca refletir sobre a capacidade criativa e o espírito crítico do autor na interpretação de um Brasil, entre o período do Império e da República.

**Palavras-chave:** Machado de Assis, escritor, literatura.

**Abstract:** This article discusses the importance of Machado in Brazilian Literature and reflects upon the creative ability and critical spirit of the author in an interpretation of Brazil, between the time of the Empire and Republic.

**Key-words:** *Machado de Assis, writer, literature*

Como visualizar a obra romanesca de Machado de Assis no âmbito da criação literária e no contexto de uma sociedade brasileira do século XIX? O objetivo deste trabalho é refletir sobre a capacidade criativa do escritor e discutir o espírito crítico machadiano na interpretação de um Brasil. Passados mais de um século de leituras, o fenômeno artístico do Bruxo do Cosme Velho<sup>5</sup> ainda traz inquietação; ao nos fornecer dados objetivos e peculiares das circunstâncias sociopolíticas e históricas do país entre o período do Império e da República.

A estética machadiana reflete, como em nenhum outro prosador, a situação de um país com as marcas da ambiguidade e dos contrastes, que buscava conservar os costumes e a tradição e ao mesmo tempo internalizá-los para condensar aquilo que seria a alma nacional.

Não por acaso, o escritor é, até hoje o nome mais importante das Letras no Brasil e personagem valoroso no quadro histórico nacional. A inteligência de sua obra romanesca imprime a esta caráter de monumento literário que se faz documento histórico de uma sociedade.

Mais que leitura obrigatória, em um ambiente escolar ou objeto de pesquisa no meio acadêmico, é necessário que contemplemos a obra de Machado de

---

<sup>5</sup> Epíteto consagrado ao escritor em referência à rua do Cosme Velho, em bairro de mesmo nome, no Rio de Janeiro, onde morou o escritor.

*FuturaMente: revista científica, Pereira Barreto, v. 8, 2011.*

Assis na essência de seu valor estético e moral. Sua literatura traz elementos formadores da própria cultura e identidade desenhando na linguagem uma expressão máxima da vida de um povo e de sua língua.

Machado de Assis acompanhou de perto os rumos da política nacional ao exercer diversos cargos públicos, tanto na diplomacia, como nos ministérios da Agricultura, do Comércio e das Obras Públicas, além de ter trabalhado intensamente como redator e revisor de jornais, onde publicou suas primeiras poesias e crônicas.

Reservado nas atitudes e imbuído de espírito sereno e cauteloso, o artista percorreu os corredores e visitou os bastidores da cena intelectual e do molho social relacionando-se com uma gama de personagens. Sua formação social, e os atores que dela fazem parte provavelmente resultaram em um inventário abundante para a composição ficcional: aprimorando o olhar e aguçando os sentidos até que o andamento e a configuração instaurassem um espírito crítico para uma escrita singular de seu tempo.

Em seus livros, compõe o que seria o retrato de uma sociedade de sua época. Aborda a situação e o convívio das famílias patriarcais, as convenções sociais das leis do amor nos casamentos, os reflexos psicológicos e sociais da escravidão, as guerras, a instabilidade financeira, as questões políticas, e o espírito crítico face à renovação cultural do Positivismo e Naturalismo. Acompanhando, desse modo o

movimento de afirmação da consciência literária nacional.

Nessa direção, como escritor de seu tempo e de seu país, Machado de Assis não se conformava com as aparências e com os dados de convenção da sociedade. O seu objetivo era buscar um entendimento mais profundo sobre o país, um brasileirismo mais íntimo, isto é, de um sentimento que atentasse para as peculiaridades das relações sociais existentes no cenário urbano, sobretudo em meados do XIX.

Segundo Roberto Schwarz (2008) durante a década de 30 era comum uma explicação do Brasil pelo caráter nacional, que o personificava como um país do homem cordial, dos grandes latifundiários, ou ainda o país do “jeitinho”. Contudo, esses dados eram limitados e graças à crítica da psicologia social, entendeu-se que as peculiaridades não estavam na psicologia nacional mas em suas relações sociais.

A especificidade do Brasil como nação se marca a partir da Independência, e do momento de escravidão da relação de sua clientela, e dados complementares a ela. Em diversas passagens de seus romances são relatados e testemunhados episódios das mudanças que ocorriam na sociedade e no Estado brasileiro. O romance *Esau e Jacó*, por exemplo, relata a passagem da sociedade rural para a urbana, além de conter outras referências histórico-políticas.

No notável ensaio “Instinto de Nacionalidade”<sup>6</sup> encontramos praticamente um testemunho da grandeza de sua obra. É documento formal de sua invenção, em que fica claro o propósito de apropriar-se do gênio da língua, de modo a renová-la sem alterar sua índole, para fazer saltar aos olhos o caráter íntimo da condição social. Com a visão de que a literatura é uma expressão do espírito nacional, o escritor se transformou no acontecimento central da vida literária brasileira. O ensaio poder-se-ia comparar a carta do achamento do Brasil, dada à preocupação em anunciar um entendimento do que seja a brasilidade para o desenvolvimento de uma memória coletiva.

Encontramos assim na sua obra uma fonte abundante de imagens do Brasil, que vão além dos denunciamentos sociais de um Euclides da Cunha ou de Lima Barreto, por exemplo. Em Machado de Assis, há maior profundidade, pois ele ataca e mostra as contradições e paradoxos do país pelo interior de suas relações sociais, pelo cotidiano das pessoas: nas ruas, nos bares, nas conversas descompromissadas, do consulado, da casa do mais nobre ao mais humilde, às reuniões familiares. Percorre círculos, labirintos, adentrando no espaço apertado, os mais distantes e improváveis, até onde o pensamento e a imaginação conseguem ir e constrói assim um expressivo tecido social na direção de um horizonte ao mesmo tempo individual e universal. Usando para tanto, a sabedoria

---

<sup>6</sup> Ensaio mencionado no volume “Obras Completas” organizado por Alfrânio Coutinho em 1979. *FuturaMente: revista científica, Pereira Barreto, v. 8, 2011.*

de quem evita demasias ou ataques diretos.

Essa ampla imersão no cotidiano das pessoas e na especificidade das relações sociais o fez um exímio analista – certo tipo de historiador. A técnica machadiana consistia em apresentar a brasilidade de maneira oblíqua, cuja linguagem é pedra de esquina que abre vias e desvias no intento de compreender e refletir sobre a realidade de nosso país e sobre a própria literatura, “numa dimensão extremamente crítica”, (LEONEL; SEGATO *apud* LIMA, 2009, p. 350).

Schwarz afirma, por exemplo, que seus romances da primeira fase apresentam um tom conformista em relação à família e a instituição igreja. Não há nesses livros críticas que se mostram na sua segunda e “grande fase”<sup>7</sup>. De acordo com o pensador, “Machado insiste no respeito e no decoro com que os conflitos se devem solucionar” (SCHWARZ, 1981, p. 68). O escritor estabelece em sua narrativa o jogo que é próprio do embrião nacional, isto é um jogo de ambivalência, em tom de impassibilidade, cujas amargas certezas são ditas de forma diplomática ou sutilmente irônica.

---

<sup>7</sup> Em geral, a crítica tende a dividir sua obra em duas fases, a romântica ou de amadurecimento e a fase realista ou de maturidade. Ressurreição (1872), seu primeiro livro, A Mão e a Luva (1874), Helena (1876) e Iaiá Garcia (1878)- 1ª. fase; Memórias Póstumas de Brás Cubas (1881), Quincas Borba (1892), Dom Casmurro (1900) e Memorial de Aires (1908)- 2ª. fase. *FuturaMente: revista científica, Pereira Barreto, v. 8, 2011.*

Ele contempla os diversos lances e laços da cena nacional, resgatando e antecipando com precisão questões fundamentais para compreender e registrar um momento único na nação, com os riscos e a glória, de quem com uma faca de dois gumes joga com a linguagem e com o social. Assim, entendemos que o interesse despertado na crítica e em toda uma geração de leitores pela produção literária do autor deverá justificar-se por pelo menos três aspectos: sua viva consciência de país e de nacionalidade, o juízo de valor, altamente crítico e analítico e o manejo com a palavra.

O olhar irônico, cético, atento, enigmático, e profundo sobre a realidade, aliado à opção pelo ideal clássico do meio termo e da justa medida são peculiaridades de sua escrita que entraram para a história da nossa cultura literária. E despertam reflexões sobre questões substanciais de uma sociedade brasileira, em processo de libertação política e cultural, instaurando assim novas situações nacionais que revelariam continuamente a face de um povo.

O gênio literário do autor pode ser finalmente visto como um patrimônio vivo capaz de educar as sensibilidades e amoldar uma língua no compasso dos acontecimentos históricos e sociais. Numa síntese de Brasil, Machado de Assis tece de dentro para fora, de ponta a ponta o complexo entrelaçamento das relações sociais e das suas peculiaridades em medida certa com a sagacidade e o equilíbrio de um homem das Letras que faz pulsar em palavras o ritmo e o sentimento de um país.

## Referências

BOSI, A. **Machado de Assis: o enigma do olhar**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

LEONEL, M. C.; SEGATTO, J.A. Machado de Assis: representação literária do fim do Império. **Itinerários**, Araraquara, v. 1, n. 29, p.333-352, 2 sem. 2009.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

\_\_\_\_\_. **Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

Roberto Schwarz sobre o “sentimento íntimo do país em Machado de Assis”. 2008. **Intervenção de Roberto Schwarz no Simpósio "Caminhos Cruzados: Machado de Assis pela Crítica Mundial"**.

Disponível em

<http://www.youtube.com/watch?v=BGIR1mfvEYU>.

Acesso em 1º de setembro de 2011.

## O ideal de beleza feminina no poema “A Bela Adormecida no espelho”, de Alice Ruiz

Rosana da Silva Araújo<sup>8</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar o poema *A bela adormecida no espelho*, da escritora e compositora Alice Ruiz e discutir o ideal de beleza feminina presente no poema. A partir desta análise discutiremos tal idealização e sua relação com os contos de fadas, *A bela adormecida e Branca de neve*.

**Palavras – chaves:** Contos de fadas, padrões de beleza, poema.

### Alice Ruiz

A escritora e compositora, Alice Ruiz nasceu em Curitiba, em 22 de janeiro de 1946. Reconhecida pela crítica, como uma das maiores poetisas brasileiras, começou a escrever poesia e contos aos nove anos de idade. Seu primeiro livro, *Navalhanaliga*, foi publicado

---

<sup>8</sup> Licenciada em História pela UFMS, graduanda do 4º ano de Letras na FIU de Pereira Barreto e mestranda em Letras na UFMS, Campus de Três Lagoas; Bolsista CAPES; [rosana\\_silva\\_araujo@hotmail.com](mailto:rosana_silva_araujo@hotmail.com)  
*FuturaMente: revista científica, Pereira Barreto, v. 8, 2011.*

em dezembro de 1980. Antes da publicação de *Navalhanaliga* já havia escrito textos feministas, no início dos anos 1970 e trabalhava editando revistas, textos publicitários e roteiros de histórias em quadrinhos.

A poetisa e compositora escreve versos que contribuem para o desenvolvimento e a manifestação da consciência feminista. Para Otavio Paz (1982) a poesia é “operação capaz de transformar o mundo, a atividade poética é revolucionária por natureza; exercício espiritual, é um método de liberação interior” (p. 15).

Alice Ruiz tenta com seus versos essa transformação, essa mudança, principalmente do universo feminino. Já ganhou dois prêmios Jabuti de Poesia, de 1989, pelo livro *Vice Versos* (1988) e de 2009, pelo livro *Dois em Um* (2008). Até o momento a autora possui 19 livros de sua autoria publicados.

## **O poema, os contos de fadas e a beleza feminina.**

### *A Bela Adormecida no espelho*

Há mulher mais bela que eu?

Olhar doce  
 azul turquesa  
 abertos a força de rímel?  
 olhos que não vêm

*FuturaMente: revista científica, Pereira Barreto, v. 8, 2011.*

coração que não sente  
 fotografia em movimentos  
 suaves, suaves, suaves.  
 Do outro lado  
 pano de fundo  
 o mundo.  
 Retorno  
 contorno da boca  
 por dentro catatonia  
 não transparece  
 na aparência oca.  
 Ombro reto  
 sobancelha arqueada  
 falta pouco  
 para ser amada.  
 Caricatura, minha cara  
 ranhura na moldura  
 essa ruga  
 não devia estar aí  
 se multiplica  
 contra a vontade  
 no tempo gasto  
 para não deixar aparecer o tempo

Me diga espelho meu

**1** O poema *A Bela Adormecida no espelho* faz parte do livro *Dois em Um*. O título remete a história infantil *A Bela Adormecida*, dos Irmãos Grimm<sup>9</sup>, Jacob e

---

**1** <sup>9</sup> Os Irmãos Grimm no contexto histórico alemão de *FuturaMente: revista científica*, Pereira Barreto, v. 8, 2011.

Wilhelm (entre 1785 e 1863). Sabe-se que na história infantil dos Grimm a princesa cai num sono profundo, após ferir o dedo numa máquina de fiar e permanece dormindo por anos, até que um príncipe a salve. A referência a história se destaca na palavra bela adormecida, escrita com inicial maiúscula.

2 Além de fazer referência ao conto de fadas, contém no título a palavra espelho. Segundo o *Dicionário de símbolos* (2003), de Jean Chevalier, “o espelho é do mesmo modo relacionado com a revelação da verdade e com a pureza” (p.393). Nota-se a temática da busca pela beleza feminina, uma beleza idealizada dos contos de fada, envolta de pureza e revelação, trazidas pelo reflexo do espelho. A vontade de adormecer tal beleza no referido espelho.

O poema possui três estrofes em versos livres, também chamados versos irregulares, que não possuem restrição métrica. Apresenta uma diferenciação com relação as rimas, possuindo sequência de rimas pobres externas na segunda estrofe, nos versos:

*Do outro lado  
pano de fundo  
o mundo*

---

resistência às conquistas napoleônicas recolheram diretamente da memória popular, as antigas narrativas, lendas ou sagas germânicas, conservadas por tradição oral. A partir de então surge uma grande manifestação da Literatura Infantil em todo o mundo. *FuturaMente: revista científica, Pereira Barreto, v. 8, 2011.*

Rimas coroadas:

*caricatura, minha cara*  
*ranhura na moldura*

E, rimas externas misturadas:

*Ombro reto*  
*sobrancelha arqueada*  
*falta pouco*  
*para ser amada*

Estas são as únicas sequências de rimas em todo o poema e encontram-se separadas umas das outras, o que produz o efeito de musicalidade, dando maior leveza para a leitura dos versos rimados e uma possível pausa reflexiva nos versos não rimados. O *enjambement* presentes nos versos; 7-8; 9-10-11; 15-16; 19-20; 23-24; 25-26-27-28, também contribuem para a leitura contínua.

A junção das três estrofes produz no poema um sentido e sonoridade de movimento circular, de ida e volta. Este movimento ocorre porque a primeira estrofe é composta por apenas um verso na interrogativa, tendo na segunda estrofe, com 28 versos, a busca por respostas à pergunta feita pelo eu-lírico, já na terceira existe apenas um verso conclusivo, retomando a indagação feita na primeira estrofe.

A pontuação do poema - ponto final, vírgulas e ponto de interrogação - foi estrategicamente colocada

nos versos sem rimas ou para finalizar uma rima, iniciando assim uma nova reflexão.

Nota-se que os quatro pontos finais presentes no poema produzem o efeito de conclusão de uma ideia e início a outra, provocando a pausa na leitura e uma reflexão do eu-lírico. Tal pontuação contribui para o sentido de ida e volta que o poema transmite, uma vez que, a pausa reflexiva na pontuação significa refletir sobre os versos e as impressões anteriores.

Escrito na primeira pessoa do singular o poema propõe a temática da transitoriedade da vida, tanto física quanto psicológica. É possível identificar a melancolia do eu-lírico ao notar a alteração da sua aparência física. O poema fala sobre essa busca pela juventude, para retardar a velhice, numa constante tensão e oposição em todo poema: *beleza/juventude x feiura/envelhecimento*.

Na primeira estrofe o eu-lírico faz uma pergunta, “*Há mulher mais bela que eu?*”, indicando outra referência aos contos de fada, porém, dessa vez a história da *Branca de Neve*. Neste caso, a bruxa vaidosa pergunta ao espelho: “espelho, espelho meu, existe alguém mais bela do que eu?”, que responde dizendo ser Branca de Neve a mais bela. O ponto de interrogação inicia o questionamento do eu-lírico sobre seu próprio eu, sua aparência, sua beleza.

Em torno dessa pergunta na primeira estrofe, a

poeta faz aqui uma crítica social a busca incessante pelos padrões de beleza e juventude, que atingem principalmente o universo feminino. A segunda estrofe é desenvolvida, em tom descritivo, como se o eu-lírico tentasse responder a pergunta que faz inicialmente, apontando suas características físicas:

*Olhar doce  
azul turquesa  
abertos a força de rímel?*

As características apresentadas são comuns de uma beleza idealizada nos contos de fada, como *A Bela Adormecida e Branca de Neve*, referidas no título e na primeira estrofe. A pergunta que se faz, *abertos a força de rímel?*, denota um questionamento interior do eu-lírico em relação a sua própria beleza, como sendo ou não verdadeira. Este questionamento é reforçado pela utilização da palavra *rímel*, por ser um elemento de maquiagem feminina, representa a imposição da indústria da beleza.

Na sequência, os versos:

*olhos que não vêem  
coração que não sente  
fotografia em movimentos  
suaves, suaves, suaves.*

A metáfora nos dois primeiros versos remete ao ditado popular: o que os olhos não vêem o coração não sente. Aqui o eu-lírico tenta não ver a realidade, o

sofrimento que sente diante da vida e da passagem do tempo, olhos cegos que não vêem.

Nos dois últimos versos a metáfora coloca a questão do envelhecimento, como uma fotografia que se modifica, sendo que a fotografia é estática, mas no espelho ganha movimentos e o envelhecimento acontece aos poucos, evidenciadas com a utilização das palavras: *suaves, suaves, suaves*. A palavra suave ainda contribui para a melancolia do eu-lírico e o ponto final encerra a primeira impressão, de exposição das características físicas e jovens.

A próxima sequência de versos após o ponto final, iniciado com letra maiúscula, sugere uma nova ideia, uma oposição:

*Do outro lado  
pano de fundo  
o mundo.*

O eu-lírico contrapõe a sua vaidade e busca pela beleza ideal, expostas nos versos anteriores, ao mundo que se apresenta como pano de fundo, mundo que não para, não é estático e transforma sua aparência física. O ponto final conclui mais uma ideia e significa uma pausa para reflexão, além de pausa na leitura.

Nos versos que seguem é possível visualizar o movimento de ida e volta que o eu-lírico faz ao longo do poema, como um questionamento:

*Retorno  
contorno da boca  
por dentro catatonia  
não transparece  
na aparência oca.*

A palavra *Retorno* com a inicial maiúscula identifica uma nova reflexão do eu-lírico, além de indicar o retorno ao universo da beleza, de sua própria beleza. A palavra *catatonia* significa um tipo de melancolia, de depressão física, tendo muita significância no poema, já que, indica como o eu-lírico está por dentro, como se encontra sentimentalmente. O tom melancólico é reforçado e a tensão entre *beleza/juventude x feiura/envelhecimento* é exposta. Aparência oca, vazia, sem sentido, que esconde o real sentimento de angústia, diante de sua própria imagem no espelho, diante de sua transformação.

Nos versos:

*Ombro reto  
sobrancelha arqueada  
falta pouco  
para ser amada.*

Com relação à aparência, outra sensação é retomada, apresentando características de um padrão de beleza idealizado e desejado entre as mulheres. Os dois últimos versos expõe a angústia do eu-lírico, que tenta ser amado e principalmente aceito num mundo com padrões estéticos estabelecidos. A angústia está ligada a

descoberta de suas mudanças físicas e a necessidade de se manter sempre jovem para se sentir aceito, amado.

Nos próximos versos nova oposição se estabelece:

*Caricatura, minha cara  
ranhura na moldura  
essa ruga  
não devia estar aí  
se multiplica  
contra a vontade  
no tempo gasto  
para não deixar aparecer o tempo*

Nesta nova ideia o eu-lírico que falava de beleza e características ligadas a juventude, expõe agora, a velhice e características dessa nova fase da vida. A metáfora, *ranhura na moldura*, indica as rugas aparentes num rosto antes jovem, numa moldura que o espelho reflete com algo diferente, com uma nova ranhura.

Destaca-se ainda uma cobrança por parte do eu-lírico por uma eterna juventude e sua impotência diante da passagem do tempo: *se multiplica, contra a vontade*. Nota-se nos dois últimos versos uma crítica com relação a não aceitação da velhice, a perda de tempo para não deixar as marcas deste aparecer, numa tentativa de retardar a velhice.

Na última estrofe do poema o movimento circular volta ao seu início, iniciado na primeira estrofe:

*Me diga espelho meu*

Nesta estrofe o eu-lírico retoma a história infantil da *Branca de Neve* e dá ao espelho, objeto inanimado, uma vivacidade, como se fosse possível ele responder sua pergunta: *Há mulher mais bela que eu?*

Dessa maneira é possível correlacionar com a simbologia do espelho, objeto que reflete o presente no momento em que se olha, sendo obrigado a deparar-se consigo mesmo. Dessa forma o eu-lírico tenta encontrar em si a beleza com características de beleza jovem, mesmo diante do tempo, do mundo e das transformações físicas ocorridas pela passagem dos anos.

O sofrimento e melancolia do eu-lírico no poema *A Bela Adormecida no espelho* se encontra na tensão: *beleza/juventude x feiura/envelhecimento*, que percorre todo o poema, como uma busca pela beleza idealizada dos contos de fada e uma crítica a essa busca sem fim, a essa não aceitação da velhice, inexorável condição humana.

Alice Ruiz trabalha em sua obra diferentes temas relacionados ao universo feminino, como um alerta, uma crítica a alguns padrões que a sociedade estabelece para as mulheres. Esta temática está presente na obra da escritora porque escreveu muito na década de 60 e 70, no auge do movimento feminista. Outros escritores também discutem essa temática, como

Cecília Meireles no poema *Retrato*, que evidencia o eu-lírico envelhecendo, as marcas desse envelhecimento e sua aceitação com relação a essa velhice, não só física, mas, psicológica.

## Referências

CHEERBRANT, Jean Chevalier Alain. **Dicionário de Símbolos**. 11. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

PAZ, Octavio. **O arco e a lira**. Tradução de Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

RUIZ, Alice. **Dois em um**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

## Breve leitura do poema “Cor”, de Maria Ângela Alvim

SILVA, Janáina Paula Malvezzi Torraca da  
SOUZA, Fabrina Martinez<sup>10</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar o poema *Cor*, da poetisa Maria Ângela Alvim, e discutir a rapidez e a leveza, propostas apresentadas por Ítalo Calvino na obra *Seis propostas para o próximo milênio*.

**Palavras – chaves:** rapidez; leveza; poema.

Maria Ângela Alvim é uma poeta mineira de vida breve. Nasceu em 1926 e morreu trinta e três anos depois, no Rio de Janeiro (RJ).

As circunstâncias de sua morte nunca tornaram-se públicas, no entanto, essas informações se tornam secundárias quando tentamos entender o porquê de seu quase ostracismo, considerando que seu único livro

---

<sup>10</sup> Mestrandas do Programa de Pós-Graduação em Letras na área de concentração em Estudos Literários da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas. Bolsistas da CAPES. E-mails: janamalvezzi@hotmail.com, fabri\_na@yahoo.com.br

publicado em vida, *Superfície*, em 1950, foi recebido com entusiasmo entre outros, por Carlos Drummond de Andrade. “Cor” faz parte da antologia *Poemas* publicada pela Unicamp em 1993.

Muito religiosa Maria Ângela cogitou ser freira, mas optou pela carreira de assistente social.

Sua poesia é marcada por imagens de fluidez, tristeza, solidão, vazio e brevidade. Em seus poemas, a morte é um assunto não apenas constante, mas iminente. Nessa leitura superficial do poema, percebe-se que logo no título, a poeta escolhe uma palavra pequena, que pode ser lida como uma referência ao tempo curto que o ser humano tem para desfrutar a vida.

O poema analisado tem como título a palavra  
COR:

### **COR**

Para um tempo de olhar a cor é breve  
E já no repensar foge ao momento.  
Quis ser na flor, no adeus, no rio lento,  
Mas se não há memória, não se atreve.

E mesmo no destino quase leve  
Das coisas que não sofrem entendimento  
No inferir do mundo desatento,  
Flor, adeus ou rio, – a cor é breve.

Lançando uma tenuíssima aparência  
 Ao engano de ser, entretecida,  
 a cor, refluindo, é vã sobrevivência.

Mal se anuncia em tons, e apenas crível  
 na montante fuga da subida  
 demora azul, refeita de invisível.

De acordo com a análise material, o poema tem como forma o soneto petrarquiano (ou italiano) opondo-se ao shakespeariano, que também possui 14 versos, mas é dividido em três quartetos e um dístico. Nesse caso, são 14 versos divididos em dois quartetos e dois tercetos. Outra característica que o soneto transmite é a musicalidade, o ritmo, a sonoridade. O soneto apresenta a sequência de rimas: ABBA – ABBA – CDD – EDE. Os versos possuem dez sílabas poéticas, portanto, decassílabos.

A maioria dos verbos está conjugada no presente do indicativo, que reforça a sensação de brevidade da vida. Do vocabulário, pode-se dizer que as palavras escolhidas são simples e grande parte delas representa elementos leves, sem peso ou etéreos.

Italo Calvino, no livro *Seis Propostas Para o Próximo Milênio*, apresenta a leveza e a rapidez como dois pré-requisitos para a sobrevivência da literatura no 3º milênio. Leveza é “algo que se cria no processo de escrever, com os meios linguísticos próprios do poeta” (CALVINO, p. 22). No caso de Maria Ângela, a técnica

é perceptível em muitos momentos. Na primeira estrofe, por exemplo:

Para um tempo de olhar a cor é breve  
 E já no repensar foge ao momento.  
 Quis ser na flor, no adeus, no rio lento,  
 Mas se não há memória, não se atreve.

Muitos elementos com as características supracitadas aparecem e vários deles se repetem ao longo do soneto (cor, flor, adeus, rio e breve). Nos dois primeiros versos, essa sensação de leveza é representada nos verbos olhar e repensar. Para que ambas as ações sejam exercitadas, é preciso tempo, predisposição, calma, entrega. Exigência que é reforçada na construção “tempo de olhar”. Um tempo de reflexão, em que o pensar e o repensar permitem ao eu lírico a vivenciar um processo psicológico de análise do tempo e da efemeridade. O 4º verso (Mas se não há memória, não se atreve) sugere um tempo mínimo de vida. Uma vivência tão concisa que não construiu lembranças e por conta dessa ausência, o eu lírico não se atreve a ser uma pessoa.

A mesma construção linguística aparece na segunda estrofe, mas ela já sinaliza para as contradições do eu lírico. No 5º verso, a expressão “destino quase leve” descreve o que seria o início de um processo de conscientização da realidade. Não há destino leve. Cada dor é uma sentença. “A literatura como função existencial, a busca da leveza como reação ao peso do

viver” (CALVINO, 2000, p. 39). Peso que está refletido em inúmeros poemas da obra da autora. Morte, melancolia e solidão são temas recorrentes na obra da autora. Considerando que a autora sofria de uma doença do sistema nervoso e se matou aos trinta e três anos, a literatura era bem mais que uma fuga, um porto seguro onde ela podia observar as cores da vida.

A presença ou a ausência de cor são extremamente simbólicas. Determinadas cores representam reações psicológicas ou físicas, no caso do poema, a cor tem a função de comunicar a mudança, a passagem do tempo aos olhos do eu lírico. Um olhar melancólico, contaminado pela noção de despedida do mundo, de morte. Despedida que aparece nos dois tercetos do poema:

Lançando uma tenuíssima aparência  
Ao engano de ser, entretecida,  
a cor, refluindo, é vã sobrevivência.

Mal se anuncia em tons, e apenas crível  
na montante fuga da subida  
demora azul, refeita de invisível.

Os vocábulos: *leve, tenuíssima, tons, invisível* acentuam a leveza que o eu lírico quer demonstrar. Calvino afirma que tem que haver

[...] “um despojamento da linguagem por meio do qual os significados são canalizados por um tecido verbal

quase imponderável até assumirem  
essa mesma rarefeita consistência” [...] (CALVINO, 2000, p. 28).

Há, nesse poema, essa consistência diáfana, quase impalpável, quase imperceptível de coisas, de formas, de cores. Algo de etéreo, de diáfano, de fugaz.

A fugacidade é outro elemento marcante no poema. A fuga da morte, do acabar-se, do perecer. As palavras: *foge, adeus, aparência, fuga* provam essa escapada da morte. O vocábulo *breve* aparece duas vezes no poema (primeiro verso e no oitavo), reforçando a pouca profundidade da vida humana, a superficialidade.

O tempo é um dos elementos centrais do poema. A cor, ressaltada desde o título, é algo que, com o passar do tempo, vai acabando-se, esmaecendo, desbotando. A presença ou ausência de cores simboliza a incerteza de estar-se vivo: ora se está, e repentinamente, não se está mais. O eu lírico despede-se da vida.

Enquanto as duas primeiras estrofes apresentam a leveza e a fugacidade da vida, as duas últimas quebram com essa expectativa. Ao assumir que a vida é formada por tênues cores – momentos –, o eu lírico passa a trabalhar com a existência da finitude. Isso fica claro no 11º verso (a cor, refluindo, é vã sobrevivência). Ao perceber que se trata apenas disso, de sobrevivência, inicia-se um processo de aceitação da morte, que é descrita como crível. Nos dois últimos

versos, a palavra azul carrega a tensão. Ao mesmo tempo em que ela pode representar uma subida aos céus depois de morte. Uma vida pós-morte mais pacífica. Contudo, a cor azul também representa melancolia, tristeza. Dessa forma, podemos ler que por mais que se aceite a morte, por mais que haja a expectativa de continuidade, o desapego da vida breve nunca é alegre, festivo ou simples. Nessa leitura de COR notamos a destreza de Maria Ângela Alvim em tratar de um tema tão caro quanto a morte de maneira leve e tênue.

### **Referências**

ALVIM, Maria Ângela. **Superfície**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2002.

CALVINO, Italo. **Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas**. Trad.: Ivo Cardoso. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

## **Mark Twain: incompreendido ou politicamente incorreto?**

**Claudia Hitomi Eguchi**  
3º de Letras – Faculdades Integradas Urubupungá  
[clahек@gmail.com](mailto:clahек@gmail.com)

**Professora orientadora: Edilva Bandeira**  
**Faculdades Integradas Urubupungá,**  
**Universidade Estadual de Campinas**  
[edilvabandeira@hotmail.com](mailto:edilvabandeira@hotmail.com)

**Resumo:** Este artigo visa discorrer de forma sucinta sobre o início da literatura norte-americana, com ênfase no autor Mark Twain e, especialmente no seu livro “*As Aventuras de Huckleberry Finn*”, nas polêmicas que gerou e, conseqüentemente sua reescritura.

**Palavras-chave:** literatura norte-americana, Mark Twain, polêmicas,

A literatura norte-americana tem como base a cultura indígena de seu país, com a transmissão dos mitos, lendas, contos e canções, que falavam da natureza, animais e plantas. Os americanos incorporaram diversas palavras desta cultura ao seu cotidiano, como por exemplo: “canoe” (canoa), “potato” (batata), “mocassin” (mocassim).

Os ingleses (época da colonização) ao explorarem os Estados Unidos, colaboraram com as primeiras produções literárias, cartas, diários de viagem, registros de bordo. Estes exploradores eram puritanos, autodidatas, eles acreditavam que, através da educação, poderiam entender e fazer cumprir a vontade de Deus. Baseavam-se também no trabalho árduo, na ambição, na busca pelo sucesso e tinham a Bíblia como norteadora da literatura, crença e conduta.

No início do século XVIII, surgiram os “quaker” (amigos), para eles a consciência individual era sagrada, dando origem a ordem social, moralidade, amor universal e fraternidade, que tornava-os democráticos.

No século XVIII, destacam-se William Byrd, Benjamin Franklin e Thomas Paine, que foi uma das personalidades literárias da época. Neste período também tiveram grande importância, William Hill Brown (romance), Charles Brockden Brown (inspiração nos romances góticos), Edgar Allan Poe (poeta, crítico e contista).

O período nacional, de 1815-1865, assim chamado por reunir os três primeiros importantes criadores da literatura norte-americana: Washington Irving, William Cullen Bryant e James Fenimore Cooper, que tinham características indígenas e cosmopolitas, foi o auge da criatividade literária. Depois deles vieram Ralph Waldo Emerson, com a obra “Nature” (1836), seu discípulo Henry David Thoreau, com a obra “A vida nos bosques” (1845).

Nesse contexto histórico e literário, Mark Twain mudou radicalmente a forma de escrever o inglês, por utilizar os dialetos locais e neologismos. Sua obra “*As Aventuras de Huckleberry Finn*” será o objeto de análise desse trabalho.

Mark Twain, pseudônimo de Samuel Langhorne Clemens, nascido na Flórida (Missouri), em 30 de novembro de 1835, filho de Jane Lampton Clemens e do mercador John Marshall Clemens. Quando tinha quatro anos, mudou-se com a família para Hannibal, cidade às margens do rio Mississipi, fonte de inspiração dos livros “*As Aventuras de Tom Sawyer*” e “*As Aventuras de Huckleberry Finn*”. Por morar em um estado escravagista acabou por familiarizar-se à escravidão, tema que ele abordaria depois em seus escritos.

Após o falecimento de seu pai, em 1847, Twain foi trabalhar em uma gráfica como aprendiz. Em 1851, trabalhou como tipógrafo no jornal Hannibal Journal, pertencente a seu irmão, também colaborava com

artigos e textos humorísticos. Foi trabalhar como tipógrafo em outras cidades e passou a estudar em bibliotecas públicas, adquirindo conhecimentos abrangentes. Retornou ao Missouri aos 22 anos.

Mudou-se para San Francisco em 1864, onde continuou trabalhando como jornalista. Teve o conto “*The Celebrated Jumping Frog of Calaveras County*” publicado no jornal de Nova York, *The Saturday Press*, em novembro de 1865, tornando-o conhecido nacionalmente. Casou-se em 1868, com Olívia, de família rica, mas liberal, tiveram três filhas.

O estilo de Mark Twain foi influenciado pelo jornalismo, despojado, irreverente, realista. Considerava o Realismo, como uma forma de acabar com as convenções e falar a verdade, criticando a sociedade hipócrita e os atos de matança frequentes nesse período.

### **Análise da obra**

Este artigo tem como objetivo fazer uma breve análise da obra “*As Aventuras de Huckleberry Finn*”, obra prima lançada em 1884. A história se passa às margens do rio Mississippi (aldeia de St. Petersburg), em que o menino Huck, adotado pela família Watson, é procurado por seu pai biológico e alcoólatra, que ameaça matá-lo. Com medo, o menino resolve fugir, encontrando o escravo Jim, também fugitivo e juntos vivem grandes aventuras. Para surpresa de Huck e Jim, descobrem que Jim fora libertado pela Senhorita

Watson, não precisando mais fugir.

Twain utilizou-se de linguagem coloquial, retratando com precisão a fala da época (séc. XIX). Devido ao uso de cores locais como (nigger = preto), e algumas expressões que usou de forma inconsciente, acabou causando polêmicas, o que o levou a ser chamado de racista. Para os que têm conhecimento de suas obras, saberiam que o autor era contra o racismo e o imperialismo. Neste livro em especial, fica evidente sua postura antiescravagista, em que a personagem Huckleberry ajuda a libertar seu amigo Jim, um escravo.

Em 1885, uma livraria em Massachusetts banuiu o livro, alegando ser “lixo adequado apenas aos favelados”.

Recentemente, a editora norte-americana NewSouth Books reeditou o livro, substituindo os termos “nigger”, considerado ofensivo, pior do que crioulo, por “slave” (escravo). A NewSouth alega que, esta substituição, politicamente correta, foi sugerida por um dos maiores estudiosos da obra de Twain, o professor Alan Gribben, da Universidade de Auburn, nos Estados Unidos. A reedição do livro tem gerado polêmicas com relação à censura no país. A editora, por outro lado, afirma que desta forma o livro voltará a ser aceito nas escolas, pois muitas o excluíram de seus currículos.

No Brasil, recentemente Monteiro Lobato também foi acusado de racismo, o Conselho Nacional de Educação, quis proibir o livro “**Caçadas de Pedrinho**” nas escolas públicas. A causa disso foi à denúncia da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, que considerou a obra racista: em uma das passagens do livro, Tia Anastácia foi comparada a uma macaca devido a sua agilidade para subir na árvore e foi chamada de negra.

### **Considerações Finais**

A obra analisada é uma crítica social, um manifesto contra a escravidão, contra o racismo. Ironicamente, nos dias atuais, considerada racista. Mal interpretada por aqueles que a consideraram ofensiva, pois Twain retrata com precisão o contexto histórico, através da linguagem utilizada e dialetos da região sul. O termo “nigger”, causa da polêmica, que levou o livro a ser banido das livrarias, era, na época, comumente utilizado.

As pessoas que o condenaram a ser banido, talvez ignorem a essência do livro, a mensagem subliminar que o livro transmite, de fraternidade e igualdade racial, o racismo transformado pela amizade. Reescrevê-lo de forma politicamente correta, é um desrespeito ao autor e sua obra, é ignorar o contexto em que estava inserido. O mesmo desrespeito ocorre com o livro “**Caçadas de Pedrinho**”, de Monteiro Lobato, escrita numa época em que não havia adoção de normas

políticas públicas de relações étnico-raciais.

Segundo a professora de literatura e cultura norte-americana na Universidade de East Anglia (UK), Dra Sarah Churchwell (2004):

Os livros do Twain não são documentos apenas literários, mas documentos históricos, e essa palavra é totêmica porque ele codifica toda a violência da escravidão. O ponto do livro é que Huckleberry Finn começa racista numa sociedade racista e deixa de ser racista e abandona a sociedade. Essas alterações significam que o livro vai deixar de mostrar o desenvolvimento moral de seu caráter. Elas não têm mérito e são enganosas para os leitores. O objetivo de toda literatura é expor diferentes ideias em diferentes épocas, e elas nem sempre serão agradáveis e benignas. (...)

Proibir ou banir um livro não é a melhor solução, cabe ao professor, em sala de aula, informar aos alunos sobre o contexto em que foi escrito, promovendo a discussão e o entendimento sobre o tema em questão. Possibilitando aos alunos o desenvolvimento de um senso crítico, colaborando para seu aprimoramento como pessoa, com ética, autonomia e menos preconceito.

### Referências (Bibliográficas e Webgráficas):

BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Ática, 1999.

BRAIT, Bete. *A personagem*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1985.

FARACO & MOURA, **Literatura Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.

SPANCKEREN, Kathryn Van. **Perfil da Literatura Americana**. Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. 1998.

<<http://www.embaixadaamericana.org.br/HTML/literatureinbrief/chapter06.htm>> ,

data de acesso 12/04/2011 às 11:37h

<<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI186138-15230,00.html> ,data de acesso 11/4/2001, 10,49h

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Mark\\_Twain](http://pt.wikipedia.org/wiki/Mark_Twain)> , acesso 11/04/11, 12:45.

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Mark\\_Twain](http://pt.wikipedia.org/wiki/Mark_Twain)>) acesso 14/04/11, 12:45.

< <http://clock-up.forum-livre.com/t74-monteiro-lobato-censurado>> acesso 11/4/2011,10,51

## **Relato de práticas letradas digitais, interatividade e prática docente**

Edilva Bandeira

Professora: Faculdades Integradas Urubupungá,  
Secretaria de Estado da Educação; aluna da  
Universidade Estadual de Campinas.

**Resumo:** Relato sobre as práticas docentes que envolvem letramentos digitais e interatividade em sala de aula. As reflexões são frutos de estudos desenvolvidos no curso de especialização em Língua Portuguesa oferecido pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) a professores da rede estadual de ensino de São Paulo.

**Palavras-chave:** multiletramentos, hipertextualidade, multimodalidade, interação professor/aluno.

A Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEESP) está oferecendo aos professores da rede pública Estadual de Ensino cursos de especialização (*lato sensu*) focados na matéria de formação do professor. Os cursos são produzidos e ministrados pelas universidades paulistas: Universidade de São

Paulo/ USP, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho/UNESP e Universidade Estadual de Campínas/UNICAMP.

Iniciado em outubro de 2011, o curso tem duração de um ano e meio. O curso de Língua Portuguesa do qual eu sou aluna é composto de 4 módulos contendo 8 disciplinas: “*Funcionamento da Língua - Gramática, Texto e Sentido; Textos em Contexto: Jornalismo, Publicidade, Trabalho, Literatura e Artes/Midia; Multiletramentos, Linguagem e Mídias; Linguagem Oral: Gêneros e Variedades;Linguística Textual: Tipologias, Agrupamentos e Textualidade; Autoria, Efeito-Leitor e Gêneros de Discurso; História da Disciplina de Língua Portuguesa e Literatura, Leitura e Ensino*”.

No final do curso há a obrigatoriedade da elaboração de um TCC, envolvendo assunto relacionada dos às disciplinas.

O curso é rico, denso, produzido pelo Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da UNICAMP um dos centros de pesquisa de Língua Portuguesa e Linguística Aplicada, mais importantes do Brasil.

Muitas leituras, atividades e trabalhos já foram feitos a partir dos conteúdos das disciplinas cursadas. Escolhi para publicação na *Revista FuturaMente*, uma atividade dissertativa elaborada como avaliação para a disciplina **Multiletramentos, Linguagens e Mídias**. É um texto de reflexão sobre a nossa visão das **práticas**

**letradas digitais** e sobre o conceito de **interatividade** nas práticas de sala de aula. A proposta da atividade é que o professor cursista relate sua prática docente envolvendo os letramentos digitais.

Tendo como fundamentação teórica os textos **Letramento e Tecnologia**, (2011) de Denise Braga e Ivan Ricarte e **Indicadores de Interatividade para o professor presencial e on-line**, de Marco Silva (2004).

Em **Letramento e Tecnologia**, os autores abordam questões ligadas à presença do computador em nosso cotidiano.

As novas práticas associadas ao uso de computadores estão sendo incorporadas ao nosso cotidiano com uma As novas As novas práticas associadas ao uso de computadores estão sendo incorporadas ao nosso cotidiano com uma velocidade surpreendente. Mudanças que antes levavam décadas para se estabelecer e se impor, hoje acontecem em questão de anos ou mesmo de meses. Muitas vezes nem nos apercebemos de como o computador já se faz presente no nosso dia-a-dia. (BRAGA; RICARTE, 2005)

O texto apresenta exemplos da presença indispensável do computador em nossas vidas, como no comércio, controlando o estoque de mercadorias e o fluxo de dinheiro, nos caixas eletrônicos dos bancos,

fazendo a declaração do imposto de renda e outros.

Segundo afirmam Braga e Buzato (2011):

[...] Esses exemplos ilustram que, na sociedade atual, além de saber ler e escrever, os indivíduos precisam também estar familiarizados com o uso do computador e com as práticas sociais que são mediadas por essa máquina. O “**letramento digital**”, assim como o domínio das práticas escritas, passa a ser uma necessidade social e não apenas uma opção viável oferecida pela nossa sociedade. (BRAGA; BUZATO, 2011).

No Fórum realizado em ambiente virtual do curso para discutir a questão do uso do computador em sala de aula, foi possível observar a manifestação dos colegas da rede pública paulista. Todos concordam que ainda há muito a ser feito, embora muitos utilizem, atualmente, essa ferramenta como material didático. O próprio Fórum é um exemplo do uso do computador na aprendizagem, funcionando como um canal de comunicação aberta aos cursistas, favorecendo a aprendizagem coletiva e colaborativa.

### **Interatividade e prática docente: o papel do professor, dos alunos e das tecnologias**

No texto **Interatividade, hipertextualidade e multimodalidade**, que faz parte do material do curso, é

discutido o conceito de **interatividade**, compreendido como a maneira em que simultaneamente o meio digital nos usa e nós o usamos. Alerta que a palavra **interatividade** ganhou no senso comum, via publicidade, a noção de que ela está presente apenas em um aparelho digital (por exemplo, uma "lousa digital interativa") ou em conteúdo digital (por exemplo, uma apostila interativa).

Afirma, ainda, que precisamos nos fixar no significado que lhe foi dado pelo filósofo Pierry Lévy, em seu livro **Cibercultura (1999)** onde a **interatividade** "assinala muito mais um problema, a necessidade de um novo trabalho de observação, de concepção e avaliação dos modos de comunicação, do que uma característica simples e unívoca atribuível a um sistema específico”

André Lemos define a **interatividade** como uma relação dialógica entre o homem e a técnica e, em seu artigo **Anjos interativos e retribalização do mundo**, de 1997, propõe a existência de níveis de interatividade típicos de cada meio e de cada época.

Podemos dizer que, quanto maior for o seu nível de interatividade, mais um meio permitirá a manifestação de três tendências da comunicação social contemporânea apontadas por Marco Silva, no artigo **"O que é Interatividade"** (1998), a saber: participação-intervenção; bidirecionalidade-hibridação; permutabilidade-potencialidade.

Para Marco Silva, as ações educacionais serão tanto mais interativas quanto mais se adequarem a essas tendências, independentemente, da presença de computadores no processo. Ele afirma que há uma mudança paradigmática comunicacional que propicia um novo olhar para as situações de interatividade:

(...) Não a interatividade tomada como “argumento de venda”, mas no sentido complexo do termo que supõe pelo menos três princípios. O emissor pressupõe a participação-intervenção do receptor: participar é muito mais que responder “sim” ou “não”, é muito mais que escolher uma opção dada; participar é modificar, é interferir na mensagem. Comunicar pressupõe recursos da emissão e recepção: a comunicação é produção conjunta da emissão e da recepção; o emissor é receptor em potencial e o receptor é emissor em potencial; os dois pólos codificam e decodificam. O emissor disponibiliza a possibilidade de múltiplas redes articulatórias: não propõe uma mensagem fechada, ao contrário, oferece informações em redes de conexões permitindo ao receptor ampla liberdade de associações e de significações. (SILVA, 2004)

Portanto é possível afirmar que a interatividade se estabelece tanto na relação entre o homem e as máquinas (midiáticas), como na relação entre os participantes e conteúdos de um evento ou uma prática

comunicativa. Diante disso se torna mais interessante pensarmos em graus de interatividade do que rotular máquinas ou situações como inerentemente interativas.

Foge-se ao senso comum ao encarar os dispositivos tecnológicos disponíveis na escola hoje como lousa, livro, laboratório, retroprojeter, computador, máquina de Xerox, lousa digital, vídeo, mimeógrafo e outros como passíveis ou não de interatividade, dependendo da maneira como serão usados pelos professores e alunos.

Não é o objeto tecnológico em si que caracteriza a interatividade, mas a maneira como ele é usado. Seguindo esse raciocínio é possível afirmar que uma sala de aula que não disponha de qualquer recurso tecnológico moderno possa ser mais interativa do que outra que possua variados recursos. Pois é a maneira como o professor usa essas tecnologias, (mesmo as que não são consideradas modernas) o que define o grau de interação como: leituras compartilhadas, (uso do livro), reescrita coletiva de textos (lousa, giz, caderno, caneta, lápis), apresentação de trabalhos em grupo (cartazes, dramatizações, apresentações musicais), todas essas são ações interativas que prescindem de recursos tecnológicos modernos como o computador.

Como exemplo de interatividade Marco Silva usa o conceito **disponibilizar**, que pode estar interligado tanto a tecnologias digitais ou não:

[...] Disponibilizar em sua sala de aula significará basicamente três aspectos. Oferecer múltiplas informações (em imagens, sons, textos, etc.) utilizando ou não tecnologias digitais, mas sabendo que estas, utilizadas de modo interativo, potencializam consideravelmente ações que resultam em conhecimento. Ensejar (oferecer ocasião de...) e urdir (dispor entrelaçados os fios da teia, enredar) múltiplos percursos para conexões e expressões com o que os alunos possam contar no ato de manipular as informações e percorrer percursos arquitetados. Estimular cada aluno a contribuir com novas informações e a criar e oferecer mais e melhores percursos, participando como coautor do processo. O professor, neste caso, constrói uma rede e não uma rota. Ele define um conjunto de territórios a explorar. E a aprendizagem se dá na exploração. (SILVA, 2004)

## **Prática docente**

As práticas letradas digitais não são novidades em minha trajetória profissional. Desde quando iniciei a carreira na escola pública estadual no ano de 2000 que reflito sobre essa questão de tecnologias em práticas comunicativas, especialmente o uso do computador. Sempre propus em minhas aulas atividades envolvendo

práticas com suportes tecnológicos como rádio, TV, computador. Estive sempre envolvida em cursos de formação envolvendo práticas digitais.

As escolas em que trabalho (pública e privada) possuem salas de informática equipadas com computadores novos e acesso a internet em banda larga. Uso constantemente esse ambiente de aprendizagem para pesquisas, digitação de trabalhos pelos alunos, produção de slides, blogs, postagem de fotos, vídeos, ofereço oportunidades para os alunos assistirem filmes, acessarem músicas, redes sociais.

Diante disso minha visão sobre as práticas digitais e interatividade é conectada com a visão dos textos que servem de fundamentação a esse trabalho. Há tempos vislumbro o imenso potencial das práticas digitais no ensino e a necessidade dos professores apossarem-se dessa ferramenta fundamental para a aprendizagem interativa tão necessária ao trabalho docente.

Os diversos cursos de formação digital que tenho feito nos últimos anos, me proporcionaram uma consciência clara da importância das práticas digitais para os letramentos necessários aos estudantes do momento histórico em que vivemos. Pretendo ampliar cada vez mais o trabalho com as práticas digitais em meu cotidiano pedagógico.

## **Considerações finais.**

Na sociedade atual cuja multiplicidade de tecnologias, materiais e suportes digitais possibilita aos nossos alunos inúmeras leituras, faz-se necessário que a escola esteja preparada para oferecer atividades que desenvolvam as habilidades e competências necessárias a esses multiletramentos digital a que o aluno está exposto em seu cotidiano. Privá-lo do acesso a esse conhecimento é impedir o desenvolvimento pleno desse cidadão da era digital, é negar-lhe a posse dos recursos necessários para sua interação com a sociedade digital em que vivemos.

Braga e Ricarte (2005) afirmam que:

[...] O “letramento digital”, ao lado do letramento tradicional, é tido hoje, unanimemente, como uma necessidade. Da mesma maneira que o analfabetismo exclui, desconhecer completamente os usos e funções do computador também passa a ser sinônimo de exclusão. A inclusão digital passa a ser, portanto, um dos imperativos dos novos tempos. Mas, assim como acontece com o letramento tradicional, sua realização (principalmente em países em desenvolvimento, como o Brasil, cheios de outros problemas sociais) não é simples e demanda, antes de mais nada, políticas educacionais condizentes com a realidade. (BRAGA; RICARTE, 2005)

A ideia que se chega ao final da elaboração do presente trabalho apóia-se na visão de Silva (2004), a de que ao trabalhar em sala de aula na perspectiva de um projeto pedagógico interativo, (com ou sem o uso do computador) o professor constrói uma rede e não uma rota. *Participar* é muito mais que responder “sim” ou “não”, é muito mais que escolher uma opção dada; *participar* é modificar, é interferir na mensagem (SILVA, 2004)

### **Referências Bibliográficas e Webgráficas:**

BRAGA, Denise B.; BUZATO, Marcelo El Khouri. **LP005: Multiletramentos, Linguagens e Mídias.** UNICAMP/SEE-SP: Campinas, 2011. Disponível apenas para o curso da Rede São Paulo de Formação Docente/Redefor.

BRAGA, Denise B.; RICARTE, Ivan. L. M. **Letramento e Tecnologia.** Campinas: CEFIEL / Brasília: MEC, 2005. Disponível em <http://www.iel.unicamp.br/cefiel/imagens/cursos/19.pdf>, acesso em 07/04/2011.

**Fórum de discussões da disciplina LP005: Multiletramentos, Linguagens e Mídias.** UNICAMP/SEE-SP: Campinas, 2011. Disponível apenas para o curso da Rede São Paulo de Formação Docente/Redefor.

LEMOS, André. **Anjos interativos e retribalização do mundo**.1997. Disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem/AVA do curso da Rede São Paulo de Formação Docente/Redefor.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos. I. da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARCUSCHI, Luiz A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Marco. Indicadores de Interatividade para o professor presencial e on-line. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 4, n.12, p. 93-109, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=622&dd99=view>. Acesso em: 13 abr. 2011. <http://www.iel.unicamp.br/cefiel/imagens/cursos/19.pdf>, acesso em 07/04/2011.

## POLÍTICA E INSTRUÇÕES AOS AUTORES

- A “**FuturaMente**: revista científica” publica artigos científicos, ensaios, resenhas e debates voltados para a ampliação de conhecimentos, questões e debates de interesse da comunidade acadêmica.
- Todos os trabalhos são submetidos à leitura de, pelo menos, dois pareceristas que integram a Comissão Editorial, garantidos sigilo e anonimato dos autores e dos pareceristas.
- Somente serão publicados os trabalhos avaliados e aprovados quanto ao seu mérito científico, adequação aos requisitos da Associação Brasileira de Normas Técnicas/ABNT ([www.abnt.org.br](http://www.abnt.org.br)) e obedientes as instruções aqui registradas, desde que as modificações sugeridas, se houver, sejam atendidas pelo autor.
- Fica subentendida a autorização para publicação do texto encaminhado.
- A síntese dos pareceres, em caso de aceite condicionado ou recusa, é encaminhada aos autores.
- Os trabalhos devem ser enviados para o endereço eletrônico: [nazira@fiu.com.br](mailto:nazira@fiu.com.br) , **até o final de maio**, para publicação no mesmo ano.

### Formatação

Os originais deverão ser redigidos na ortografia oficial em português e digitados em processador de texto *Word for Windows*, em fonte *Times New Roman*, tamanho 12, espaço duplo, papel A4. No preparo dos

originais, deverá ser observada, na medida do possível, a seguinte estrutura:

a) Título e subtítulo em até duas linhas; nome completo do(s) autor(es), seus créditos profissionais e acadêmicos e endereços (físico e eletrônico)

b) Resumo e palavras-chave: o texto do resumo não deve ultrapassar 500 caracteres (considerando os espaços) e apresentar o mínimo de (3) três palavras-chave a identificar o conteúdo do artigo. Redação e estilo do resumo devem obedecer às orientações da NBR-6028 da ABNT;

c) Título em inglês, *abstract* e *key words* devem acompanhar o artigo adequadamente traduzido.

d) Corpo do texto, ao longo do qual não deve haver identificação autoral.

### **Para citar**

Há duas maneiras de citar uma fonte:

a) direta, respeitando a redação, ortografia e pontuação original;

b) indireta, usando apenas o conceito da fonte, que não aparece de forma literal ou textual

Seguir a NBR-10520/2002 da ABNT.

### **Para referenciar**

Referências bibliográficas deverão obedecer a NBR-6023/2002 da ABNT, sendo ordenadas alfabeticamente pelo sobrenome do primeiro autor;

a) nas referências de até três autores, todos poderão ser citados, separados por ponto e vírgula;

b) nas referências com mais de três autores, citar somente o primeiro autor, seguido da expressão et al.

c) a exatidão das referências constantes na listagem e a correta citação no texto são de responsabilidade do(s) autor(es) dos trabalhos.

### **Livro (um autor)**

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

### **Livro (dois autores)**

BABIN, P.; KOULOUMDJIAN, M. **Os novos modelos de compreender: a geração do audiovisual e do computador**. São Paulo: Paulinas, 1989.

### **Capítulos de livros**

OLIVEIRA, F. Neoliberalismo à brasileira. In: GENTILII, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995. p. 29-34.

### **Artigos de periódicos (com mais de três autores)**

ALCARDE, J. C. et al. O equivalente em carbonato de cálcio dos corretivos da acidez dos solos. **Scientia Agrícola**, Piracicaba, v. 53, n. 2, p. 204-210, 1996.

### **Teses**

CARVALHO, W. L. P. **O ensino das ciências sob a perspectiva da criatividade: uma análise fenomenológica**. 1991. 302 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

**Artigo de periódico (formato eletrônico)**

AQUINO, J. G.; MUSSI, M. C. As vicissitudes da formação docente em serviço: proposta reflexiva em debate. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 211-227, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em: 14 ago. 2002.

**Decretos, leis**

BRASIL. Decreto n. 2.134, de 24 de janeiro de 1997. Regulamenta o art. 23 da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 18, p. 1435-1436, 27 jan. 1997. Seção a.

**Trabalho publicado em Anais de Congresso**

PARO, V. H. Administração escolar e qualidade do ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso? In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 18., 1997, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, EDIPUCRS, 1997. p. 302-314.

**Informações gerais**

- Será oferecido ao autor principal de cada artigo um (1) exemplar do fascículo em que seu trabalho foi publicado;
- Os trabalhos também estarão disponíveis, integralmente em forma eletrônica, no site das FIU: <http://WWW.fiu.edu.br/2011/biblioteca.html>



